



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENHIMENTOS LOCAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

SUSTENTABILIDADE DO MICROCRÉDITO:
UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO BANESE

HÉRCULES SILVA DALTRO

SÃO CRISTOVÃO
SERGIPE - BRASIL
ABRIL / 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**SUSTENTABILIDADE DO MICROCRÉDITO:
UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO BANESE**

HÉRCULES SILVA DALTRO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais.

ORIENTADOR: PROF.º DR. JOSÉ RICARDO
SANTANA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENDEMENTOS LOCAIS.
SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

D152s Daltro, Hércules Silva
Sustentabilidade do microcrédito : uma análise da experiência do BANESE / Hércules Silva Daltro. – São Cristóvão, 2010.
117 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Santana

1. Microcrédito. 2. Sustentabilidade. 3. Desenvolvimento regional. I. Título.

CDU 336.773:338

**SUSTENTABILIDADE DO MICROCRÉDITO:
UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO BANESE**

Dissertação de Mestrado defendida por **Hércules Silva Daltro** em 11 de maio de 2010 e aprovada pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Profº Drº José Ricardo de Santana – Orientador
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Profº Drº Saumineo da Silva Nascimento
Banco do Estado de Sergipe S/A - BANESE

Profº Drº José Roberto de Lima Andrade
Universidade Federal de Sergipe - UFS

DEDICATÓRIA

Aos meus tios Tonho,
Dezinha,
América,
Zé Daltro,
Milton,
Dite,
Lourival (*in memorian*)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sem o qual nada teria sentido e por estar sempre ao meu lado em todos os momentos.

Aos meus familiares, Raimundo (pai), Rosilva (mãe), Eliane (esposa), Elaine, Pedro e Priscila (filhos), irmãos e demais parentes e amigos pelo apoio e compreensão.

Ao meu orientador, o professor Dr. José Ricardo de Santana, pela dedicação e orientação despendida e apoio nos momentos difíceis.

Aos membros da banca examinadora, os economistas Dr. Saumineo da Silva Nascimento e Dr. José Roberto Lima de Andrade pela contribuição ofertada.

Aos meus colegas de turma, especialmente, Helom, Venâncio, Patrícia e em especial a Josenito pelos momentos de angústia em que enfrentamos juntos.

E a todos que contribuíram direta ou indiretamente para o sucesso da pesquisa, em especial a Rosinadja Batista dos Santos Morato, Maria de Fátima Muritiba, Elaine Maria dos Santos, Teresinha Paiva de Souza e Raissa de Souza Nunes, Ednilson Nunes Gois, Maria Aparecida dos Santos, Edivam Clinger e Thiago Bahia Messias pelo incentivo e apoio para que eu participasse da seleção do mestrado e continuasse nesta jornada em busca deste objetivo.

Ao Banco do Estado de Sergipe S/A – BANESE pela oportunidade proporcionada.

RESUMO

Um dos maiores desafios do governo e da sociedade brasileira é estabelecer políticas que promovam o desenvolvimento econômico e social, com a finalidade de gerar emprego e renda para as populações mais carentes. Os micro e pequenos empreendimentos transformaram-se no principal abrigo dessa mão-de-obra desempregada existente no país, e sua sustentabilidade financeira depende, essencialmente, da disponibilização de crédito por parte das instituições bancárias tradicionais, o que não ocorre, devido os empreendedores operarem na esfera da informalidade e não atenderem às exigências de garantia dos financiamentos bancários. Diante desse quadro surge o papel do microcrédito como indutor de uma política creditícia destacada pelo uso de metodologia específica (aval solidário, agente de crédito, dentre outras), com objetivo de direcionar recursos de crédito para este segmento. Assim sendo, este estudo faz uma avaliação da sustentabilidade do microcrédito, através da análise da experiência do microcrédito Banese, relacionando o índice de desenvolvimento humano, desdobrado no indicador de renda (IDHM-Renda) de uma amostra de municípios, com a riqueza gerada e o volume de crédito disponibilizado. A hipótese que direcionou este trabalho foi formulada com o propósito de buscar evidências na literatura, na experiência das instituições e em estudos realizados por consultoria especializada, na dimensão metodológica de apuração da auto-sustentabilidade das organizações de microcrédito, com adoção de indicadores de “sustentabilidade e rentabilidade” e “qualidade, eficiência e produtividade”. Os resultados alcançados evidenciaram que em determinados municípios cujo IDHM-Renda é baixo há necessidade de uma ação mais forte do banco na concessão de crédito.

Palavras-chave: 1. Microcrédito, 2. Sustentabilidade 3. Desenvolvimento Regional e Local

ABSTRACT

One of the biggest challenges faced by the Brazilian government and society is the establishment of policies aimed at the promotion of economic and social developments taking into consideration the probability of having new vacancies and the increase of salaries poorer populations may have. The micro and small businesses became the principal shelter for the unemployed population and their financial sustainability essentially depends on the credit the traditional bank institutions will make available, what may not occur due to the fact that these entrepreneurs normally work in the informality and do not fulfill the requirements demanded by the banking loans. Based on this scenery, the microcredit has to be considered as the inductor of a credit policy highlighted by the usage of a specific methodology (loans, credit agent and other ones), aimed at the distribution of credit resources to this segment. This study evaluates the microcredit sustainability through the analyses of the experience of Banese Microcredit, relating the human development rate, segregated in the income rate (IDHM-Income) in a sample of cities, with the generated wealth and the amount of credit which is made available. The hypothesis which directed this study was formulated aimed at the searching of evidences in the literature, in the experience of institutions and in studies made by specialized consultancy, taking the methodological dimension of auto sustainability of microcredit organizations, with the adoption of “sustainability and profitability” and “quality, efficiency and productivity” indicators. The observed results highlighted the fact that in certain cities with low IDHM-Incomes there is a stronger necessity for a more prominent action from the bank in terms of credit concession.

Keywords: 1. Microcredit, 2. Sustainability 3. Regional and Local Development

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	09
LISTA DE FIGURAS E TABELAS	10
INTRODUÇÃO	12
1. MICROFINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	15
1.1 Crédito, Microfinanças e Microcrédito: definições e cenário no país.....	16
1.1.1 Crédito e microfinanças.....	19
1.1.2 Microcrédito	22
1.1.3 Microcrédito no Brasil: marco legal, programas governamentais e instituições.....	25
1.1.3.1 Marco legal.....	25
1.1.3.2 Programas governamentais.....	29
1.1.3.3 Instituições impulsionadoras	33
1.2 Importância e Contribuições do Microcrédito.....	36
1.2.1 Contribuições para o combate a pobreza.....	39
1.2.2 Contribuições para a geração de renda.....	41
1.2.3 Contribuições para o desenvolvimento local.....	44
1.2.4 Contribuições para a melhoria da sustentabilidade financeira	48
2 EXPERIÊNCIAS DE MICROCRÉDITO	54
2.1 Experiências Internacionais.....	54
2.1.1 Grameen Bank	54
2.1.2 Banco Sol – Banco Solidário da Bolívia	57
2.2. Experiências no Brasil	58
2.2.1 Programas vinculados a organizações não governamentais.....	59
2.2.1.1 Programa UNO.....	59
2.2.1.2 Programa Banco da Mulher	60
2.2.1.3 Programa Rede CEAPE.....	61
2.2.1.4 Programa Portosol	62
2.2.1.5 Programa VivaCred	63
2.2.1.6 Programa São Paulo Confia.....	65
2.2.2 Programas vinculados a entidade comercial.....	68

2.2.2.1 Programa CrediAmigo.....	68
2.3 A Experiências do Banese	71
2.3.1 Histórico do microcrédito Banese	71
2.3.2 Operacionalização	73
3 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO BANESE	76
3.1 Metodologia do Estudo.....	76
3.1.1 Avaliação dos municípios selecionados na amostra.....	78
3.1.1.1 Grupo I – municípios com IDHM-renda baixo	79
3.1.1.2 Grupo II – municípios com IDHM-renda médio.....	79
3.1.2 Avaliação de sustentabilidade	81
3.2 Caracterização do microcrédito Banese	82
3.2.1 Microcrédito Banese em Sergipe.....	83
3.2.1.1 Perfil do cliente.....	83
3.2.1.2 Perfil do empreendimento financiado.....	84
3.2.2 Microcrédito Banese nos municípios selecionados	88
3.2.2.1 Microcrédito Banese nos municípios do grupo I IDHM-renda baixo	88
3.2.2.2 Microcrédito Banese nos municípios do grupo II IDHM-renda médio.....	90
3.3 Análise de Resultados.....	92
3.3.1 Evolução do microcrédito.....	92
3.3.2 Impacto do microcrédito em municípios selecionados.....	93
3.3.3 Análise da sustentabilidade do microcrédito do Banese	101
3.3.3.1 Indicadores de sustentabilidade e rentabilidade	101
3.3.3.2 Indicadores de qualidade, eficiência e produtividade.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	110
ANEXO – Modelo de Proposta de Microcrédito	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil
BANESE – Banco do Estado de Sergipe S/A
BB – Banco do Brasil
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAP – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores
CEF – Caixa Econômica Federal
CMN – Conselho Monetário Nacional
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
Desembahia – Banco de Desenvolvimento da Bahia
FENAPE – Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
IAF – Inter American Foundation
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM-Renda – Índice de Desenvolvimento Humano com a variável Renda
IMF – Instituição de Microcrédito ou Instituição de Microfinanças
IPEA – Instituto de Economia Aplicada
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil e Pública
PIB – Produto Interno Bruto
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD – Programa das Nações Unidas
PORTOSOL – Instituição de Comunitária Porto Alegre
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central do Brasil
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 01 – Volume de crédito como parcela do PIB, 1998 – 2009	18
Figura 02 – O triângulo do microcrédito	38
Tabela 01 – Resultados consolidados anuais de volume concedido de microcrédito, Brasil, 2005 – 2009	19
Tabela 02 – Tipologia e quantitativo de instituições financeiras autorizadas a funcionar no Brasil, 2009	26
Tabela 03 – Síntese do marco legal sobre o microcrédito no Brasil, 2009	29
Tabela 04 – Números do Banco Grameen, Bangladesh, 1997	56
Tabela 05 – Distribuição do microcrédito por região, Brasil, 2008	58
Tabela 06 – Carteira de crédito do programa Vivacred, 1997 – 2008	64
Tabela 07 – Evolução dos números dos empreendimentos atendidos pela São Paulo Confia, 2001 – 2008	67
Tabela 08 – Evolução dos indicadores de desempenho operacional do programa CrediAmigo, 2002 – 2008	70
Tabela 09 – Evolução dos indicadores de produtividade do programa CrediAmigo, 2002 - 2008	70
Tabela 10 – Etapas do processo operacional para concessão do microcrédito Banese, 2009	74
Tabela 11 – Municípios sergipanos com IDHM-renda baixo (de 0 a 0,499)	77
Tabela 12 – Municípios sergipanos com IDHM-renda médio (de 0,500 a 0,799)	78
Tabela 13 – Indicadores socioeconômicos dos municípios com o IDHM-renda baixo que compõem o grupo I da amostra	79
Tabela 14 – Indicadores socioeconômicos dos municípios com o IDHM-renda baixo que compõem o grupo II da amostra	80
Tabela 15 – Indicadores "MIX" e "Planet Rating"	82
Tabela 16 – Saldo evolutivo do microcrédito Banese, 2003 – 2009	83
Tabela 17 – Distribuição dos clientes do microcrédito Banese em Sergipe por faixa etária, 2007 – 2009	84
Tabela 18 – Distribuição dos clientes do microcrédito Banese por gênero, 2007 – 2009	84
Tabela 19 – Perfil de crédito do cliente microcrédito Banese, 2007 – 2009	85
Tabela 20 – Finalidade dos recursos do microcrédito Banese, 2007 – 2009	85
Tabela 21 – Garantias oferecidas para o microcrédito Banese, 2007 – 2009	86

Tabela 22 – Ramo de atuação dos empreendimentos do microcrédito Banese, 2007 – 2009	86
Tabela 23 – Forma de constituição das microempresas do microcrédito Banese, 2007 - 2009	86
Tabela 24 – Geração de emprego do microcrédito Banese, 2007 – 2009	87
Tabela 25 – Nível de renda dos clientes microcrédito Banese, 2007 – 2009	87
Tabela 26 –Tempo de atuação das microempresas do microcrédito Banese, 2007 – 2009 ..	88
Tabela 27 – Perfil sócio econômico do microempreendedor do grupo I IDHM-renda baixo, microcrédito Banese, 2007 – 2009	89
Tabela 28 – Perfil sócio econômico do microempreendedor do grupo II IDHM-renda médio, microcrédito Banese, 2007 – 2009	90
Tabela 29 – Perfil sócio econômico do microempreendedor - média dos grupos I e II dos municípios investigados, 2007 – 2009	91
Tabela 30 –Volume de crédito Sergipe, Banese e microcrédito, 2005 – 2009.....	92
Tabela 31 – Comparativo crédito total e carteira ativa de microcrédito, Banese, 2007 - 2009	93
Tabela 32 – Volume de microcrédito concedido e contratos realizados no Brasil, 2008.....	94
Tabela 33 – Indicadores de desempenho – grupo I municípios com IDHM-renda baixo.....	96
Tabela 34 – Indicadores de desempenho – grupo II municípios com IDHM-renda médio ..	97
Tabela 35 – Comparação dos indicadores do programa de microcrédito Banese com os indicadores "MIX" e "Planet Rating"	102

INTRODUÇÃO

É perceptível que os mercados financeiros desempenham um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico de um país, sendo que um dos instrumentos decisivos para o desenvolvimento, a inclusão social e a geração de emprego e renda é o crédito e o acesso a outros produtos financeiros. Torna-se assim factível que o desenvolvimento financeiro habilita os indivíduos a atingirem seu pleno potencial como produtores, poupadores, investidores e consumidores.

Nesse sentido, enfrentar a pobreza vem se constituindo numa preocupação mundial e um dos maiores desafios dos governos é estabelecer políticas que promovam o desenvolvimento econômico e social, visando à geração de emprego e renda para as camadas populacionais mais pobres.

O sucesso do microcrédito, principal produto da microfinança, deu visibilidade a esse novo horizonte e, nas duas últimas décadas, a discussão sobre o papel potencial das microfinanças na redução da pobreza tem ganhado espaço na literatura nacional e internacional. Isso decorreu de experiências comprovando que pessoas de baixa renda, geralmente excluídas do sistema financeiro tradicional, demonstraram representar um atrativo nicho de mercado, podendo ser citados como exemplos o Grameen Bank (Bangladesh), o Banco Sol (Bolívia) e o CrediAmigo (Brasil), instituições que se caracterizam por emprestar pequenas quantias, sem garantias, com taxas de juros de mercado, de curto prazo e com uso do agente de crédito.

Sob essa ótica, a microfinança como método criou produtos financeiros que são estruturados de tal forma que permitem que as pessoas com baixos recursos sejam clientes potenciais, reconhecendo que os microempresários e alguns dos clientes mais pobres podem ser rentáveis, pagar em parcelas os empréstimos e os juros e, também, economizar algum dinheiro, desde que os serviços financeiros sejam personalizados de forma a preencherem suas necessidades.

Por decorrência, as microfinanças é um tema complexo e passível de análise do ponto de vista social, econômico e financeiro. Do ponto de vista social os produtos microfinanceiros, e o microcrédito em particular, auxiliam no processo de inclusão social das populações menos favorecidas, que passam a ter acesso aos produtos ofertados por instituições financeiras.

Quanto aos aspectos econômico e financeiro, o grande contingente de microempreendedores que passam a ter a oportunidade de crescimento, por meio do fornecimento de crédito e de assistência técnica, contribui para o aquecimento da Economia, criando novos postos de trabalho, estimulando o consumo e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Nesse sentido, é importante que as instituições que ofertam o microcrédito estabeleçam parâmetros que permitam avaliar se a aplicação dos recursos está cumprindo sua finalidade, tanto do ponto de vista do desenvolvimento socioeconômico como da sustentabilidade financeira.

Diante do contexto apresentado, o presente estudo se propõe a analisar a experiência do Programa de Microcrédito do Banco do Estado de Sergipe – Banese, sob a ótica da sustentabilidade.

Especificamente, pretende:

- Apresentar e avaliar a evolução do microcrédito no Brasil, em Sergipe e no Banese;
- Identificar a importância do microcrédito em municípios com maior predominância de população com baixa renda;
- Analisar o impacto do microcrédito Banese no desenvolvimento econômico desses municípios;
- Identificar o perfil dos empreendimentos e clientes do microcrédito; e
- Avaliar os indicadores de sustentabilidade do microcrédito Banese.

O estudo se justifica pela ampliação da importância que o microcrédito tem despertado como uma alternativa ao modelo padrão de concessão de crédito para pessoas que não têm acesso ao crédito tradicional e estão fora do mercado formal. Notadamente, essa referência se amplia junto ao pequeno empreendedor que, na sua maior parte, enfrenta dificuldades para obtenção de crédito bancário, por não atender as exigências estabelecidas pelas instituições financeiras.

Para fins de melhor compreensão da proposta desse estudo, o trabalho está estruturado em capítulos que abordam inicialmente os conceitos de crédito, microfinanças e

microcrédito, bem como apresenta, a partir da literatura especializada, a evolução do microcrédito desde o seu constructo teórico ao marco legal que regulamenta suas práticas e as principais instituições impulsionadoras dessa modalidade. Apresenta, ainda, a partir de estudos realizados, a importância do microcrédito e suas contribuições para o combate a pobreza, a geração de renda, o desenvolvimento local e a melhoria da sustentabilidade financeira, foco central deste estudo.

No segundo capítulo, é apresentado o relato das principais visões do desenvolvimento do microcrédito em escala mundial e sua evolução no Brasil, destacando as melhores práticas e, concluindo, com as particularidades de Sergipe através do programa de microcrédito do Banco do Estado de Sergipe S/A.

Por sua vez, o terceiro capítulo, principal referência do estudo, apresenta a avaliação do programa de microcrédito Banese dividido em três seções: a primeira descreve a metodologia utilizada para levantamento e análise de dados, levando em consideração as vertentes dos municípios selecionados na amostra, bem como a avaliação da sustentabilidade através de uma análise comparativa dos resultados gerados pelo programa de microcrédito Banese com os índices obtidos dos Indicadores “MIX” e *Planet Rating*.

A segunda descreve as características do microcrédito Banese, especificando sua atuação no estado de Sergipe e detalhando os perfis do cliente e do empreendimento financiado. A essas informações, agrega-se uma caracterização dos selecionados para composição do estudo.

A terceira apresenta uma análise dos resultados alcançados, focando-se no impacto do microcrédito para os municípios selecionados e na análise da sustentabilidade do microcrédito Banese, fundamentada em dois grupos de indicadores: “sustentabilidade e rentabilidade”, e, “qualidade, eficiência e produtividade”. Nas considerações finais, o autor explora os achados do estudo à luz das teorias estudadas, estabelecendo correlações entre os resultados encontrados e as principais práticas abordadas no referencial apresentado no decorrer do trabalho.

CAPÍTULO 1

MICROFINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

No ambiente econômico é costumeiro deparar-se com o confronto paradoxal de atender grande contingente populacional desprovido de condições mínimas para sobreviver, e, ao mesmo tempo, buscar pelo aperfeiçoamento e redução de custos da indústria de grande porte, o que amplia o contingente de desempregados, forçando com que os mesmos trilhem o caminho do empreendedorismo.

Diante destes fatores, o desafio de como financiar as pessoas que não reúnem as condições mínimas necessárias para obtenção de crédito exigindo a adoção de políticas públicas condizentes com essa realidade é constante.

Segundo Moreno (2007), há muitas evidências das relações entre o desenvolvimento e o crescimento econômico, resultando numa ligação entre a profundidade e a abrangência de um sistema financeiro e a redução da pobreza.

Por sua vez, Levine (1997) cita várias funções do sistema financeiro que o vinculam ao crescimento econômico de uma nação, dentre as quais podem ser citadas:

- a) Enriquece a informação referente a investimentos e alocação de recursos, ou seja, Intermediários Financeiros reduzem custos de obtenção de informações acerca de investimentos, possibilitando uma melhor alocação de recursos.
- b) Instiga lidar com riscos: Mercados Financeiros e instituições desenvolvidas aparecem para facilitar a comercialização, proporcionando proteção e diversificação de riscos, o que leva a uma melhor alocação de capital.
- c) Mobilização de poupança, através dos intermediários financeiros que absorvem uma fração dos recursos da poupança doméstica, que será transformada em investimento.
- d) Possibilita uma melhor negociação de mercadorias, produtos e serviços.

Em consonância a essas considerações, nos últimos anos iniciativas que buscam disponibilizar crédito a população de baixa renda e sem acesso ao sistema financeiro tradicional têm-se tornado notórias, entendendo que a inclusão bancária e o acesso ao crédito

proporcionado a essa parcela da população, possibilita a geração de trabalho, renda e, conseqüentemente, o desenvolvimento social.

Nesse contexto, o presente capítulo aborda os conceitos de crédito e suas modalidades, notadamente as microfinanças evidenciando o microcrédito no Brasil com enfoque para o marco legal, os programas governamentais e as instituições impulsionadoras, e por fim trata da importância do microcrédito e suas contribuições para o combate a pobreza, a geração de renda, o desenvolvimento local e a melhoria da sustentabilidade financeira.

1.1 Crédito, Microfinanças e Microcrédito: definições e cenário no país

O instrumento usado para efetuar as transações no mercado financeiro é a moeda ou o crédito, definido como o meio universal de troca que tem uma função social muito importante: financiar o consumo. Com este produto financeiro, aumenta-se o poder aquisitivo dos clientes.

Segundo Diniz (1998), o crédito é a antecipação de recursos (mercadorias, dinheiro, uso de imóveis, serviços, títulos, etc.) que se transformará em prestação futura, feita por uma pessoa a outrem, tendo garantia de um pagamento posterior, em razão da confiança depositada na pessoa a quem se entrega a coisa. Além disso, o crédito é um importante propulsor da economia, porque dá sustentação aos investimentos e ao consumo, principalmente aquele direcionado às empresas para o horizonte de longo prazo, visto que dão suporte à perenidade das organizações.

Sobre esse aspecto, Silva (2004, p.68) afirma que:

O crédito, sem dúvida, cumpre importante papel econômico e social, a saber: (a) possibilita às empresas aumentarem seu nível de atividade; (b) estimula o consumo influenciado na demanda; (c) ajuda as pessoas a obterem moradia, bens e até alimentos; e (d) facilita a execução de projetos para os quais as empresas não disponham de recursos próprios suficientes.

Vale ressaltar que, o segmento de crédito é formado por uma gama de produtos e serviços que são oferecidos a comunidade, sejam pessoas físicas e jurídicas, entidades governamentais, através das instituições financeiras, que detém os recursos, e pelos tomadores de recursos. Nessa relação, torna-se claro o importante papel de fomentar o desenvolvimento econômico com repercussão na redução dos indicadores de pobreza, e conseqüente melhoria do nível de emprego e renda que o crédito tem.

Entretanto, para que se realize qualquer operação de crédito no sistema financeiro, torna-se necessário a cobrança de taxa de juros, o que Assaf Neto (2006, p.106) define como sendo “o preço do crédito, refletindo sua dimensão temporal”, ou ainda, “a remuneração exigida por um agente econômico ao decidir postergar o consumo, transferindo seus recursos para outros agentes”.

Porém, no âmbito macroeconômico, a taxa de juros reflete a confiabilidade dos agentes econômicos em relação ao desempenho futuro da economia. Por isso, em períodos de incerteza econômica, há tendência de elevação da taxa de juros, como também, no período de estabilidade econômica induz a redução na taxa de juros, e conseqüentemente aumento do nível de demanda por crédito pelos agentes econômicos.

Desde 2002, os empréstimos têm avançado no Brasil a uma taxa equivalente a cinco vezes a expansão do PIB. Esta ampliação decorreu dos seguintes fatores: i) recuperação da renda e do emprego no País; ii) queda da taxa de juros; iii) desenvolvimento de novas modalidades de crédito com menor risco de “inadimplência”, a exemplo, dos empréstimos consignados em folha de pagamento; iv) realização de parcerias com empresas do setor varejista, inclusive no comércio eletrônico; v) pela farta liquidez internacional (recursos abundantes e com reduzidos custos e gastos de captação, com inúmeras realizações de IPOs por parte dos bancos médios); e vi) renovação dos contratos com prazo médio entre 24 e 48 meses (AUSTIN, 2009).

Houve também o alongamento dos prazos de financiamento, flexibilização de normas por parte da autoridade monetária na concessão de crédito para todos os segmentos e o forte avanço do crescimento econômico traduzido numa maior disponibilidade de recursos para o financiamento de bens duráveis (ex: automóveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, etc.).

Assim sendo, o saldo dos empréstimos do sistema financeiro atingiu R\$ 1.410 bilhões em dezembro de 2009, correspondente a 45% do PIB, com expansão de 14,9% nos últimos doze meses, quando em 2008 era 41,3%, situando-se abaixo de países como Chile, Argentina e México. As operações com recursos livres aumentaram 9,4% no ano. Entre as operações de crédito com recursos livres, que representam 67,6% do total do sistema financeiro, o saldo das operações com pessoas físicas cresceu 19,4% em 2009 e das pessoas

jurídicas 1,2%. As operações com recursos direcionados elevaram-se 28,4% quando comparada a dezembro de 2008 (BACEN, 2010).

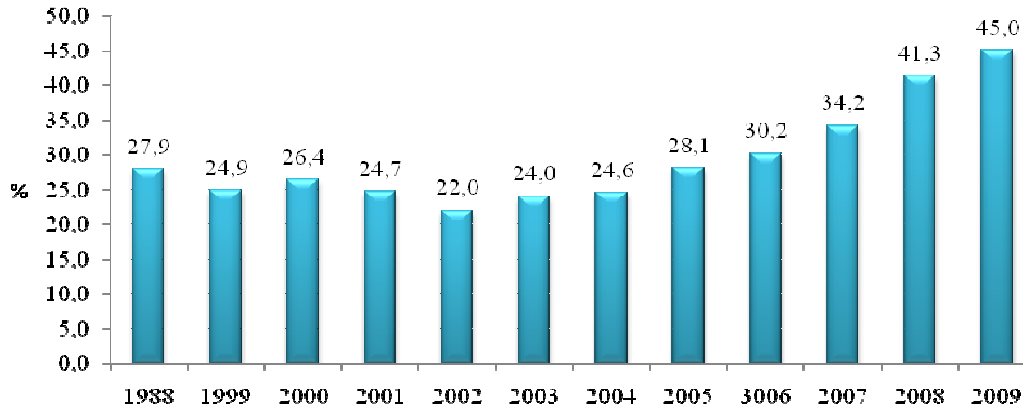


Figura 01 – Volume de Crédito como parcela do PIB, 1998–2009

Fonte: BACEN (2010).

Sobre esse aspecto, para Sardenberg (2009), o sistema financeiro ainda tem um bom caminho para expandir o crédito. No entanto, o autor pondera que a relação crédito/PIB não é tão pequena quanto se pensa, pois no Brasil a parcela do financiamento imobiliário é muito baixa, perto de 3% do PIB. Em outros países, a hipoteca responde por quase metade dos empréstimos. Por esse raciocínio, as demais modalidades de crédito têm menos espaço para crescer do que o número consolidado pode sugerir.

Nesse sentido, o destaque entre as modalidades de crédito deve continuar por conta das operações de crédito pessoal, principalmente no segmento de consignação em folha de pagamento, seguido pelo crédito imobiliário.

Segundo o Banco Central (2009), a carteira ativa de microcrédito, em 2009, alcançou o volume de R\$969,1 bilhões, referente a 10,3% de crescimento em relação a R\$ 878,6 bilhões registrado em 2008. Esse desempenho evidencia o amadurecimento dos projetos produtivos do setor no período sob análise. No final de 2009, conforme Tabela 1, o volume concedido de microcrédito realizado pelos bancos atingiu o montante de R\$6,54 bilhões, um volume de empréstimos que garante o cumprimento de 69% das obrigações de aplicação de recursos em operações de crédito. (BACEN, 2009).

Tabela 1 – Resultados consolidados anuais de volume concedido de microcrédito, Brasil, 2005 - 2009

<i>Ano</i>	<i>Valores Concedidos em R\$ Milhões</i>
2005	602,3
2006	831,8
2007	1.100,4
2008	1.807,1
2009	2.200,0
TOTAL	6.541,60

Fonte: PNMPO, 2009

Diante do exposto, verifica-se que o Sistema Financeiro Brasileiro se encontra numa fase de transformações e ajustes, caracterizado pelo lançamento de novos produtos e inovação nas formas de financiamento. Aliado a isto, ocorre um aumento do número de participantes do processo e transações nos segmentos existentes, fenômeno denominado de inclusão bancária, resultando na convergência entre microfinanças e o sistema financeiro tradicional, o que gera a expansão do acesso a serviços financeiros adequados as diversas camadas da população, que representa um passo para obtenção de um sistema financeiro mais inclusivo.

No entanto, para que esse processo de integração aconteça torna-se necessário conhecer o mercado de atuação, de iniciativas de sucesso e do potencial de alavancagem de parceiros, cujas ações coordenadas maximizam as sinergias entre as partes interessadas. Nesse sentido, o microcrédito, que compõe a modalidade de crédito microfinanças, é um importante instrumento de crédito que, focado no seu objetivo social de largo alcance, já testado em vários países, tem-se revelado um eficaz meio de combate a pobreza e de inserção social dos menos favorecidos na economia formal.

1.1.1 Crédito e microfinanças

De acordo com Junqueira e Abramovay (2003), a década de 90 foi marcada pela proliferação e consolidação de experiências no campo das microfinanças. Essas inúmeras experiências, disseminadas principalmente pelo Terceiro Mundo, começaram a mostrar resultados expressivos e a despertar interesse por parte de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. No campo das ciências sociais, os trabalhos sobre microfinanças foram (e ainda são) verdadeiros laboratórios para se estudar temas como a coesão de grupos sociais, mudanças institucionais, capital social e, em menor escala, diferentes modalidades de crédito em diferentes sistemas produtivos.

Soares (2007) explica que, nos últimos 25 anos, as microfinanças têm sofrido um rápido processo de desenvolvimento e estruturação. Estima-se que mais de 30 milhões de pessoas têm acesso ao portfólio de produtos e serviços de microfinanças ofertados por mais de 10 mil instituições especializadas.

No Brasil, as microfinanças tiveram uma ascensão muito rápida na última década, principalmente a partir da disseminação da experiência do Grameen Bank, em Bangladesh, sendo reconhecida como uma excelente ferramenta para atender a “Base da Pirâmide”, representada por aquelas pessoas que vivem em situação de pobreza, concedendo-lhes uma maior dignidade pelo fato de conceder a estes uma chance de modificar a situação de extremo descaso do Poder Público e do Sistema Financeiro Tradicional.

O conceito de microfinanças refere-se à prestação de uma gama de serviços financeiros no âmbito do crédito, poupança, seguros, serviços bancários, dentre outros, adequados e sustentáveis, para a camada da população de baixa renda. Segundo Parente (2002), o objetivo das microfinanças é promover o segmento micro empresarial e combater a pobreza.

Já o Banco Central do Brasil, em uma nota técnica, define microfinanças como a “prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados”.

Ledgerwood (1999, p. 239), por sua vez afirma que

[...] microfinanças é a provisão de serviços financeiros a clientes de baixa renda, incluindo aqueles trabalhadores por conta própria. Em adição à intermediação financeira, algumas instituições de microfinanças também provêem à intermediação de serviços sociais, incluindo a ajuda na formação de grupos e no desenvolvimento da autoconfiança, da aprendizagem, do linguajar financeiro e outros serviços.

Desta forma, pode-se ainda conceituar as microfinanças como sendo:

[...] Prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. Nessa linha, entidades ou IMFs são entendidas como aquelas especializadas em prestar esses serviços, constituídas na forma de OnGs, Oscips, cooperativas de crédito, SCMs, bancos comerciais públicos e privados (principalmente por meio de correspondentes no País e de carteiras especializadas) e fundos institucionais” (SOARES, p. 131, 2007).

Segundo Parente (2002, p.41), um dos principais diferenciais das microfinanças é a metodologia adotada na relação entre a organização ofertante e a microempresa tomadora do crédito, destacando três itens:

- a) Desenho de produtos adequados e oportunos à natureza e realidade das microempresas;
- b) Processo metodológico de análise, concessão e acompanhamento do crédito;
- c) Modelo de gestão que move a organização estruturada para realizar a missão das microfinanças.

É importante ressaltar, que no âmbito das microfinanças o processo de estabilização monetária do país é bastante relevante como ponto central para expansão do microcrédito, pois este necessita de taxas de juros relativamente baixas para alcançar seu público-alvo, haja vista que uma política pública de acesso ao crédito tem como objetivo primordial direcionar recursos públicos, ou seja, oferta de moeda, via intermediários financeiros com o apoio das organizações não-governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público, sociedades de crédito ao microempreendedor e agências de fomento, para um determinado segmento da sociedade. Já para o microcrédito, os demandantes de moeda estão situados na base das pirâmides social e empresarial.

1.1.2 Microcrédito

No segmento de microfinanças, o microcrédito é considerado o produto de maior relevância e pode ser definido como todos os serviços financeiros para o microempreendedor, exceto o crédito para o consumo. O microcrédito, neste sentido, vem a ser um desses serviços financeiros encarregado do provimento de crédito produtivo a microempreendedores que não têm acesso ao sistema financeiro.

A partir de 1994, com o advento do Plano Real e conseqüente estabilização da moeda, deu-se início a um novo ciclo da economia brasileira, com baixas taxas de inflação, aumento relativo da taxa de investimento e um moderado crescimento econômico. O microcrédito, como instrumento de política pública de acesso ao crédito, teve sua expansão apoiado no aumento da demanda por crédito para as atividades produtivas e de consumo, e ainda, ancorado na oferta de recursos através da expansão das iniciativas oriundas da sociedade social, pelo poder público, nas esferas federal, estadual e municipal, e pela

iniciativa privada com as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e os Banco Comerciais.

O microcrédito é uma alternativa ao modelo padrão da concessão de crédito para pessoas que não têm acesso ao crédito tradicional e estão fora do mercado formal, por não possuírem as exigências cobradas pelos bancos, no tocante a oferta de garantias e documentação formal das microempresas. Trata-se de uma modalidade de concessão de empréstimos de baixo valor direcionado a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais e por demandarem baixos montantes, destinado essencialmente para capital de giro.

Segundo Ferrarezi e Rezende (2000), o microcrédito pode ser definido como concessão de empréstimos de pequeno valor por instituições financeiras strictu sensu (bancos, financeiras, sociedade de crédito ao microempreendedor) ou ONGs e OSCIP, para pessoas e empresas tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional.

Por sua vez, Fontes (2003), acredita que o microcrédito deve ser visto como um processo que se acumula socialmente, no qual há mudanças de poder entre produtores, intermediários e consumidores. Diante dessa visão, o microcrédito propõe novas regras e novos marcos legais, além de colocar como elemento central o poder da moeda, pois ele assume uma dimensão de meio de pagamento, funciona como forma de operacionalização dos sistema de garantia e de crédito, e como reserva de valor.

Segundo Barone, Lima, Dantas e Rezende (2002), o microcrédito é um crédito especializado para determinado segmento da economia: o pequeno empreendedor informal e a microempresa. Portanto, está voltado para apoiar negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda e não se destina a financiar consumo. Trata-se também, de crédito que não tem garantias reais para respaldá-lo, com a possibilidade de oferecer aval ou fiança solidária, que consiste na reunião de várias pessoas que confiam entre si, para formar um grupo solidário ou apresentação de um avalista ou fiador.

Para alguns autores ainda o microcrédito é:

a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantia reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o

uso de metodologia específica. (BARONE, LIMA e DANTAS, 2002, p.11)

Ressalte-se, ainda, que o microcrédito implica em novas relações de poder no complexo sistema de inter-relações de força que se estabelece entre os sujeitos individuais e coletivos, privados e políticos, formais ou informais, e membros da estrutura econômica.

No entanto, é importante mencionar que o microcrédito não deve ser entendido apenas como uma medida de política econômica, mas também como uma ação de política social, que visa oferecer acessibilidade ao mercado financeiro para os agentes econômicos que se encontravam excluídos deste segmento.

Nesse sentido, o princípio básico do microcrédito é atuar de uma forma diferente da convencional atendendo a uma faixa da população que não tem acesso ao crédito. Entre as suas características podem ser enumeradas: atendimento ao segmento específico, crédito sem burocracia, instituição auto-sustentável e possibilidade de gerar receita que supere os custos operacionais e recupere os investimentos iniciais.

De acordo com Parente (2002), a maior desigualdade que há é a falta de oportunidade e de alternativas para o indivíduo tentar reverter a própria situação de desigualdade. Porém, estudos relativos aos impactos de programas de microempreendedores já produzem efeitos altamente positivos no nível de renda e de consumo de famílias, no nível dos ativos dos micronegócios, e no nível de autonomia pessoal e no nível de comunidade. Sob essa orientação, dentro da esfera do microcrédito surgiu o programa de microcrédito produtivo orientado, que segundo, Alves e Soares (2006) e BNDES (2002), pode ser definido como o crédito produtivo popular, com foco no financiamento a microempreendedores de baixa renda, para aplicar em sua atividade profissional.

Ressalte-se que as micro e pequenas empresas e o setor informal têm relevância na geração de emprego e renda no país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Outrossim, as instituições de microcrédito desenvolveram formas de funcionamento específicas, capazes de estabelecer laços de confiança, reduzindo a possibilidade do alto risco operacional.

Sobre esse aspecto, o microcrédito é concedido de forma assistida, o que é feito pelo agente de crédito, que é o elo entre a instituição de microcrédito e o tomador do empréstimo, sendo responsável pelo estabelecimento de uma relação profissional de

confiança. O agente de crédito efetua uma entrevista com o pretendente e avalia a sua situação socioeconômica e os aspectos gerenciais do negócio, dimensionando a viabilidade do crédito a ser concedido.

Os empréstimos concedidos são de pequeno valor e com prazos de pagamentos curtos, pois são renovados constantemente na medida em que o tomador vai liquidando suas operações. Além disso, o mínimo de burocracia exigida, com a rápida entrega do crédito, incentiva o pagamento em dia, que são refletidos em função da proximidade da localização da instituição concessora e da residência e/ou local de trabalho dos tomadores de crédito.

Outra característica do microcrédito amplamente discutida na literatura diz respeito ao impacto positivo do microcrédito nas situações de pobreza (YUNUS, 2001; SINGER, 1998). De fato, o microcrédito vem apoiando modelos alternativos de geração de emprego e renda para o segmento mais pobre da população, firmando-se como elemento importante de estratégias destinadas a combater a pobreza e a exclusão social. Isso faz com que o microcrédito se constitua em alternativas às tendências mais gerais da sociedade contemporânea de concentração de renda e ampliação das disparidades sócio econômicas.

De acordo com Barone et. al. (2002), existem alguns aspectos que caracterizam o microcrédito como uma metodologia específica, a saber: o caráter de crédito produtivo, a ausência de garantias reais, o crédito orientado, o crédito adequado ao ciclo do negócio, o baixo custo de transação e considerável custo operacional e ação econômica com impacto social, destacando o papel do agente de crédito, cuja responsabilidade é manter uma relação de confiança entre a instituição e o tomador de empréstimo, assegurando sua continuidade em bases sustentáveis.

É importante ressaltar ainda a relevância da iniciativa do microcrédito e a sua meta social, prestando serviços de crédito a um conjunto de pessoas financeiramente excluídas do Sistema Financeiro Nacional. Dessa forma, resumem-se as principais características do microcrédito:

- a) Informalidade do Público Alvo
- b) Crédito concedido de forma assistida - Agentes de Crédito
- c) Sistema de crédito diferenciado – atendimento a segmento específico
- d) Crédito sem burocracia – baixo custo de transação
- e) Não tem garantias reais (aval, fiança solidária)

- f) Empréstimos concedidos de pequenos valores e prazos de pagamento
- g) Ao tomador é incentivado a pagar em dia
- h) Modelo alternativo para geração de emprego, renda e inclusão bancária.

Como consequência dessas características específicas do microcrédito, percebe-se um aumento no volume de crédito concedido a este segmento de atuação e se afirma como política pública de combate a pobreza e geração de emprego e renda, e como consequência contribui para o desenvolvimento local.

1.1.3 Microcrédito no Brasil: marco legal, programas governamentais e instituições

A regulamentação do microcrédito no Brasil é relativamente recente e foi aperfeiçoada a partir do desenvolvimento de programas governamentais que estimularam o crescimento dessa modalidade de financiamento. A seguir, um breve panorama da evolução do marco legal, exemplo de programas públicos e instituições impulsionadoras do microcrédito.

1.1.3.1 Marco legal

O Sistema Financeiro Nacional pode ser conceituado como um conjunto de instituições que se dedicam a propiciar condições satisfatórias, para a manutenção de um fluxo de recursos financeiros entre poupadores e investidores.

A estrutura do Sistema Financeiro Nacional, com base em dezembro de 2009, segundo informações do Banco Central do Brasil é composta por 2.339 instituições financeiras autorizadas a funcionar, conforme descrito na Tabela 2, com destaque para a existência de 139 bancos múltiplos, 04 bancos de desenvolvimento, 16 bancos de investimento, 46 sociedades de crédito ao microempreendedor e 14 agências de fomento.

Até 1964, o Sistema Financeiro Nacional necessitava de uma reestruturação racional, adequada às necessidades da sociedade, o que gerou a edição de uma série de leis, tais como: Lei das S/As 4.594/64 e Lei do Mercado de Capitais 4.728/65.

O Banco Central do Brasil atua como órgão executivo central do sistema financeiro, cabendo-lhe a responsabilidade de cumprir e fazer cumprir, as disposições que regulam o funcionamento do sistema e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Tabela 2 – Tipologia e quantitativo de instituições financeiras autorizadas a funcionar no Brasil, 2009

<i>Tipo de Instituição</i>	<i>Quantidade</i>
Bancos	177
Múltiplos	139
Comerciais	18
Desenvolvimento	4
Investimento	16
Caixa Econômica	1
Sociedades	383
Arrendamento Mercantil	33
Crédito, financiamento e investimento	59
Crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimos repassadoras	16
Corretoras de títulos e valores mobiliários	105
Corretoras de câmbio	45
Distribuidora de títulos e valores mobiliários	125
Agências Fomento	14
Companhias Hipotecárias	6
Subtotal	581
Cooperativas de crédito	1.405
Sociedade de crédito ao microempreendedor	45
Subtotal	2.031
Administradora de Consórcio	308
Total	2.339

Fonte: Banco Central do Brasil - BACEN, 2009.

O Conselho Monetário Nacional tem por finalidade, de acordo com o art. 2º da Lei 4.595/64 formular a política de crédito, objetivando o progresso econômico e social do País, dentro dos parâmetros fixados no artigo 3º da citada Lei. Neste sentido, destacamos as principais: adaptar o volume dos meios de pagamento, às necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento; regular o valor interno da moeda; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas ou privadas, tendo como finalidade propiciar nas diversas regiões do país, condições favoráveis ao desenvolvimento harmônico da economia nacional; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetárias, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Desta forma, considerando que as instituições de microcrédito também possuem acesso a linhas de financiamento público, a regulamentação de sua atuação busca a utilização de forma transparente e com fundamento na ética.

Segundo Costa (2002), as instituições microfinanceiras que atuam no Brasil podem ser divididas em dois grupos de tipos societários distintos: as sociedades comerciais e as sociedades ou associações civis, sem fins lucrativos.

Parte do fundamento do microcrédito baseia-se na Constituição Federal (1988) quando consigna como objetivos fundamentais em seu art. 3º construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação.

Já o princípio da Solidariedade e o combate à pobreza estão inseridos no art. 3º, incisos I e III, ao estabelecer que “os objetivos fundamentais da República Federal do Brasil são: I. construir uma sociedade livre, justa e solidária. III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

O artigo 3º simboliza o ideal de justiça de qualquer nação e por ter sido denominada de “constituição cidadã”, nela residia à esperança do brasileiro por justiça, em função dos objetivos estarem suficientemente claros para permitir a compreensão de que a partir da sua promulgação teríamos uma nação melhor e com mais justiça social.

Convém salientar que até o ano de 1999, não havia uma regulamentação das atividades de microcrédito, nesse sentido, as ONGs atuavam à margem do sistema financeiro oficial, sem qualquer cobertura jurídica e sujeitas à Lei da Usura. Porém, através da revisão do marco legal, foram tomadas três decisões importantes: (1) a lei do terceiro setor (9.790/99), que inclui o microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs; (2) isenção das OSCIPs quanto a Lei da Usura; (3) e a criação pelo Banco Central do Brasil da entidade jurídica denominada Sociedade de Crédito ao Microempreendedor - SCM, que regulamenta a participação da iniciativa privada na indústria de microfinanças.

A Lei 9.790, de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, dispõe sobre os requisitos necessários para serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos a fim de serem qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e de instituir as regras que regem o seu funcionamento e controle, contemplando o acordo de cooperação que deve reger as relações entre as referidas sociedades e o setor público. Desde que os objetivos sociais e

normas atendam aos requisitos da mesma, com a devida autorização do Ministério da Justiça para o seu funcionamento.

Em relação aos procedimentos relativos à autorização e ao funcionamento, bem como os padrões contábeis que as Sociedades de Crédito para o Microempresário devem cumprir, são estabelecidos pelas circulares do Banco Central do Brasil nº 2.915, de 05 de agosto de 1999 e de nº 2.898, de fevereiro de 1999.

Em 2001, a Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro, criou as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e a empresa de pequeno porte, tendo como objeto social, exclusivo, a concessão de financiamentos as pessoas físicas e a microempresas, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou tradicional. Essa decisão equiparou essas sociedades às instituições financeiras para os efeitos da legislação em vigor, o que as colocou na esfera de supervisão do Bacen e com constituição, organização e funcionamento disciplinados pelo Conselho Monetário Nacional.

Ainda em 2001, no mês de agosto, entrou em vigor a Medida Provisória 2.172-32/01, com o objetivo de legalizar as transações de microcrédito com as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Isentando as OSCIP da Lei da Usura, permitindo que as mesmas pratiquem juros com base nas regras estabelecidas pelo mercado financeiro.

No que concerne à fonte de recursos para as microfinanças, a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, regulamentada pela Resolução nº 3.422, de 30 de novembro de 2006, determina que as instituições financeiras bancárias direcionem para microcrédito 2% dos saldos existentes em contas de depósitos à vista. A resolução prevê ainda que eventuais insuficiências de aplicação do recurso no seu direcionamento implicam no recolhimento da diferença ao Banco Central do Brasil.

Outrossim, o marco legal do microcrédito vem sendo aperfeiçoado, com o estabelecimento das normas operacionais dos empréstimos; da definição clara e precisa de quem são seus tomadores; do papel e da responsabilidade dos organismos e entidades concedentes; enfim, de uma série de normas que visam impedir que o microcrédito se afaste do seu objetivo precípuo.

Tabela 03 – Síntese do marco legal sobre o microcrédito no Brasil, 2009

NORMATIVOS	Lei nº 9.790, 23.03.99 ⁽¹⁾ Lei nº 10.194, 14.02.01 ⁽²⁾ Lei nº 10.735, 11.09.03 ⁽⁴⁾			
	Lei nº 11.110, 25.04.05 ⁽³⁾			
FONTES DE RECURSOS	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO			Fundos públicos municipais ou estaduais
	Fundo de Amparo Trabalhador - FAT		Parcela de 2% sobre depósito à vista	
INSTITUIÇÕES MICROFINANÇEIRAS	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP	Sociedade de Crédito ao Microempendedor - SCM	Banco de Desenvolvimento Bancos Privados Bancos Públicos Cooperativas de Crédito Financeiras Agências de Fomento	Organizações não Governamentais - ONG

Fonte: Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil.

(1) Criou as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP

(2) Criou e disciplina as Sociedades de Crédito ao Microempendedor - SCM

(3) Instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO

(4) Instituição da parcela de 2% dos recursos de depósitos à vista destinados ao microcrédito.

Vale ressaltar que a análise da legislação em vigor revela dois momentos distintos: primeiro caracteriza-se pela regulação tendo o microcrédito como a atividade central do processo de reordenação operacional e jurídica, no segundo momento a Resolução nº 3.190/2003, que incentiva e dar benefícios para o início do processo de bancarização no Brasil, demarcam o início da inserção da camada da sociedade desfavorecida de serviço bancário.

É importante destacar também que a constituição, no Brasil, ainda carece de avanços visando a atuação de um mercado de crédito que atenda as necessidades das camadas menos favorecida da população de baixa renda e desprovida de crédito para fomentar o pequeno empreendedor, e, conseqüentemente, proporcionar melhores condições de vida.

Na subseção seguinte é feita uma correlação da legislação do microcrédito no Brasil, com a aplicabilidade nos programas governamentais.

1.1.3.2 Programas governamentais

O Governo Federal com a visão de implementar novas políticas públicas que possibilitem a população carente melhores condições de vida através da inclusão social e financeira, implantou programas com a amplitude de impulsionar o desenvolvimento, tendo

como desafio construir políticas ativas de emprego, capazes de criar não só um sentido de inclusão, mas condições efetivas para que os mais carentes tenham acesso a empregos.

Como consequência, em 12 de janeiro de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Conselho Comunidade Solidária, que tinha como elo central a construção de uma agenda de desenvolvimento social para o país, amparada em novos conceitos e propostas singulares de ação, substituindo antigos e ultrapassados modelos assistencialistas. Esse projeto quebrou o paradigma de que o desenvolvimento social é tarefa única do Estado, e, neste sentido, promoveu diversas parcerias com a sociedade civil e a iniciativa privada para esse fim.

Assim sendo, foram elencados os seguintes objetivos específicos para o Conselho Comunidade Solidária:

- a) Fortalecer a capacidade de pessoas e comunidades para atuar como agentes de seu autodesenvolvimento;
- b) Direcionar os projetos para as áreas geográficas e setores mais pobres da população;
- c) Descentralizar as ações e incentivar a participação da comunidade como condição para uma maior eficiência e sustentabilidade das ações;
- d) Monitorar e avaliar com o intuito de medir custos e resultados bem como facilitar a replicação dos programas em larga escala.

Esse conjunto de ações visa promover a participação cidadã e novas formas de diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil buscando o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais.

Ainda, no âmbito do programa Comunidade Solidária, a sociedade civil aparece como responsável por realizar uma série de ações, as quais conduziram ao bem comum. Desta forma, cabe destacar as seguintes afirmações:

A cidadania não se limita ao voto, mas se prolonga numa participação múltipla quotidiana dos cidadãos na administração de sua cidade, na melhoria da qualidade de vida no seu bairro, na escola, no hospital, na biblioteca, no museu, enfim onde houver um trabalho em prol do bem comum, seja ele de iniciativa do Governo ou de uma organização civil.

Em sua irredutível diversidade, as iniciativas espontâneas das ONGs, fundações empresariais, entidades filantrópicas, clubes de serviços, centros

de voluntariado, grupos informais de apoio e auto-ajuda, respondem a demandas poucas percebidas, dão visibilidade a problemas vividos por grupos vulneráveis da população, testam – ainda que em escala pequena – soluções inovadoras. Este exercício de cidadania participativa contribui para ampliar significativamente as energias, competências e recursos investidos no desenvolvimento social. (CARDOSO, FRANCO e OLIVEIRA, 2000).

Por conseguinte, em junho de 1996, através de reuniões do Conselho Comunidade Solidária envolvendo o governo e a sociedade, ficou definido que um dos temas-chave do projeto seria a formulação e implementação, de políticas públicas de acesso ao crédito, como forma de reduzir o índice de pobreza e ampliar processo de inclusão social. Para este fim foi criado o programa de microfinanças tendo como principal âncora o microcrédito, cuja finalidade foi disponibilizar crédito para as populações mais carentes e uma alternativa de renda.

Em 1997, com a finalidade de dar apoio financeiro a projetos de cunho social voltados para a população carente, o BNDES instituiu o Fundo Social, tendo como fonte de recurso parcela do lucro da instituição financeira, com as principais linhas de ação:

- a) Atender projetos de investimento básico em setores sociais fundamentais, como saúde e educação;
- b) Incentivar a modernização do setor público, envolvendo a gestão municipal;
- c) Disponibilizar recursos para investimentos multi-setoriais em regiões urbanas degradadas, e em programas de geração de trabalho e renda, incluindo, principalmente, microcrédito, empresas autogestionárias e ações de desenvolvimento local.

A partir da criação do Fundo Social, o BNDES passou a implementar suas ações estratégicas em compasso com o projeto comunidade solidária na adoção de políticas públicas voltadas para a disseminação do programa de microfinanças no Brasil, permitindo a estruturação de um novo canal de distribuição, por intermédio de instituições especializadas voltadas para a concessão de crédito aos empreendedores formais e informais da economia. Diante desses fatores o BNDES constituiu-se no principal agente financeiro de repasse de recursos para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM.

Dando seqüência a esta linha de atuação, o Governo Federal, com o objetivo de disseminar, alavancar e reordenar o microcrédito, instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO por intermédio da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, com os seguintes objetivos gerais:

- a) Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.
- b) Disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.
- c) Oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Segundo o PNMPO, são considerados micro-empreendedores populares as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte. Desta forma, o microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras desse público, mediante utilização de metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

Para subsidiar a coordenação e a implementação do Programa, foi criado o Comitê Interministerial do PNMPO, que é composto por representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Fazenda e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Dentre as modalidades de apoio podem ser citadas: reestruturação das instituições, capacitação de recursos humanos, cessão de uso de sistema informatizado de gestão, prestação de serviços de consultoria, capacitação de lideranças comunitárias, entre outras.

Os recursos destinados ao PNMPO são provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e da parcela dos recursos oriundos de depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003.

Por sua vez, o Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI, tem como objetivo fortalecer o segmento microfinanceiro no Brasil e sua visão de futuro de um mercado que oferte, de forma sustentável, serviços financeiros aos microempreendedores, formais e informais, e a segmentos da população que não lhes têm acesso, ou tem de maneira restrita.

Com a criação do Conselho Comunidade Solidária e a instituição do Fundo Social, como também a implantação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, estabeleceu-se no país uma nova filosofia de trabalho. A adoção de políticas públicas de forma planejada com foco e objetivos a serem perseguidos e atingidos, passou a favorecer a visão de inclusão social e financeira, através da formação de uma ampla rede

institucional, capaz de oferecer crédito aos pequenos empreendedores, formais e informais, viabilizar alternativas para geração de emprego e renda. Ao mesmo tempo, a legislação definiu a natureza dos programas, instituindo na esfera do Ministério do Trabalho e Emprego, uma nova visão de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

Nesta linha de ação os programas governamentais estabelecem as diretrizes básicas para que as instituições impulsionadoras do microcrédito possam atuar de forma plena e efetiva, relatada na próxima subseção.

1.1.3.3 Instituições Impulsionadoras

Com a finalidade de dar apoio financeiro e incentivo ao programa de microcrédito produtivo orientado, cujo objetivo é ampliar o acesso ao crédito, foram realizadas novas parcerias, que lançaram programas de suporte à indústria de microcrédito no Brasil.

Como exemplo, pode ser citado o Sistema de Apoio à Micro e Pequena Empresa – Sebrae, com a inauguração do programa nacional de apoio ao microcrédito com foco na criação e consolidação das instituições, disponibilizando recursos para o fortalecimento institucional, capacitação de recursos humanos e treinamento a micro empreendedores, além da participação dos Bancos Federais (CEF, Banco do Brasil, Banco do Nordeste), bancos estaduais e bancos de desenvolvimento (BDMG, Desembahia), e as agências de fomento.

É importante que os benefícios resultantes do acesso ao microcrédito não se restrinjam apenas ao indivíduo e sua família, mas também, prolongue-se multiplicativamente, nos bairros e aos arranjos produtivos locais, tornando-se um elemento importante da realidade econômica e social brasileira. Para tanto, e ainda para que continue sendo parte integrante das estratégias políticas de desenvolvimento adotadas pelos governos, como alternativa para reconstituição dos vínculos produtivos entre os agentes, comunidades e instituições de governo, é fundamental a participação das instituições impulsionadoras do microcrédito, com base na seguinte tipologia das instituições:

- a) OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
- b) ONGs – Organizações não governamentais
- c) SCM – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
- d) Bancos Comerciais – Linhas de crédito especiais
- e) Cooperativas de Crédito

f) Programas Governamentais

Dentre as instituições que impulsionam o microcrédito no Brasil, o Sebrae está engajado na promoção do programa de microcrédito, como também, dá o respaldo institucional, o que garantindo credibilidade. E ainda, propõe apoiar a criação e o fortalecimento de organizações de microcrédito, desde que adotem os princípios de independência e auto-sustentabilidade.

Com o objetivo de apoiar os governos municipais e estaduais na alavancagem do crédito diferenciado, desabrocham, mais recentemente, em especial a partir da privatização dos bancos estaduais, as Agências Estaduais de Fomento. O projeto pioneiro foi o Banco do Povo, criado em 1998 pelo governo estadual de São Paulo, aproveitando a estrutura da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho para gerenciar sua carteira de crédito, oferecendo taxas de juros subsidiadas na média de 1% ao mês, a qual só se tornou possível mediante a utilização da estrutura operacional da Secretaria e das prefeituras conveniadas.

Essas Agências Estaduais de Fomento, em número de 14 no país em 2009, conforme dados do Banco Central, além de oferecer as linhas de crédito e outros apoios destinados aos diversos segmentos de empreendedores, procuram também se voltar à política do microcrédito no sentido estrito.

Por sua vez, os bancos estaduais que resistiram ao processo de privatização, continuam atuando como agentes de desenvolvimento alinhando-se às diretrizes estabelecidas pelos governos estaduais aos quais se encontram vinculados, ofertando produtos e serviços bancários à comunidade e aumentando o processo de inclusão bancária.

A visão do desenvolvimento e a convicção de que o banco é o instrumento principal e único da política industrial são valores que predominam nas formulações e ações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que como instituição de política de desenvolvimento industrial do Brasil, tem como foco o financiamento do investimento, base do crescimento não inflacionário.

De acordo com Azeredo (2002, p.17), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tem definido o seguinte papel:

A constatação da fragilidade institucional desse segmento de microfinanças, em meados da década de 90, e a ausência de ferramentas operacionais e

metodologias adequadas levaram o BNDES a desempenhar um papel muito mais amplo do que o que o de provedor de funding. A sistematização de uma metodologia para a formação de agentes de crédito foi o primeiro passo nesse sentido e permitiu desde 1997 a criação de novas instituições. Além disso, em parceria com o BID, está sendo produzido um conjunto de estudos e manuais envolvendo desde a avaliação do mercado de microfinanças até as modelagens de auditoria, os sistemas de informações gerenciais, novos produtos, um guia para gestores de instituições microfinanceiras, entre outros.

Atua ainda, como estabilizador automático da economia, suavizando as oscilações do crédito no período nas áreas de inovação, infra-estrutura, bens de capital, micro, pequenas e médias empresas, desenvolvimento regional, urbano e social, e inserção interna, contribuindo para acelerar as taxas de crescimento da economia brasileira.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, através de acordo de cooperação técnica contribuíram para elaboração do Guia Básico para Constituição e Legalização das Organizações Microfinanceiras com objetivo de orientar a constituição e gerenciamento das Organizações Não Governamental – ONG, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Sociedade de Crédito ao Microempreendedor – SCM que atuam na promoção das microfinanças e na facilitação do acesso de empresários de baixa renda ao portfólio de produtos e serviços microfinanceiros (BNDES, 2002).

A inserção do BNDES no processo de incentivo ao programa de microcrédito produtivo orientado, com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito, possibilitou o surgimento de novas parcerias, que lançaram programas e suporte à indústria de microcrédito no Brasil, contribuindo para o incentivo de uma melhor distribuição na relação emprego e renda, dinamizando o segmento dos micro empreendedores, grandes geradores de empregos nestes pais, sejam constituídos de maneira formal ou informal.

Ainda com respeito ao instituições impulsionadoras do microcrédito, convém ressaltar que nas últimas décadas, o consenso a respeito da relevância da sustentabilidade financeira tem aumentado, uma vez que os recursos dos doadores são escassos e a permanência das instituições no setor só será possível se suas operações forem rentáveis.

Após o relato da legislação pertinente ao microcrédito tendo com base estrutural o apoio dos programas governamentais, em que as instituições se alinham as suas

especificidades, no subitem seguinte faz-se uma análise da importância e contribuições do microcrédito com foco na pobreza, renda, desenvolvimento local e sustentabilidade.

1.2 Importância e Contribuições do Microcrédito

O microcrédito demonstra ser importante para as classes desfavorecidas desde o século XIX, quando iniciou sua história na Europa a partir do surgimento de cooperativas de crédito cujo objetivo foi ajudar populações de baixa renda a poupar e obter crédito. Até 1910, a Alemanha presenciou 1,4 milhões de pessoas atendidas pelas cooperativas de crédito, que a partir daí, estenderam sua influência pela Irlanda e Itália. O governo de Madras, no sul da Índia, se espelhou no exemplo germânico implantando cooperativas de crédito no território, a partir de 1912. A rápida expansão dessas cooperativas era visível, tanto que em 1946, elas já atingiam 9 milhões de pessoas (MORDUCH, 1999).

No entanto, foi o professor Mohammed Yunus (2002), quem disseminou o microcrédito no mundo em sua forma atual, quando, em 1974 na cidade de Bangladesh, se comoveu com a situação de uma aldeia onde os artesãos, para conseguir recursos visando adquirir matéria-prima para elaboração dos seus produtos, recorriam a agiotas que cobravam juros exorbitantes.

No Brasil, a expansão do crédito caminha em gradual recuperação, favorecida pela evolução positiva dos indicadores do mercado de trabalho e pela retomada da atividade econômica, que repercutem favoravelmente nas decisões de consumo e investimento, os quais fornecem estímulos adicionais ao mercado financeiro e ao sistema bancário para impulsionar o crescimento econômico. Neste sentido, as taxas de juros no país retornaram ao patamar anterior a crise, porém com pequenas oscilações de volatilidade oriundas dos mercados interno e externo.

Entretanto, um dos maiores desafios dos governos é estabelecer políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social, visando à geração de emprego e renda para as camadas populacionais mais pobres. Por sua vez, o pequeno empreendedor, na sua maior parte, enfrenta dificuldade para obtenção de crédito bancário, por não atender as exigências estabelecidas pelas instituições financeiras. Nesse sentido, tem no microcrédito uma alternativa importante ao modelo padrão de concessão de crédito para pessoas que não têm acesso ao crédito tradicional e estão fora do mercado formal.

Assim sendo, constata-se nas referências citadas neste estudo que o microcrédito no Brasil tem conseguido alcançar os objetivos traçados, atuando como instrumento de política pública de fomento e inclusão social, através do desenvolvimento das atividades de organizações como o CrediAmigo do Banco do Nordeste – BNB na cidade Fortaleza em 1998, o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores pertencente a Rede CEAPE na cidade do Recife em 1987, a Instituição Comunitária de Crédito Porto Alegre Solidária - Portosol em 1995, o projeto São Paulo CONFIA em 2001, o Banco da Mulher no Rio de Janeiro em 1984, respaldados pela atuação do Conselho da Comunidade Solidária e do Programa de Crédito Produtivo Popular criado em 1986 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Contudo, a partir dos estudos realizados, o princípio do Microcrédito, apresenta os seguintes objetivos básicos:

- a) Combater a pobreza e o desemprego, por meio do fortalecimento das atividades econômicas de porte, substituindo as formas assistencialistas de atender a população de menor poder aquisitivo excluídas do sistema financeiro tradicional.
- b) Promover a experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas de produção, comércio, emprego e crédito que atendam à população de baixa renda, de forma a criar sobrevivência, sustentabilidade, crescimento e formalização de pequenos negócios.
- c) Promover a implantação, a modernização, a ampliação e/ou a diversificação de atividades capazes de manter trabalho e renda, em fundamentos auto-sustentáveis, com base em investimentos de pequeno respaldo principalmente no sistema de crédito solidário.
- d) Elevar a produtividade dos empreendimentos apoiados, através do incentivo ao investimento financeiro, capacitação técnico-gerencial do empreendedor, de forma a minimizar o risco do negócio, possibilitando o crescimento e estimular a formalização das microempresas.

Para Meyer (2002), esses objetivos podem ser resumidamente representados como três pontas de um triângulo (figura 2): o **alcance**, ofertar crédito a população de baixa renda, o **impacto**, melhorar a qualidade de vida pela redução da pobreza, e **sustentabilidade**, para que o programa oferte crédito no longo prazo.

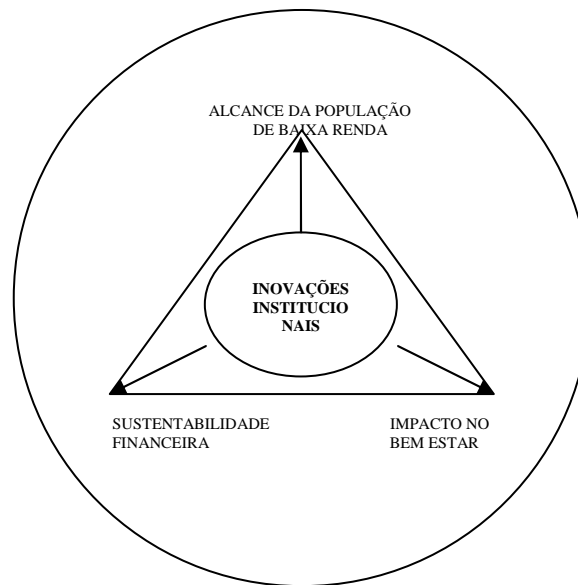


Figura 2 – O triângulo do microcrédito

Fonte: Meyer (2002)

É importante evidenciar que a vantagem do microcrédito não é para ser vista apenas na diferença entre a taxa de juros cobrada no crédito tradicional, porque as instituições também necessitam da auto-sustentabilidade, mas está principalmente na diminuição da burocracia e na redução do custo de transação e oportunidade para o pequeno demandante. Ele permite que o pequeno empreendedor não necessite se deslocar do seu trabalho para o banco, haja vista, que no processo de transação do microcrédito, a figura do agente de crédito vai ao encontro do cliente, no seu ambiente de trabalho, evitando assim, o custo de oportunidade e reduzindo o custo de transação.

Além das vantagens mencionadas, muitas são as contribuições do microcrédito. Desta forma, a próxima seção tem como objetivo identificar na literatura pesquisada trabalhos elaborados com o objetivo de mensurar os efeitos da atuação do microcrédito como política pública contribuindo para o desenvolvimento local, como indutor do combate a pobreza, como propulsor da geração de emprego e renda e ao mesmo tempo as instituições executoras buscam atuar de forma sustentável no longo prazo.

1.2.1 Contribuições para o combate a pobreza

Muitos estudos atribuem ao microcrédito o importante papel de combate a pobreza, na medida em que o acesso ao crédito produtivo contribui para a melhoria da qualidade de vida do segmento pertencente à base da pirâmide econômica e social. Sobre esse aspecto, destacam-se a seguir algumas pesquisas realizadas.

Rapis (2007) estudou a relação do microcrédito e o combate a pobreza, com o objetivo de discutir sua influência no desenvolvimento do país e na redução da pobreza. Outro ponto abordado foi a efetividade do microcrédito, considerando ser uma forma de crédito rápido, sem burocracia e auto-sustentável.

Para o autor, a pobreza deve ser entendida como a privação de capacidades básicas de um indivíduo, que não pode ser auferida apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido. Nesse sentido, o microcrédito é uma importante ferramenta de acesso ao crédito, possibilitando o desenvolvimento social, principalmente a essa parcela da população, que não dispõe de patrimônio suficiente para assegurar uma operação de empréstimo e, portanto, excluídos dos serviços oferecidos pelos bancos.

Contudo, por si só, o microcrédito não eliminará a pobreza, que depende da adoção de eficientes políticas públicas, que proporcione amplas oportunidades aos indivíduos e adequada infra-estrutura. Cabe ao mesmo e a sociedade a fiscalização quanto à adequada utilização dos recursos destinados ao microcrédito e se estão sendo utilizados para a melhoria de vida dos excluídos.

Através do microcrédito pode-se eliminar o risco operacional e desenvolver formas específicas capazes de estabelecer laços de confiança, bem como dar agilidade e desburocratizar à concessão do crédito. Desta forma, as populações de baixa renda puderam experimentar o crédito, o acesso ao capital para investimentos e para giro, com a geração de emprego, além dos ganhos extra-econômicos, com a autoconfiança.

Segundo o autor, o microcrédito favorece as novas idéias e dá oportunidades, promovendo a mobilidade econômica e a democracia. Outra constatação, vislumbrada através da experiência brasileira e das várias instituições analisadas, é que existe um mercado para operações de baixo valor que cresce anualmente e com pequenos índices de inadimplência.

Com relação ao acesso aos mais pobres, por atuar com empréstimos, o microcrédito necessita, para funcionar adequadamente, ser adotado em um ambiente onde haja um nível mínimo de atividade econômica e também são exigidas características por parte dos tomadores dos empréstimos, que, de um modo geral não são encontradas entre os mais desfavorecidos.

Costa (2006), por sua vez, estudou a experiência dos financiados do programa providência no Recanto das Emas e Riacho Fundo II, no Distrito Federal. O estudo teve como finalidades identificar se o microcrédito poderia reduzir a pobreza dos financiados, contribuindo, progressivamente, para outras formas de organizações solidárias. Verificou, ainda, se existe aumento na satisfação das necessidades práticas dos tomadores de crédito e seus familiares, se houve crescimento potencial para sair da situação de pobreza, e se, o programa adotado, ou seja, a formação de grupos de aval solidário, contribuiu para a participação dos financiados na comunidade, construindo interesses estratégicos, proporcionando uma maior cooperação e solidariedade nos projetos e empreendimentos financiados.

A metodologia adotada, para responder as questões propostas, foi um estudo de caso, com dados coletados através de análise documental, entrevistas individuais e coletivas, baseadas na proposta metodológica de Thompson (1995, *apud* COSTA 2006), a qual pressupõe que os sujeitos que constituem o “campo-sujeito-campo”, incluído aí o pesquisador, são capazes de compreender e interpretar uma realidade de um programa de microcrédito nos núcleos Riacho Fundo e Recanto das Emas, no Distrito Federal.

A partir da análise dos estudos realizados, concluiu-se que o projeto colaborou para aliviar a pobreza, via atendimento das necessidades práticas e o surgimento de interesses estratégicos. Apesar de identificar uma pequena participação nos movimentos sociais da comunidade Recanto das Emas, mesmo assim, as reuniões comunitárias têm contribuído para aumentar a consciência dos financiados sobre seus problemas e das questões sociais. Mesmo quando os créditos concedidos não alteraram o modo de vida das pessoas, contribuíram para a manutenção do negócio que é a ferramenta de subsistência das mesmas e o que as tornam pessoas dignas.

O estudo realizado por Nascimento (2008), teve como finalidade evidenciar o microcrédito no Brasil, como política pública, de combate à pobreza e propulsor de inclusão social.

No Brasil, o combate à pobreza e a inclusão social são temas recorrentes, quando se analisam as políticas públicas, cujo enfoque maior foi dado a partir do processo de estabilização da economia com a implantação do Plano Real, em 1994, quando o fim do imposto inflacionário causou um alívio de impacto de custo para a base da pirâmide social e empresarial brasileira. Contudo, segundo o autor, tal processo não foi suficiente para minimizar o nível de empobrecimento da população provocada como consequência direta da reestruturação produtiva e distributiva gerada pela globalização e seus impactos no mercado de trabalho no nível do desemprego e subemprego, e no setor produtivo ocorreu aumento da informalidade e elevação da taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas formais.

Neste contexto, o governo federal adotou uma série de políticas públicas, visando minimizar esta situação, ressaltando que o avanço do microcrédito produtivo orientado somente ocorrerá a partir de uma reorganização institucional do setor de microfinanças. Todavia esse crédito só gerará empregos para a população de baixa se houver políticas públicas integradas de crédito para a produção, de maneira a desenvolver seus negócios, e ainda, ações de capacitação, assistência técnica e acesso a mercados, provando assim, redução do nível de pobreza no país.

A experiência mais conhecida de microcrédito e referência mundial de sucesso é o caso do Grameen Bank, idealizado pelo economista rural, Muhammad Yunus (2006), em Bangladesh, cujo objetivo foi levar crédito aos mais pobres, visando eliminar a exploração dos mesmos, proporcionando melhores condições de vida e inserção social.

1.2.2 Contribuições para a geração de renda

O estudo realizado por Conceição (2005) analisa o microcrédito como ferramenta de geração de renda e emprego, sob a ótica de experiências públicas municipais. O objetivo foi revelar se políticas públicas municipais de microcrédito podem conduzir à geração de renda e emprego e, de forma mediata, impulsionar o desenvolvimento local e a inclusão social.

Para alcançar o que se propôs, o autor compilou dados relativos aos empréstimos fornecidos pelas instituições pesquisadas (Banco do Povo Juiz de Fora e a ONG São Paulo

Confia) nos anos de 2001/2003: número e montante das operações, número de tomadores beneficiados e o seu perfil; bem como apurou junto às Prefeituras criadoras e mantenedoras das instituições de microcrédito objeto da pesquisa, quais outras atividades e/ou serviços complementares ao crédito foram disponibilizados/oferecidos aos microempreendedores.

Segundo o autor, as experiências municipais colecionadas aliadas ao referencial teórico pesquisado serviram para comprovar as hipóteses suscitadas, quais sejam: (1) Há demanda por microcrédito entre microempreendedores formais e informais, e (2) parcela significativa dos microempreendedores formais e informais está excluída do sistema financeiro nacional, demonstrando que há demanda por microcrédito, composta por parcela significativa de empreendedores excluídos do sistema financeiro nacional, não apenas em virtude de não possuírem qualquer colateral garantidor, existindo também os excluídos pelo custo da capilaridade, de efetivação das garantias e pelos efeitos dos riscos da seleção adversa.

Os resultados do estudo mostram que 70% dos tomadores de crédito no Banco do Povo de Juiz de Fora são informais; entre as camadas mais pobres beneficiadas pelo São Paulo Confia, 63% não registravam acesso anterior ao sistema financeiro, sendo que 78% relatam, após a concessão do crédito, um aumento médio de 63% em seu faturamento; em ambas as instituições é crescente, mês a mês, o número de empréstimos concedidos e os setores de comércio e serviços demandam mais de 80% de todo o crédito ofertado.

Para o autor, as diferenças de foco, atuação e de resultados verificadas entre o São Paulo Confia e o Banco do Povo de Juiz de Fora trazem esta certeza ao passo que mostram que é plausível a exploração de diferentes nichos no segmento de microcrédito, havendo espaço para atuação de diferentes atores. A reunião de todas essas condicionantes leva a uma contemplação do microcrédito público municipal como uma ferramenta efetiva, relevante para atuação e promoção do desenvolvimento no contexto social e econômico em que vivemos.

A principal limitação do estudo é a pouca disseminação das operações de microcrédito, o que restringirá a base de dados, acarretando a possibilidade de comprometimento da generalização das conclusões obtidas. Um segundo fator, consiste na escassez de dados compilados e arquivados por parte das instituições pesquisadas.

No estudo realizado por Costa (2001), o foco foi o microcrédito e a geração de emprego e renda no norte de Minas Gerais. O problema em análise, consistiu em verificar a

efetividade do programa de Microcrédito, “CrediAmigo”, do Banco do Nordeste, destinado a atender aos vários segmentos produtivos da economia popular - em relação aos impactos proporcionados na geração de emprego e renda, em economias carentes de recursos, como a da Região Norte de Minas Gerais, mas precisamente, no município de Montes Claros.

Os resultados constataram que as localidades são carentes de recursos e compostas por organizações com características, tipicamente, de economia popular, cujo desenvolvimento das mesmas, está condicionado ao desenvolvimento da economia local. Com a atuação do CrédiAmigo, ofertando crédito a esta comunidade carente de recursos, e como ponto positivo, destaca-se a manutenção do volume de micronegócios, nos quais grande número de pessoas encontra-se efetivamente ocupada, o que implica na geração de renda, garantindo a sobrevivência desta população.

No final do estudo, a autora constatou que permanecem as disparidades de rendimentos entre homens e mulheres que estão associados ao maior grau de instrução; grande parcela dos indivíduos beneficiados pelo programa é detentor de certa estabilidade econômica e financeira, e não estão no regime de absoluta pobreza.

Como limitações do programa, Costa (2001) ressalta dois pontos falhos do CrediAmigo: (1) a não expansão do crédito às camadas mais carentes de recursos da população, que compõem o grupo de subsistência pré-definido no programa; e (2) a falta de acompanhamento adequado para aqueles que foram beneficiados pelo programa. Culminando com a sugestão de criação de metodologias alternativa que viabilizem a concessão de crédito, também, aos indivíduos que estão situados em condições de absoluta pobreza.

Lopes (2007), em seu estudo, analisa se a política de microcrédito fortalece a igualdade nas relações de gênero ou se ela aumenta as desigualdades nas referidas relações. Pretende ainda, encontrar as singularidades que permeiam as atividades profissionais das trabalhadoras autônomas da cidade de Fortaleza, e o universo de trabalho foi composto por 06 (seis) pessoas, sendo 03 (três) mulheres e 03 (três) homens.

Como conclusão do estudo, constatou-se que mais mulheres do que homens solicitaram microcrédito junto ao Programa Agência Cidadã de Crédito – PAC e do Programa CrediAmigo, demonstrando a procura das mulheres por um meio para adquirir renda e ressaltando que os recursos eram para ampliação dos negócios; o tipo de negócio mais desenvolvido pelas mulheres é o comércio e os ramos de atividades mais procurados são o de

confeção e serviços alimentares; Identificou-se, ainda, que a faixa etária predominante vai de 40 a 60 anos, o que, na conjuntura atual, são pessoas consideradas descartadas para o mercado formal de trabalho; por fim, verificou-se que as mulheres e homens antes de gerirem seu próprio negócio tiveram a experiência do emprego formal.

1.2.3 Contribuições para o desenvolvimento local

Estudo realizado por Oliveira (2007) analisou o microcrédito como política pública, em nível nacional e estadual, particularmente avaliando o desempenho municipal dessa política em Campo Grande - MS, alinhado nos princípios e ações estabelecidos pelo Credigente. A pesquisa teve base em dois focos:

- a) Verificar a origem e os princípios da política de microcrédito no Brasil, no âmbito da Economia Solidária e sua manifestação em nível nacional e estadual.
- b) Identificar e avaliar como emergiu o Credigente em Campo Grande, a forma como foram estabelecidos os princípios, estrutura, público-alvo, assim como o desempenho dessa organização enquanto política pública municipal.

Numa abordagem sistêmica, a metodologia integrada de análise dos dados quantitativos e qualitativos coletados permitiu entender de um lado, a política do microcrédito do Credigente no contexto territorial do município, revelado tanto na sua concepção de política pública, como na forma de agir junto aos tomadores de crédito e, de outro lado, compreender a territorialidade dos micro e pequenos empreendedores, procurando-se as correlações entre as ações do banco e possíveis organizações de apoio com as necessidades dos empreendedores envolvidos.

O estudo conseguiu identificar que a execução das ações no aparelho administrativo do município, ainda, ocorre de forma fragmentada, mesmo a concepção do microcrédito como política originando-se a nível federal e estadual e tendo uma forma sistêmica. Pois o fluxo de comunicação das informações entre os poderes estadual e municipal ocorre de forma truncada dificultando a adoção de estratégias junto aos tomadores de crédito. Assim sendo, a demanda tem sido pulverizada e o crédito beneficia micro e pequenos empreendedores do setor informal, de forma individualizada, nos setores de atividades de comércio e serviços.

Segundo a autora, notadamente a oferta de crédito não tem levado em conta as aglomerações territoriais desses tomadores para promover políticas coletivizantes, capazes de gerar ações sinérgicas, de aprendizado e cooperação entre os tomadores de crédito.

O estudo concluiu que o projeto Credigente representa avanços na política creditícia municipal, uma vez que houve um desentrelaçamento entre a relação da sociedade civil e o segmento de baixa renda. Na medida em que se conseguiu demonstrar através deste projeto que é possível uma política social de banco, colocando como principal desafio o desenvolvimento, no, lugar da capacidade de pagamento do tomador. Este novo modelo rompe paradigmas e cria uma nova cultura de crédito voltado a reverter situações de desigualdades sociais, e não em forma de caridade, assistencialismo, e sim como forma de oportunidade.

Por sua vez, estudo realizado por Landim (2006), a partir da experiência da instituição de crédito Itabuna Solidária, no estado da Bahia, demonstrou evidências empíricas de melhoria das condições de vida de pessoas de baixa renda, residentes em Itabuna, a partir de uma pesquisa realizada com famílias beneficiadas pelo microcrédito.

A pesquisa focalizou quatro itens importantes nas análises: moradia, bens duráveis, tipo de transporte utilizado pelo cliente e a condição de vida em relação a lazer, educação, vestuário e saúde. Foram realizadas entrevistas com o gestor do Banco do Povo, utilizou-se a base de dados da instituição que envolve evolução e gestão da carteira, situação financeira e patrimonial, resultados e perfil do público atendido.

Foi utilizado um instrumento de pesquisa aplicado as famílias com mais de 5 empréstimos, pois este perfil de cliente caracteriza o acesso regular ao crédito e um estágio mais avançado no programa, no período igual ou superior a 2 anos, perfazendo uma população de 110 famílias de um universo de 1.236. O período da concessão de empréstimo dessas famílias ocorreu de janeiro de 2002 a dezembro de 2005.

A partir do uso de metodologia específica (aval solidário, agentes de crédito, entre outros), através do Banco do Povo, surge como uma alternativa de política de desenvolvimento, justificada pelos seguintes apontamentos:

- a) Constata-se que no tocante a moradia 45% das famílias melhorou o revestimento das paredes passando de sem reboco para com reboco e 17% passou a ter paredes com acabamento/revestimento.

- b) Observou que houve redução nas casas com cimento cru e aumento daquelas que passaram a possuir piso, além disso, 5,8% dos clientes passaram a ter energia elétrica e 8,7% água encanada.
- c) Em relação aos bens duráveis, a aquisição de DVD - player obteve aumento expressivo de 38%, por sua vez a presença de computadores alcançou crescimento de 6%.
- d) Já no tipo de transporte utilizado pelo cliente para ir ao trabalho, o item carro passou de 4,4% para 8,7% e moto de 5,9% para 11,6%.
- e) E ainda, 48,5% dos clientes acreditam ter melhorado nas vestimentas, 18,8% passaram a ter mais lazer, 14,5% freqüentam salão de beleza e 13,0% plano de saúde.

Muitos clientes afirmaram o microcrédito como relevante na sobrevivência do negócio e suas vidas, representando 55,1% dos clientes entrevistados. Quanto à ocupação, 85,5% dos clientes são informais, ratificando o público alvo do Banco do Povo, e 75,4% exercem atividade de comércio.

O microcrédito é uma forma de sobrevivência e inclusão social e a concessão do mesmo, efetivamente, permite que as pessoas beneficiadas melhorem seu nível de renda e conseqüentemente sua condição de vida, conclui o autor.

O estudo de Corsini (2007), cuja abordagem é a experiência do Centro de apoio aos Pequenos Empreendimentos da Bahia – CEAP/BAHIA, faz uma relação entre o microcrédito e a inserção social em cidades baianas, sobre o enfoque do tema “economia da pobreza e microcrédito”, compreendendo os pequenos empreendimentos da economia informal urbana, destacando o financiamento das iniciativas econômicas de pequena dimensão na perspectiva da inserção social de empreendedores e empreendedoras. Analisa as características dos clientes, empreendimentos financiados e das operações de microcrédito concedidas no período investigado.

Como resultado, a pesquisa constatou evidências da contribuição do microcrédito na inserção social dos empreendedores e empreendedoras em função da aplicação dos recursos nas atividades produtivas financiadas, repercutindo em diversos aspectos das condições de vida e sociabilidade dos clientes, tais como:

- a) O fortalecimento da capacidade produtiva dos pequenos empreendimentos financiados, refletindo na diversificação dos estoques, no aumento da clientela, das vendas e na estabilidade do negócio;
- b) O favorecimento do aprendizado dos clientes na realização dos negócios;
- c) O incremento na renda, possibilitando a aquisição e o acesso a bens ou serviços considerados essenciais;
- d) A melhoria na qualidade da habitação ou moradia;
- e) Contribui na melhoria do nível de escolaridade dos membros da família;
- f) Permite a conquista da autonomia e respeitabilidade na comunidade em que vive.

Segundo o autor, o microcrédito tem muitas potencialidades, cumprindo relevante papel no desenvolvimento da comunidade empreendedora, mais ainda além das transformações sociais mais profundas na dura realidade estudada, complexa e desafiadora.

Por outro lado, a expectativa de geração de ocupação, emprego e renda tem sido um valioso argumento de impacto social na sensibilização para as políticas públicas de apoio ao microcrédito. Neste sentido, é possível que cumpra bem a função de proporcionar renda e bem-estar a setores da população mais pobres.

Por fim, o estudo apresenta o microcrédito como uma solução de mercado para o enfrentamento da problemática da pobreza, razão pela qual foi desenvolvido baseado em uma concepção que valoriza o empreendedorismo, sem maiores preocupações com o combate à pobreza numa perspectiva mais ampla.

Outro estudo nessa temática foi realizado por Parente (2002), abordando a contribuição do microcrédito na agregação de valor aos microempreendimentos e microempreendedores sob a ótica do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

Segundo o autor, no Brasil 25% da População Economicamente Ativa (PEA) é formada por microempreendedores, aproximadamente 14 milhões de pessoas, dos quais um montante de 95% não têm acesso ao crédito, pois representam um segmento de risco para as instituições financeiras, devido à falta de bens para garantia dos empréstimos e ainda, por serem empreendimentos aparentemente estáveis.

A pesquisa de Parente (2002) objetivou verificar se as operações de microcrédito podem ser consideradas instrumento de geração de valor para os microempreendimentos, junto aos clientes da OSCIP, Crescer Crédito Solidário, a partir do pressuposto que a geração de valor induz ao crescimento sustentável, ou seja, leva a criação de novos empregos, ao fortalecimento dos *stakeholders* e ao aumento da riqueza dos proprietários.

Face essas afirmações, a pesquisa descritiva documental realizada com base em dados econômico-financeiros, considera que a renda mensal, o saldo das aplicações financeiras e o valor dos bens dos empreendedores, assim como a receita mensal e o resultado mensal são direcionadores de valor e evidencia que o microcrédito contribui para geração de valor dos empreendimentos que utilizaram esta fonte de recursos por mais de uma vez.

1.2.4 Contribuições para a melhoria da sustentabilidade financeira

No âmbito da literatura voltada ao tema, destaca-se o trabalho de Prates e Abramovay (2001), sobre sustentabilidade das microfinanças solidárias. O estudo avalia o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural, situado no Rio Grande do Sul atuando através da interação solidária.

O objeto da análise foi entender quais são e como se formam os mecanismos sociais e indutores de sustentabilidade de uma organização de microfinanças de proximidade solidária, geradora de impacto positivo na vida dos seus beneficiários. A hipótese central, que foi corroborada, é que a constituição de grupos comunitários solidários, dentro de uma organização de microfinanças rurais de proximidade, cria um sistema eficaz de gestão e controle por meio de redes sociais, sustentadas pela articulação e pelos laços de confiança entre os agricultores e as organizações, que dinamizam as oportunidades sociais e financeiras de seus cooperados.

Ressalta-se que a necessidade de captar poupança – tanto quanto conceder empréstimos – é um elemento fundamental tanto para a sustentabilidade da organização creditícia como para satisfazer as necessidades do público excluído do acesso ao sistema bancário. Isso pode ser comprovado pelos estudos feitos por Robinson (1994 apud Prates; Abramovay 2001) ao mostrar que, para a maioria da população empobrecida, o investimento é mais importante do que o crédito.

Segundo os autores, os instrumentos mais utilizados para a busca da sustentabilidade pelos bancos, cooperativas de poupança e crédito, dentre outras, são o

microcrédito, as microfinanças, as microfinanças descentralizadas, as microfinanças de proximidade e ainda as finanças solidárias. A questão fundamental das finanças de proximidade está na efetivação de mecanismos de seleção e monitoramento coerentes com os propósitos das organizações – aliando sustentabilidade institucional, e maior alcance do crédito e taxas de juros condizentes com as condições dos potenciais beneficiários, enfatizada na experiência do Grameen Bank (YUNUS, 2006).

Prates e Abramovay (2001) citam a visão de Junqueira (2003), destacando que enquanto os tomadores de decisão enxergarem as organizações de microfinanças como historicamente, durante anos, enxergaram as organizações que atuam com o crédito rural como programas sociais altamente subsidiados travestidos de financiamentos, não terão a visão da busca pela sustentabilidade financeira.

Em suma, os autores concluem que a utilização de redes sociais fortalece as relações entre os indivíduos e as organizações, e, na medida em que atendem às reais necessidades das pessoas beneficiadas, se tornam componentes essenciais e indispensáveis para que um sistema de microfinanças de proximidade consiga alcançar sua sustentabilidade.

No tocante ao contexto brasileiro, Nichter, Goldmark e Fiori (2002), acreditam que o Brasil possui um ambiente propício para alavancagem das microfinanças devido as suas características sócio-econômicas, em função do tamanho do país, em termos físicos, econômicos e populacionais, em detrimento da forte desigualdade na distribuição de renda nacional, com 50% da renda total do país nas mãos de 10% da população mais abastada. Outro fator destacado pelas autores é que, aproximadamente, 34% da população brasileira vive abaixo da linha de pobreza, índice elevado quando comparado aos países subdesenvolvidos. Isto leva a perceber que há uma população carente por produtos de microfinanças.

Apesar de nos últimos anos ter havido uma mudança significativa na oferta de crédito a população de baixa renda por parte das instituições financeiras, ainda permanece uma deficiência de crédito direcionado para os microempreendedores, especificamente, na região nordeste, proveniente do período de instabilidade econômica enfrentado pelo país nos anos anteriores, as linhas de crédito subsidiadas oferecidas pelo governo e um mercado de crédito ao consumidor sofisticado alinhado as exigências de garantias.

Neste sentido, o estudo deu enfoque a importância de trabalhar no fortalecimento institucional das Instituições de Microfinanças Brasileiras – IMFs para que possam atingir o crescimento com sustentabilidade financeira. Para que o segmento de microfinanças no Brasil possa crescer de maneira sustentável, torna-se necessário que haja uma revisão no portfólio de produtos oferecidos adaptando-os à realidade das necessidades dos clientes via abordagens criativas para distribuição e vendas dos produtos, tendo foco mais agressivo nas populações de baixa renda gerando, com isto, maior rentabilidade.

Nos estudos realizados por Carneiro (2007) identifica-se o desemprego como um dos problemas enfrentados pelos países, sejam desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, que ocorre com maior incidência nos países considerados em desenvolvimento e subdesenvolvidos, pois não possuem políticas sociais sustentáveis.

Notadamente, o segmento de microempresários tem relevância no processo de empregabilidade porque contribui para geração de emprego e renda, em detrimento das grandes empresas, cuja busca por mão de obra é menor, haja vista que investem na aquisição de equipamentos e máquinas, o contrário dos micro e pequenos empresários, pois enfrentam uma carência na oferta de crédito para investimentos e capital de giro.

Para que as empresas de microfinanças tenham vida plena é necessário a busca constante pela auto-suficiência operacional e financeira, essencialmente na procura de fontes de recursos a custo menor visando ampliar o volume de operações de crédito e diluir os custos operacionais. Contudo, Dantas (2001 *apud* CARNEIRO, 2007) afirma que esse segmento da atividade econômica tem importância econômica e social inquestionável para o desenvolvimento do Brasil. Essa observação é ratificada com base numa pesquisa elaborada pela Caixa Econômica Federal realizada em 2002 que demonstra a existência de 13,5 milhões de pequenos empreendedores com potencial para absorver operações de microcrédito.

De acordo com Soares e Melo Sobrinho (2007, p. 32), deve-se dar a importância devida no trato da auto-suficiência econômica das ONGs de microcrédito:

Uma das razões pelas quais a maioria dos pobres não tem acesso aos serviços financeiros adequados é as Instituições de Microfinanças não são tão fortes como deveriam. Para serem suficientemente fortes, as instituições precisam cobrar o bastante para cobrir seus custos. A cobertura dos custos não é um fim em si mesmo, mas sim a única forma de atingir a escala e o impacto para além do que os doadores podem financiar. Uma instituição auto-suficiente em termos financeiros pode continuar e expandir a sua oferta de serviços no longo prazo. Atingir essa forma de sustentabilidade significa

diminuir custos de transação oferecer serviços mais úteis e ágeis aos clientes e encontrar novas formas de alcançar os pobres desprovidos de acesso ao sistema bancário tradicional.

Em relação a esse tema, vale destacar o importante papel desempenhado pelo BNDES ao desenvolver o Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI para Instituições de Microcrédito e de Microfinanças, que representa um sistema de indicadores de desempenho utilizado para acompanhar o progresso das instituições participantes. Portanto, deve ser utilizado como ferramenta de gestão e que a base de indicadores escolhidos reflita a missão e as metas específicas que cada organização deseja alcançar.

O PDI foi desenvolvido com o objetivo de fortalecer o segmento microfinanceiro no Brasil, disponibilizando manuais nas áreas de marketing, regulamentação, sistema de informações gerenciais e auditoria externa, com o intuito de contribuir para a formação e melhor qualificação dos gestores.

Para Fachini (2005), a oferta de crédito possibilita a alavancagem dos pequenos negócios via obtenção de bens de produção e capital de giro. Porém, um dos fatores inibidores do aumento da oferta de crédito as populações de baixa renda é o alto custo das operações de crédito, em função da falta de garantias reais para dar em cobertura e ampliação do nível de produção buscando obter ganhos de escala e diluição dos custos fixos.

Desta forma, os custos de transações causam impacto na sustentabilidade financeira das organizações de microcrédito na medida em que absorvem boa fatia das receitas e a maior parcela dos custos de transação diz respeito aos recursos humanos, com baixa produtividade. Assim sendo, a sustentabilidade financeira nas empresas tem importância fundamental para a concretização dos investimentos dos seus clientes e continuidade dos negócios da empresa uma vez que os programas possam ofertar crédito no longo prazo.

Neste sentido, Meyer (2002) ressalta que a Sustentabilidade Financeira pode ser dividida em dois níveis. No primeiro a Instituição de Microcrédito ou Instituição de Microfinanças - IMF alcança a sustentabilidade operacional, quando a receita operacional é suficiente para cobrir as despesas operacionais, incluindo salários, perdas operacionais e despesas administrativas.

No segundo a sustentabilidade financeira, além de cobrir as Despesas Operacionais, também é capaz de cobrir os custos dos fundos e outras formas de subsídio recebidas. Atingir esse patamar é importante para que a IMF permaneça no mercado mesmo que todos os subsídios fossem suprimidos.

Todavia, há uma discussão entre o objetivo de atingir a sustentabilidade financeira e alcançar os mais pobres com a concessão do crédito. Para alguns analistas, aumentar o alcance e sustentabilidade financeira são objetivos complementares, porque um maior número de clientes ajuda a IMF alcançar economias de escala e a reduzir os custos. Para outros existe um *trade-off* entre a profundidade do alcance e sustentabilidade.

Apesar de a sustentabilidade financeira ser um objetivo essencial, ela pode inibir as IMFs de alcançar os clientes-alvo e produzir bem-estar a eles. Isso ocorre porque os custos de transação têm um componente de custo fixo alto, e portanto, o custo unitário dos pequenos empréstimos é maior para transações financeiras de larga escala. Isso pode significar que servir o não-pobre pode aumentar a sustentabilidade. (MEYER, 2000).

Como os empréstimos naturalmente aumentam de valor no decorrer das renovações, Gibbons e Meehan (2001) afirmam que não existe a necessidade de adoção de políticas. Os empréstimos progressivos tendem a ir, portanto, em direção aos ganhos de escala através do aumento no volume e valor dos empréstimos, assim como na confiança.

Por outro lado, para esses mesmos autores à medida que a expansão do microcrédito gera a inauguração de novas agências, e a contratação e a capacitação de pessoal, geram altos custos fixos, ocorre uma redução da sustentabilidade financeira o que dificulta a oferta de crédito. Isso pode denominar-se “o paradoxo da redução da pobreza através do microfinanciamento”: a expansão da carteira de crédito juntamente com a promoção e capacitação dos agentes são necessárias para uma maior redução da pobreza, mas a expansão em si reduz a Sustentabilidade Financeira, o que por sua vez dificulta mais o financiamento comercial da expansão, se não impossibilita.

Gibbons e Meehan (2001) propõem algumas soluções para resolver esse paradoxo. O planejamento estratégico para um período de cinco anos que corresponde ao tempo suposto que os doadores vão esperar para que a instituição alcance a sustentabilidade financeira, com o estabelecimento de índices que possibilitarão a avaliação do desempenho financeiro da instituição e metas, e ainda, a criação de modelos financeiros para calcular o

número necessário de clientes e o valor da taxa de juros que deve cobrar para permitir que haja a sustentabilidade financeira e cobrir todas as perdas acumuladas em um prazo de cinco anos.

Para Yunus (2006), o risco dessa perspectiva é justamente o de que, em busca de resolver o *trade-off* sustentabilidade versus focalização com excessivo peso para a sustentabilidade, o programa de microcrédito se afaste dos mais pobres e passe a funcionar justamente como um banco formal. Como observa “muitos programas estão tentando se tornar sustentáveis no primeiro dia e, como resultado, estão se afastando dos pobres”. Como se vê não é um debate pacífico.

Nesse contexto, faz-se importante o levantamento de experiências que evidenciam os desafios e os casos de resultados exitosos de programas de microcréditos, temática que será abordada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

EXPERIÊNCIAS DE MICROCRÉDITO

O microcrédito tem por finalidade prover recursos àqueles que, normalmente, não têm acesso às linhas de crédito do sistema financeiro convencional. Objetiva, ainda, criar e implantar uma política de desenvolvimento que possa contemplar a imensa massa de trabalhadores da economia informal, possibilitando sua inserção na economia formal, de modo a combater a exclusão social e produzir riqueza.

Pretende-se, neste capítulo trazer um relato das principais visões do desenvolvimento do microcrédito em escala mundial e apresentar sua evolução no Brasil, destacando as experiências de maior expressividade, concluindo com a experiência sergipana do programa de microcrédito do Banco do Estado de Sergipe S/A.

2.1 Experiências Internacionais

Nos últimos anos, muitos foram os relatos de experiências promissoras com foco no microcrédito, a seguir, algumas das principais experiências internacionais.

2.1.1 Grameen Bank

A experiência mais conhecida e comprovada de sucesso de um programa de microcrédito nasceu em 1974, em Bangladesh, onde a população vivia na miséria. Yunus era professor de economia e vivenciou todo esse processo escolhendo a pequena aldeia de Jobra, localizada nos arredores da universidade, com o objetivo de compreender a realidade que cerca a existência de um pobre. Segundo Yunus (2002), Jobra seria sua Universidade e, os habitantes da cidade, seus professores.

Surgia então o Grameen Bank, criado pelo professor de economia rural, Muhammad Yunus, com os seguintes objetivos:

- Eliminar a exploração dos pobres usuários;
- Criar oportunidades de trabalho autônomo para os desempregados rurais de Bangladesh;
- Ampliar o acesso financeiro ao crédito para homens e mulheres;

- Tornar o velho círculo vicioso, “baixa renda, baixa poupança, baixo investimento” num círculo vicioso de “baixa renda, injeção de crédito, investimento, aumento de renda, aumento de poupança, maior investimento, renda maior”.
- Trazer os mais desfavorecidos, principalmente as mulheres das famílias mais pobres, num molde de um formato organizacional que eles possam entender e gerir de forma autônoma.

Em consonância com as diretrizes básicas do Grameen Bank, não se exige garantias reais para concessão dos empréstimos. O instrumento utilizado é o aval solidário em que os componentes dos grupos formados se responsabilizam, solidariamente, pela pontualidade no pagamento das prestações, sendo que um acompanha o outro no tocante a adimplência do empréstimo, visando a renovação do mesmo, quantas vezes sejam necessárias para que os negócios não sofram solução de continuidade.

Os grupos solidários são formados por 05 (cinco) pessoas, sendo que de início apenas 02 podem solicitar empréstimo, em função da pontualidade no pagamento, na seqüência mais dois pequenos empreendedores se habilitam a tomar o empréstimo e por fim o quinto candidato.

Os empréstimos são de pequena monta e direcionados para microempresas que atuam nos segmentos de cultivo de arroz, compra de bicicletas, reparo de maquinários, dentre outros. Um ponto de destaque é que 90% dos empréstimos são destinados às mulheres. Para Yunus (2002, p.35) o crédito concedido às mulheres produz mudanças mais rapidamente: “Quando uma mãe miserável começa a ganhar um pouco de dinheiro é primeiro aos filhos que ela destina suas rendas. Depois vem a casa: ela compra alguns utensílios, refaz o teto e melhora as condições de vida da família.

É preciso ressaltar que o microcrédito em Bangladesh pretendia, desde a primeira cliente, promover o resgate do papel da mulher naquela sociedade. “Por outro lado, foi descoberta uma nova razão para nos concentrarmos nas mulheres candidatas a empréstimos. Já não se tratava apenas de dar-lhes o lugar que elas tinham de direito, mas, sobretudo, de considerá-las como atores privilegiados do desenvolvimento” (YUNUS, 2002, p.38).

O Grameen Bank tem como estratégia a descentralização da estrutura operacional, capacitação de pessoal em todos os níveis que se constituem em fatores decisivos na aplicação da sistemática de trabalho da instituição. Além disso, o banco desenvolve um trabalho social junto à comunidade através de uma filosofia cultural com o objetivo de educar os filhos, orientar no planejamento familiar, proporcionar melhorias na habitação, difundir a educação sanitária, disseminar a solidariedade coletiva e participar das atividades da comunidade.

O Programa de Microcrédito do Grameen Bank adota as seguintes características:

- a) Seleção rigorosa dos clientes;
- b) As mulheres são beneficiárias preferenciais;
- c) Atendimento em domicílio por intermédio da figura do agente de crédito;
- d) Adoção da política de transparência;
- e) Concessão de créditos de pequenos valores;
- f) A liberação de um novo empréstimo fica condicionada a pontualidade nos pagamentos;
- g) Treinamento prévio dos grupos e dos agentes de crédito conscientizando da necessidade de supervisão conjunta durante a vigência do empréstimo.

O Grameen Bank disponibiliza para a comunidade várias linhas de crédito para financiamento a produção, construção de habitação, perfuração de poços de água, compra de mudas de árvores, dentre outras.

Tabela 04 – Números do Banco Grameen, Bangladesh, 1997

<i>Indicadores</i>	<i>unidades</i>
Número de aldeias onde o Grameen atua	37.937
Número de centros do Grameen	64.701
Número de membros do Grameen	
Mulheres	2.148.844
Homens	123.659
Total	2.272.503
Casas próprias adquiridas com empréstimos do Grameen	360.160
Número de agências	1.105
Número de funcionários	12.628

Fonte: Yunus (2008, p. 335)

Em 1997, o banco Grameen ultrapassou a marca dos 2,4 bilhões de dólares em empréstimos realizados. Tinha 1.105 agências que, em 38 mil aldeias, atendiam 2,27 milhões de clientes, com empréstimos efetuados na porta de suas casas. Possui quase 13 mil funcionários e recebe em média 1,5 milhão de dólares em prestações mensais.

2.1.2 Banco Sol – Banco Solidário da Bolívia

Em 1984, um grupo de empresários bolivianos decidiu criar uma instituição sem fins lucrativos que pudesse apoiar o desenvolvimento da microempresa do país, devido à falta de recursos e principalmente de acesso ao crédito através do sistema financeiro formal. Desde esta perspectiva, em 17 de novembro de 1986, investidores bolivianos e de fora do país possibilitaram o início das atividades desta instituição financeira, sendo esse o antecedente histórico de criação do Banco Sol.

Em janeiro de 1992 o Banco Sol tinha um portfólio de 17 mil clientes, com uma carteira de crédito que alcançava 4 milhões de dólares, operando em quatro sucursais nas cidades de La Paz, El Alto, Cochabamba e Santa Cruz da Bolívia. A existência de uma grande demanda insatisfeita por serviços financeiros e o desempenho positivo do banco, permitiu a expansão das suas atividades indo ao encontro da demanda por crédito crescente do segmento das microempresas.

O Banco Sol constitui-se de um banco comercial que atua no segmento de microfinanças, disponibilizando crédito e poupança às microempresas. Tem como função suprir as dificuldades financeiras dos microempreendedores e proprietários de pequenas empresas da Bolívia, como também, busca apoiar o desenvolvimento social e econômico nos centros urbanos do país.

Sua missão é dar oportunidade de possuir um futuro melhor aos setores menos favorecidos de recursos, mediante o acesso aos serviços financeiros integrais de alta qualidade. Tem como visão ser líder, um referencial e inovador das microfinanças a nível nacional e internacional, favorecendo o desenvolvimento, progresso e qualidade de vida das pessoas com menores recursos. Seus valores institucionais se relacionam a busca pela integridade, reciprocidade, responsabilidade, coerência e compromisso.

Seu programa de microcrédito vem operando em áreas urbanas da Bolívia, disponibilizando pequenos empréstimos para capital de giro destinado a grupos de três ou mais pessoas dedicadas a atividades similares, que se unam e garantam formalmente cumprir as condições estabelecidas na metodologia de crédito solidário.

Na Bolívia, para mais da metade da população economicamente ativa, a possibilidade de trabalho depende de sua própria capacidade para aproveitar as oportunidades que oferecem o mercado de bens e serviços. O Banco Sol apóia a capacidade dos micro e

pequenos empresários de maneira que estes possam desenvolver de forma mais rápida seus negócios e melhorar sua qualidade de vida.

Os clientes do Banco Sol em sua maioria são pessoas jovens e 40% estão entre 35 e 45 anos. Sendo que 46% são mulheres, geralmente provenientes de famílias numerosas, com um baixo nível de educação, quase metade dos clientes tem terra em área rural, porém seus domicílios estão localizados nos centros urbanos. São pessoas que valorizam muito o esforço próprio e percebem o trabalho como fonte para gerar receitas e dessa maneira satisfazer suas necessidades.

2.2 Experiências no Brasil

O microcrédito é uma realidade positiva em todo o território brasileiro, sendo cada vez mais crescente o número de experiências que são relatadas, no entanto, é na região Nordeste que os números se mostram mais expressivos. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2008, a região detinha 88% do total de 1,3 milhão de contratos e 81% do volume global de empréstimos de microcrédito concedidos no montante de R\$1,8 bilhão em 2008, conforme Tabela 05. Esses resultados mostram-se conseqüentes das características da região: menor poder aquisitivo, maior nível de pobreza e grande número de microempreendedores que atuam na informalidade.

Tabela 05 – Distribuição do microcrédito por região, Brasil, 2008

<i>Região</i>	<i>Número de empréstimos (unid. Mil)</i>	<i>Participação nos contratos (em %)</i>	<i>Valor emprestado Em R\$ 1.000.000,00</i>	<i>Participação nos recursos (em %)</i>
Nordeste	1.126,0	88,38%	1.471,7	81,44%
Sul	59,6	4,68%	163,0	9,02%
Sudeste	72,5	5,69%	148,5	8,22%
Centro-Oeste	14,1	1,11%	19,8	1,10%
Norte	1,8	0,14%	4,0	0,22%
Total	1.274,0	-	1.807,0	-

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2008)

Para melhor visualizar as experiências brasileiras, na seção seguinte são analisados alguns programas desenvolvidos tanto por organismos não governamentais sem fins lucrativos como por entidades comerciais, nesse sentido as experiências serão relatadas em função da especificidade constitutiva. No primeiro grupo ficam os programas de microcrédito vinculados as organizações não governamentais e no segundo grupo os programas vinculados às entidades comerciais.

2.2.1 Programas vinculados a organizações não governamentais

2.2.1.1 Programa UNO

A primeira experiência de um programa de microcrédito desenvolvida no Brasil foi realizada em 1973, nas cidades de Recife e Salvador, promovida pela União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, uma entidade não governamental formada por organizações empresariais e bancos em conjunto com uma ONG internacional denominada *Accion International*¹, conhecida como AITEC, especializada em microcrédito e capacitação para trabalhadores de baixa renda do setor informal, cujas operações eram lastreadas por uma espécie de aval moral.

O programa UNO tinha como público alvo o setor informal urbano da economia e disponibilizava crédito oferecendo capacitação aos pequenos empreendedores. Um dos desafios da UNO era provar, a viabilidade de conceder empréstimos dentro da linha do microcrédito para as pessoas que desenvolvessem alguma atividade por conta própria. Sendo concedido ao trabalhador autônomo, um tipo de crédito diferenciado das linhas formais existentes.

De acordo com o perfil e as características dos pequenos empreendedores, na sua grande maioria que atuam no segmento informal, são formuladas as exigências e estabelecidas as burocracias deste programa. Os recursos para sua sustentação vinham de doações internacionais incrementadas por linhas de crédito. Operacionalmente utilizava crédito individual com a garantia de um “aval moral”.

Visando uma melhor aplicação dos recursos liberados para os pequenos empréstimos nas unidades produtivas, ou seja, nos pequenos negócios, uma equipe de técnicos e consultores, do programa UNO, acompanhava o processo de utilização dos recursos financeiros, dando capacitação e orientação.

Assim sendo, os técnicos da UNO não adotavam a postura exclusiva de fiscalização, eles eram facilitadores do conhecimento de gestão empresarial, o que proporcionava um impacto positivo nas atividades empreendedoras possibilitando ao

¹ A Accion International, organização privada, sem fins lucrativos, com sede nos Estados Unidos, é composta por uma rede de 25 organismos filiados que trabalham em trinta países latino-americanos (e seis cidades americanas), assessorando-os na metodologia de atuação com microcrédito, e no desenvolvimento institucional.

trabalhador, demandante dos recursos, por conta própria honrar os seus compromissos financeiros, resultando, também, na promoção e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores autônomos.

Concomitantemente à concessão de crédito, o programa UNO produziu pesquisas sobre o perfil do microempresário e o impacto do crédito. Essa atividade contribuiu para o fomento ao associativismo, com a criação de cooperativas, associações de artesãos e grupos de compra.

O UNO formou milhares de profissionais especialistas em crédito para o setor informal da economia e durante muitos anos foi a principal referência para a expansão dos programas de microcrédito na América do Sul.

É importante ressaltar, que mesmo com tanta experiência na área técnica, o Programa Uno encerrou suas atividades após dezoito anos de atuação por não ter considerado a busca constante pela auto-sustentabilidade como prioridade de suas políticas e sobrevivência. Faltou a criação de mecanismos para transformar as doações em patrimônio financeiro e rentabilizá-las emprestando a juros de mercado, que, como consequência, geram receitas e capitalizam a organização.

2.2.1.2 Programa Banco da Mulher

A instituição de microfinanças Banco da Mulher no Brasil, foi fundada em 1982, sendo a mais antiga instituição de microcrédito sem fins lucrativos em atividade no País. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, a mesma, declarada de utilidade pública federal, estadual e municipal, opera por meio de uma rede de sete afiliadas, localizadas em Manaus (AM), Pelotas (RS), Caxias do Sul (RS), Uberlândia (MG), Salvador (BA), Curitiba (PR), Rio de Janeiro (RJ) e Macapá (AP).

Sua missão é promover o desenvolvimento humano e financeiro da mulher brasileira, sobretudo a de baixa renda, criando condições que permitam sua integração na sociedade e desenvolvimento da qualidade da família, por meio do trabalho e da auto-sustentação, ou seja, criar mecanismo para o desenvolvimento profissional de microempreendedores, formais ou informais, preferencialmente visando o aprimoramento da capacidade de produção e aumento do seu patrimônio.

No período de sua existência a instituição já apoiou mais de 40 mil pequenos microempresários, 88% dos quais são produtoras, destinando financiamentos na ordem de mais de R\$ 60 milhões. Atualmente, as afiliadas gerenciam cerca de 1,4 mil contratos de operações de crédito que totalizam R\$ 1,8 milhão, mais um fundo para empréstimos de R\$ 2 milhões. Os recursos são oriundos de organismos de fomento, a exemplo do BNDES e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além de companhias que patrocinam as subsidiárias do banco.

A carteira de crédito é formada na maioria por mulheres na faixa etária de 21 a 56 anos, 89% com ensino médio, renda entre 4 e 26 salários mínimos, 50% com atividades voltadas para o comércio, sendo 74% do negócio informal e o valor do crédito médio é de R\$ 1.200,00.

O Banco da Mulher é reconhecido como um dos mais bem sucedidos empreendimentos do segmento financeiro no âmbito da sua finalidade principal, em função do modelo de gestão que adota critérios básicos de concessão de crédito, com valores que variam de R\$ 100 a R\$ 10.000 e baixa taxa de juros. O recurso só é liberado para empresas com mais de seis meses de existência. Durante o fluxo de pagamento, os tomadores de crédito são monitorados por agentes de crédito que dão suporte gerencial no âmbito do processo de vendas, contabilização e estrutura de custos. Com isso, o banco ajuda aos microempresários atingirem resultados positivos.

2.2.1.3 Programa Rede CEAPE

O Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores – CEAPE, sediado na cidade de Recife/PE, começou suas atividades em 1987. Especializou-se no apoio a pequenos empreendimentos administrados por pessoas de baixa renda, por intermédio da concessão de crédito e promoção da capacitação empresarial, tendo sido responsável pela introdução no Brasil de instrumentos predominantes nos programas de microcrédito, tais como, o agente de crédito e o aval de grupos solidários. Seu público alvo são homens e mulheres integrantes de famílias de baixa renda que têm na atividade autônoma uma alternativa de sobrevivência.

Sua primeira experiência foi realizada no Rio Grande do Sul, através do CEOPE denominado Centro Ana Terra, a partir de sua institucionalização como uma entidade civil sem fins lucrativos.

A partir do Sistema CEAP ganhou novo impulso em 1990, com a criação da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos – FENAPE, hoje denomina-se CEAP nacional.

No ano de 2000, estavam constituídos 13 unidades CEAPes, tendo como orientações: ação com caráter não assistencial, preocupação com a qualidade técnica, comprometimento social, visão estratégica com o cunho da auto-sustentabilidade. O foco principal é incentivar o microcrédito orientado direcionado as pessoas que não tem acesso ao crédito tradicional. A expansão teve êxito graças às parcerias firmadas com a: agência internacional, UNICEF, ACCION, BID, e ajuda internacional.

Deste modo o sistema CEAPE constitui-se numa das maiores redes nacional de apoio aos programas de microcrédito, composto, atualmente por 11 unidades estaduais, distribuídas nos estados: Bahia, Espírito Santos, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Sergipe.

As entidades integrantes da rede CEAP, têm como missão: “a melhoria da qualidade de vida dos pequenos empreendedores por intermédio da massificação do crédito orientado, a nível nacional, ainda como estratégia de redução da pobreza”. Ao longo da sua existência, conquistaram espaço no segmento de atuação das microfinanças, e aproveitou para aumentar a base de clientes e fortalecer a atuação da rede a nível nacional, em detrimento da elevação da concorrência.

2.2.1.4 Programa Portosol

A instituição Comunitária de Crédito Porto Alegre, denominada Portosol, fundada em 1995, pelo governo municipal de Porto Alegre (RS), tem como lema reconhecer que o crédito é um direito de cidadania e considera fundamental integrar aos seus programas de desenvolvimento.

Suas atividades são desenvolvidas por iniciativa pública e com recursos públicos e de organismos internacionais. Recebe doações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, da Sociedade Alemã de Cooperação técnica, da Inter American Foundation (IAF), de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE/RS).

Entretanto, tem autonomia e está desvinculada de interferências político-partidárias, uma vez que seu órgão máximo de administração conta com apenas um terço de representação governamental. Atua através de princípios de gestão empresarial e empreendedora, com visão de sustentabilidade e rentabilidade, mantendo um quadro próprio de pessoal selecionado profissionalmente e, sempre, buscando o caminho da sustentabilidade financeira.

Os projetos elaborados são discutidos com a comunidade, aperfeiçoando o modelo inicial e estabelecendo parcerias, integrando ao quadro social – gestores e aportadores de recursos – além dos governos municipal e estadual, entidades representativas da classe empresarial, da associação da comunidade, dos profissionais da área acadêmica e dos trabalhadores.

A experiência da Portosol chamou a atenção nacional, despertando o interesse de órgãos governamentais e da comunidade empresarial para o setor. Além disso, motivou agências de desenvolvimento e órgãos públicos a apoiar a criação e o fortalecimento de instituições dedicadas ao fornecimento de crédito produtivo popular e demonstrou ao setor privado que as instituições de microcrédito são rentáveis desde que administradas profissionalmente.

No momento, a Portosol vem concedendo créditos a pequenos empreendimentos, tanto para capital de giro (adequação do fluxo de caixa do empreendimento e compra de matéria prima), quanto para capital fixo (compra de máquinas e equipamentos, reformas e ampliações das instalações do negócio). As garantias das operações são baseadas em aval simples ou solidário, cheques e alienação de bens. Até dezembro de 2001, a Portosol realizou cerca de 28,5 mil operações de crédito que somaram R\$ 38,7 milhões.

2.2.1.5 Programa VivaCred

Criada em outubro de 1996, por iniciativa do Movimento Viva Rio, a VivaCred é uma instituição sem fins lucrativos que atua com o objetivo de conceder crédito aos microempreendimentos de propriedade de pessoas de baixa renda das comunidades carentes do Rio de Janeiro. O *funding* da instituição foi formado com recursos provenientes do BID, BNDES e Fininvest. Os empréstimos são destinados tanto para capital de giro quanto para capital fixo.

Sua missão é proporcionar condições de acesso ao crédito aos micro e pequenos empreendedores, especialmente nas comunidades carentes, do setor formal ou informal da

economia, buscando desse modo promover o desenvolvimento sócio-econômico e a integração social no Rio de Janeiro. Como visão, pretende ser líder no Rio de Janeiro, no mercado de microfinanças, consolidando sua atuação em especial junto aos pequenos empreendimentos situados nas comunidades de baixa renda, alicerçado em valores como: ética, confiança, superação, transparência, inovação, união, responsabilidade social.

Até o momento, foram instaladas cinco agências de microcrédito, iniciando sua atuação na favela da rocinha com três unidades, Maré e Rio das Pedras e outra destinada ao atendimento das comunidades do centro da cidade e zona sul do Rio de Janeiro. Até dezembro de 2001, a instituição realizou mais de 8,4 mil operações, emprestando aproximadamente R\$ 14 milhões. Esta iniciativa demonstrou o potencial das favelas e contribuiu para que empresas e agências bancárias prestassem estes serviços bancários aquela comunidade desassistida.

Durante sua existência disponibilizou para a população carente cerca de R\$ 65,9 milhões em crédito, alcançando 39 mil contratos atuando com 18 analistas de crédito, como pode ser observado na Tabela 06.

Tabela 06 – Carteira de crédito do programa VivaCred, 1997 - 2008

<i>Ano</i>	<i>Nº de analistas final do ano (unid.)</i>	<i>Nº de créditos aprovados (unid.)</i>	<i>Valor dos créditos concedidos (R\$) (¹)</i>	<i>Valor de créditos ativos (R\$) (²)</i>
1997	3	456	774.458	389.398
1998	7	1.229	2.210.950	954.154
1999	8	1.745	3.065.701	1.312.802
2000	12	2.599	4.137.206	1.986.328
2001	9	2.396	3.809.214	1.755.311
2002	12	2.617	4.268.119	2.180.164
2003	15	3.433	5.551.342	2.967.566
2004	18	4.067	7.527.305	3.754.393
2005	19	6.232	8.159.541	3.658.875
2006	17	5.541	7.583.468	3.625.875
2007	18	4.206	9.219.057	4.214.356
2008	18	4.553	9.642.416	4.437.766
Total	-	39.074	65.948.777	-

Fonte: Vivacred, (2009)

(¹)Valores nominais referente ao volume de crédito concedido

(²)Valores nominais referente ao volume de crédito concedido menos as amortizações

O VivaCred busca a integração social, através de atividades que facilitem as relações entre os diversos segmentos da sociedade, direcionando seu atendimento aos microempresários urbanos, comerciantes, artesãos e pequenos prestadores de serviços, participantes do setores formal e informal da economia, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico, garantindo o acesso constante ao crédito.

2.2.1.6 Programa São Paulo Confia

A instituição de microcrédito São Paulo Confia, constituída como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) desde 2001, é pioneira em São Paulo na aplicação de um Programa de Microcrédito Produtivo Orientado e tem o intuito de promover o acesso ao crédito para a população do município de São Paulo excluída do sistema financeiro tradicional. Esta modalidade de crédito tem despertado atenção do mundo, pelo impacto comprovadamente positivo no desenvolvimento dos países e na vida das pessoas.

Foi criada por iniciativa da Prefeitura de São Paulo e entidades da sociedade civil, com o objetivo de garantir acesso ao crédito aos pequenos empreendedores, pessoas que têm dificuldade de obter crédito, mas que precisam dele para desenvolver seus pequenos negócios em busca da sua sobrevivência. Nesse sentido, fundou-se na concepção de que o crédito não poderia ser um fim em si mesmo, mas, fundamentalmente, um meio de transformação socioeconômica do conjunto da população que vive nas condições de exclusão na capital do Estado de São Paulo.

Com o objetivo de concretizar esta proposta, a São Paulo Confia teve que desenvolver um tipo específico de crédito, conhecido como Microcrédito Produtivo Orientado:

- Microcrédito: é um crédito que começa com pequenos valores e vai crescendo à medida que os créditos anteriores vão sendo aplicados no desenvolvimento do negócio e liquidados, buscando sempre o princípio da adimplência.
- Produtivo: pois só pode ser aplicado no desenvolvimento do negócio, em capital fixo - crédito para ampliar ou reformar o ponto comercial, aquisição de máquinas e equipamentos, móveis, manutenção, etc., capital de giro - crédito para comprar mercadorias, matérias-primas e outros bens não duráveis, ou capital misto para ambos os casos.
- Orientado: pois todo o processo é acompanhado pela figura do agente de crédito, que além de ir até o local do empreendimento, avalia o quanto o negócio necessita e tem capacidade de saldar o crédito. O agente orienta o empreendedor na aplicação produtiva do crédito e quanto ao conhecimento básico necessário na gestão do mesmo.

Nessa experiência, o crédito é disponibilizado inicialmente com pequenos valores e vai crescendo na medida em que o cliente efetua o pagamento e se torna adimplente. É direcionado para ser aplicado no desenvolvimento do negócio e possui a figura do agente de crédito que faz o papel de consultor.

Na medida em que se conhece os detalhes do processo e sente-se seguro do pleito, procura identificar na comunidade pessoas interessadas e com perfil adequado para formar um grupo solidário, de no mínimo quatro e no máximo dez pessoas, com o negócio a ser desenvolvido em diversos ramos de atividades, porém não podem ter qualquer tipo de parentesco e todos se comprometem solidariamente a honrar o pagamento integral, isto é, quando um não paga o grupo assume e depois resolvem entre si. A formação desta parceria público privada com a participação das organizações da sociedade civil é estratégica na formulação e aprovação das políticas de crédito, na articulação social de ações ligadas ao microcrédito e na captação e política de alocação do funding do Programa.

Um dos pontos que determina a velocidade no amadurecimento de um Programa de microcrédito é a estratégia de fixação das unidades de atendimento. Neste momento dois pontos devem ser equilibrados, o alcance ou penetração em relação à demanda e o impacto social. Neste sentido, a SP Confia desenvolve estudos para embasar esta estratégia. Todas as 14 unidades de atendimento são alocadas em postos de exclusão social no município de São Paulo.

A São Paulo Confia adota um modelo de gestão baseado em 3 pilares: governança e transparência; responsabilidade social; e Inovação.

O grande diferencial do Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado da SP Confia é a sua metodologia, baseada no relacionamento direto do agente de crédito com os empreendedores, no local da sua atividade. O agente é treinado para orientar o empreendedor sobre a gestão do negócio, as suas necessidades de crédito, sobre a definição do valor do empréstimo necessário para o desenvolvimento sustentável do negócio, sobre as reais condições de tomada de crédito após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do empreendedor.

Desta forma, este acompanhamento personalizado dos agentes de crédito se materializa num maior preparo dos empreendedores, que integram o mercado na gestão de seus negócios de forma mais competitiva e sustentável, garantindo o retorno dos créditos

concedidos (adimplência) e o desenvolvimento local. O acompanhamento é feito durante todo o período da operação.

Por conseguinte, as operações de crédito são realizadas sem a exigência de garantias reais, que é substituída pelo aval solidário, ou seja, grupo solidário, em que o grupo se responsabiliza mutuamente pelo pagamento integral dos empréstimos, proporcionando, assim, o acesso de um maior número de pessoas ao crédito, que estão fora das linhas de crédito do sistema financeiro tradicional, incentivando o aumento do processo da bancarização.

A formação e a expertise da SP Confia, a solidez de seu embasamento metodológico, os resultados alcançados ao longo dos últimos 5 anos e o controle da adimplência por pilares de gestão operacional bem consolidados têm sido fatores avaliados/auditados por um número cada vez mais amplo de empresas/instituições.

Os indicadores demonstram que a instituição vem construindo uma visão de futuro baseada na evolução contínua de sua missão, buscando o aumento do seu alcance e impacto social, no desenvolvimento de instrumento de gestão que resultem na auto-sustentabilidade do programa com base na metodologia do programa de microcrédito produtivo orientado.

Em 2008, o programa atendeu 10.401 empreendedores proporcionando um crescimento de 61% em relação ao ano de 2007. Já os empréstimos totalizaram R\$ 29,1 milhões, um incremento de 49%, enquanto os créditos concedidos atingiram a marca de R\$ 21,4 milhões, que corresponde a um aumento de 54%, quando comparado ao ano de 2007, conforme se observa na Tabela 07.

Tabela 07 – Evolução dos números dos empreendimentos atendidos pela São Paulo Confia, 2001 - 2008

<i>Indicadores</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>TOTAL</i>
Total de empreendimentos atendidos (unid.)	n.a	n.a	n.a	3.942	3.458	3.822	6.454	10.401	28.077
Créditos concedidos (R\$ milhões)	0,130	3.990	10.271	14.501	13.506	11.797	13.951	21.421	89.567
Total emprestado (R\$ milhões)	0,185	3.277	6.079	11.436	13.620	15.528	19.569	29.097	98.791
Inadimplência média	n.a.	n.a.	2,85%	3,56%	2,54%	0,79%	1,12%	2,41%	-

Fonte: São Paulo CONFIA, (2009)

Segundo dados elaborados pelo SEBRAE, no Brasil, 13 milhões de pequenos empreendimentos que corresponde a 98,5% das empresas do país, são responsáveis por mais de 60% dos empregos e ocupações gerados e por 8% do PIB. Destes empreendimentos, 8,5 milhões são constituídos por micro e pequenos negócios informais, produto da capacidade empreendedora brasileira e da busca da sustentabilidade econômica das pessoas e das comunidades. Sendo que 8 milhões destes empreendimentos (60,6% das empresas do país) não têm acesso ao sistema oficial de crédito, sobretudo financiamento à produção.

2.2.2 Programa vinculado a entidade comercial

2.2.2.1 Programa CrediAmigo

O programa CrediAmigo do Banco do Nordeste pode ser caracterizado como um programa de crédito orientado, que oferece aos empreendedores acompanhamento e orientação sobre gestão empresarial visando uma melhor aplicação do recurso e como consequência efetividade no retorno financeiro.

Criado em 1998 pelo Banco do Nordeste, sob a égide de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), tem como objetivo oferecer crédito diferenciado aos pequenos empreendedores de baixa renda da região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

A consolidação do CrediAmigo ocorreu através da utilização da metodologia do Aval Solidário, garantindo crédito a milhares de empreendedores, proporcionando o fortalecimento de sua atividade e a melhoria da qualidade de vida de sua família.

Segundo Neri (2008), o programa contribuiu para a difusão do microcrédito na região Nordeste, considerada a região mais pobre do Brasil, chegando a ser considerado o “Grameen Bank brasileiro”, não só por usar tecnologia similar de aval solidário, também chamado de colateral social, mas também em função dos resultados obtidos pelo programa entre os produtores de renda mais baixa, essencialmente as mulheres. Estudo realizado pelo autor revelou a importância estratégica do CrediAmigo, pela combinação dos quesitos: tamanho, equidade, eficiência e sustentabilidade.

Outra contribuição do CrediAmigo são os resultados obtidos em termos de redução da pobreza. Segundo dados levantados por Neri (2008), apenas 1,5% dos não-

miseráveis cruzaram, no sentido descendente, a linha de pobreza, enquanto 60,8% dos que se situavam abaixo dela saíram de sua condição de miserabilidade. O parâmetro utilizado parte da linha de referência no valor de R\$ 117,00, regionalizados pelo custo de vida calculado a partir da linha da FGV, mas que são robustos para linhas de outras instituições a exemplo do IPEA ou usando o salário como linha de corte.

O CrediAmigo, assim como a maioria dos programas de microcrédito, tem como perfil de clientes predominantemente mulheres, que representam 62% de sua clientela. A maior parte dos seus clientes tem entre 30 e 39 anos, o que corresponde a 30% do total. No tocante à escolaridade, prevalecem os clientes com o ensino fundamental, que equivale a 62%. Quanto aos empreendimentos financiados, verificou-se que 34% realizavam suas atividades na própria casa e 20% prestavam seus serviços em domicílio, 11% tinham banca e os 4% restantes realizavam atividades móveis.

O programa atende principalmente clientes do Ceará (12%), do Maranhão (30%) e da Bahia (11%), perfazendo nesses estados mais de 50% da clientela. O restante está bem distribuído entre os demais estados do Nordeste, com ênfase para Pernambuco e Paraíba (9%), Piauí (8%) e o restante nos demais estados.

O Instituto Nordeste de Cidadania, grande parceiro do programa, é responsável pela seleção e contratação de pessoal, operacionalização dos serviços e monitoramento do processo tendo como base sua "expertise social". Porém a definição das diretrizes estratégicas, decisão a respeito do crédito a ser concedido, definição de novos produtos e serviços e o processo metodológico cabe ao Banco do Nordeste.

Quanto ao desempenho dos clientes, ficou demonstrado que houve melhoria substancial nas principais variáveis relativa ao desempenho dos negócios em termos de aumento do estoque e melhoria dos fluxos de caixa, aumento dos valores reais de faturamento, lucro e capacidade de pagamento.

Desde a sua criação, em 1998, o CrediAmigo realizou 5,0 milhões de operações contratadas e atingiu R\$ 4.600 milhões em crédito concedido aos pequenos empreendedores.

Com base na Tabela 08, em 2008, quando comparado a 2007, a carteira ativa registrou crescimento de 54,4% e de 33,5% em clientes ativos, e atendeu em média 195 mil novos clientes. O valor médio por empréstimo alcançou R\$ 1.077,59 em 2008 com aumento de R\$ 114,60.

Tabela 08 – Evolução dos indicadores de desempenho operacional do programa CrediAmigo, 2002 - 2008

<i>Indicadores</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>
Carteira Ativa (R\$ milhões)*	72,0	85,5	106,7	136,3	170,6	234,6	362,2
Cientes Ativos (31/12)*	118.955	138.497	162.868	195.378	235.729	299.975	400.413
Cientes Novos Atendidos (unid.)	81.305	81.180	81.564	90.197	107.692	142.795	194.700
Cientes Atendidos (Acumulado)	263.154	344.334	425.898	516.095	623.787	766.582	961.563
Empréstimos Desembolsados (quantidade)	359.216	434.810	507.807	595.742	690.415	824.782	1.009.236
Empréstimos Desembolsados (R\$ milhões)	287,3	368,2	440,9	548,2	639,6	794,3	1.087,50
Valor Médio dos Empréstimos (R\$)	800,03	846,81	868,28	920,26	926,41	962,99	1.077,59

Fonte: Relatório Anual CrediAmigo, 2008.

Nota: * Considera-se ativo operações sem atraso ou que estão inseridas na faixa de 1 a 90 dias de atraso.

Registra-se, ainda, um aumento de 26,7% no número total de assessores comparando-se à posição de dezembro de 2007, e de 86,2% em relação ao ano de 2002. A produtividade cresceu continuamente nos últimos anos e já se consolidou, atingindo padrões internacionais nos quais a Carteira Ativa por Assessor de Negócio alcançou R\$ 144,00 em 2002 e R\$ 389,10 em 2008, registrando aumento de 170,2% no período sob análise. Pode ser verificado ainda um incremento substancial da produtividade em 2008, que atingiu a média de 430 clientes por assessor de negócio (Tabela 09).

Tabela 09 – Evolução dos indicadores de produtividade do programa CrediAmigo, 2002 - 2008

<i>Indicadores</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>
Assessores de Negócio * (unid.)	500	525	502	547	587	735	931
Total de Assessores (unid.)	859	824	839	941	1.060	1.327	1.691
Cientes Ativos / Assessor de Negócio (unid.)	238	264	324	357	402	408	430
Carteira Ativa / Assessor de Negócio (R\$ mil)	144,0	162,8	212,6	249,1	290,7	319,3	389,1
Cientes / Unidade	721	834	964	1.149	1.387	1.765	2.355
Média de Clientes Atendidos por Dia	1.361	1.647	1.924	2.257	2.773	3.312	3.942

Fonte: Relatório Anual CrediAmigo, 2008.

Nota: * Consideram-se Assessores de Negócio todos os Assessores de Crédito e Assessores Coordenadores que tenham carteira de clientes.

Em suma, dada as características de aval solidário, sustentabilidade, retorno privado, retorno social, foco e retorno das mulheres e ao fato de ocupar mais de 60% do mercado doméstico de microcrédito produtivo orientado, o CrediAmigo pode ser considerado o autêntico Grameen tupiniquim. O programa é auto-sustentável, gerando lucro de R\$50,00 ano por cliente, mesmo usando o custo de oportunidade de juros de mercado para compor seu *funding*. O programa tem sua suficiência operacional (suas receitas são superiores as suas

despesas), mesmo praticando juros para os clientes abaixo de outras instituições que atuam no segmento.

2.3 A Experiência do Banese

O Banco do Estado de Sergipe S/A – Banese foi criado em 1961, sob a denominação de Banco de Fomento Econômico (Banfese), no Governo Luiz Garcia. Em 02 de janeiro de 1964, iniciou suas atividades tendo como papel importante contribuir para o desenvolvimento econômico de Sergipe. Em 1967 adotou o nome de Banese culminando com a abertura de suas primeiras agências e em 1971 foi transformado em banco múltiplo, automatizando sua rede de agências e interligando-se à Rede Verde Amarela – RVA, que integra bancos públicos nacionais e alguns poucos privados. Em 1996 passou por um processo de reestruturação e saneamento financeiro visando continuar no novo regime de mercado estabelecido pelo processo de estabilização econômica do Brasil.

Essencialmente focado no desenvolvimento de Sergipe, o Banese criou o programa de Microcrédito, como forma de aderência às políticas públicas de governo voltadas para a geração de emprego e renda.

2.3.1 Histórico do microcrédito Banese

O Microcrédito Banese foi lançado como programa de desenvolvimento em 23 de junho de 2003, através parceria com o Governo do Estado de Sergipe e operacionalização da Secretaria de Estado do Combate à Pobreza.

Sua implantação teve como diretriz minimizar o sofrimento da comunidade carente, combate a pobreza, promoção da inclusão financeira e incremento no Estado de Sergipe dos níveis de emprego, ocupação e renda, por meio da concessão de financiamento, fomentando a constituição e o desenvolvimento de micro e pequenos empreendimentos ligados às atividades comércio, indústria e serviços, integrada a uma política de capacitação contínua.

Tem como missão combater a pobreza, incrementando no Estado de Sergipe, os níveis de emprego, ocupação e renda, por meio da concessão de financiamento, fomentando a constituição e o desenvolvimento de micros e pequenos empreendimentos ligados às

atividades de comércio, indústria e serviços, integradas a uma política de capacitação contínua.

Também desenvolvido para atuar como um instrumento de política pública, integrado ao conjunto de programas sociais desenvolvidos pelo governo estadual, a proposta do programa é contribuir para a geração de emprego, aumento da renda e promover o desenvolvimento econômico e social, da população carente do estado de Sergipe.

Nesse sentido, o principal objetivo do programa é levar crédito as pessoas de baixa renda e microempreendedores da economia formal e informal que estão excluídos do sistema bancário tradicional, pela falta de garantia colateral. Essas pessoas foram classificadas pelas instituições de crédito formais como representando alto risco para financiamento. Em consequência disso, elas não têm acesso a empréstimos regulares do sistema financeiro para promover a expansão de seus negócios.

Foi iniciado como projeto piloto nas comunidades dos Bairros Santa Maria, Santa Gleide e Japãozinho, em Aracaju-SE e no Conjunto João Alves, em Nossa Senhora do Socorro-SE, em seguida também em outros municípios sergipanos, como Monte Alegre, Propriá e Poço Redondo, com base no baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH que apresentavam.

Visando incentivar a formação do empreendedorismo em 2005, o programa oferecia créditos que variavam de R\$ 200 a R\$ 5 mil para quem já tinha ou desejava iniciar novos negócios, necessitando de crédito para capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, e pequenas reformas. Em dois anos de funcionamento, o programa criou 8,2 mil postos de trabalho e 900 novos empreendimentos beneficiando cerca de 17,4 mil clientes atendidos.

Em 2006, o programa de microcrédito Banese sofreu um processo de reestruturação no qual suas atividades foram incorporadas ao banco, através da criação da Área de Microcrédito, atualmente responsável pela gestão do projeto em parceria com a Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda - BaneseCard, visando redução de custos operacionais e com base numa revisão do fluxo de concessão do crédito, tornando-se mais ágil, objetivo e sustentável.

2.3.2 Operacionalização

O Programa de Microcrédito Banese possui uma estrutura de pessoal formada por técnicos em crédito, agente de serviços bancários e corpo gerencial. A Área de Microcrédito é vinculada a Diretoria de Crédito de Desenvolvimento, com a atribuição de implementar as políticas definidas pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

O programa é operacionalizado através da atuação de trinta e cinco assistentes de negócios, com a função de construir uma relação personalizada com o cliente, que vai desde a proposta de solicitação do crédito até o pagamento da última parcela, por meio das visitas pós-venda. Além da atuação dos assistentes, toda a rede Banese, composta por 75 unidades, sendo 61 agências e 14 postos de serviços espalhados em todo o estado de Sergipe, está disponível para o atendimento aos clientes.

O público alvo é constituído de microempreendedores do segmento de pessoas físicas e jurídicas. Os tomadores de empréstimos devem ser proprietários de uma micro ou pequena unidade de negócios, formal ou informal, desde que localizada no Estado de Sergipe. Outra condição é ser brasileiro maior de 18 anos, ou legalmente emancipado no município, com experiência na atividade que desenvolve ou a ser desenvolvida.

As fontes de recursos que dão suporte ao Programa de Microcrédito Banese, com base no citado na seção marco legal, são oriundas da base de cálculo de 2% de exigibilidade compulsória sobre o volume de depósitos à vista do Banese, conforme estabelece art.1º da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003.

Além disso, detém uma forte parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no tocante ao *funding* de recursos no âmbito do programa nacional de microcrédito produtivo orientado – PNMO.

No momento o programa de microcrédito Banese opera com linhas de crédito destinando recursos para capital de giro (aquisição de mercadorias e matérias-primas), capital fixo (aquisição de ferramentas, máquinas, equipamentos e pequenas reformas do micro empreendimento, com apresentação prévia do orçamento) e capital misto, cujo limite de financiamento vai até R\$ 3.000,00.

Quanto ao prazo de pagamento, para os clientes em atividades é de até 12 meses sem carência para capital de giro, e de até 24 meses com carência de até 02 meses para capital

fixo. Já para clientes em início de atividade, o prazo é de até 12 meses, com carência de até 02 meses para capital de giro, e de até 24 meses, com carência de até 03, meses para capital fixo. Para obtenção do financiamento é necessário apresentar o comprovante de residência atualizado, CPF, RG e comprovante de renda para avalistas.

Em 2009 as taxas de juros variaram em função do valor do empréstimo, da seguinte forma: Até R\$ 500,00 – 1,50%; De R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00 que equivale a 1,75% e Acima de R\$ 1.000,00 – 1,90%.

O processo operacional do programa de microcrédito Banese, para obtenção de empréstimo percorre as seguintes vertentes: captação dos clientes, solicitação do crédito, análise do crédito, desembolso e acompanhamento, conforme detalhamento na Tabela 10.

Tabela 10 – Etapas do processo operacional para concessão do microcrédito Banese, 2009

<i>Etapa</i>	<i>Característica</i>
Captação dos clientes	compreende agendamento de visitas, reuniões e divulgação na mídia
Solicitação do crédito	os interessados em adquirir o empréstimo, procuram uma agência BANESE localizada mais próximo do seu ambiente de trabalho e recebe as instruções necessárias para obtenção do crédito, e em seguida munidos da documentação preenche o formulário de pesquisa sócio-econômica (anexo III). Em complemento são verificadas as informações cadastrais, formalização da solicitação, consolidação das garantias e pesquisas cadastrais
Análise do crédito	o agente de microcrédito realiza visita ao local do empreendimento, levanta as informações do negócio e pessoais, através da elaboração de estudo sócio econômico. As informações são cadastradas no sistema operacional, que encaminha ao comitê de agências ou comitê de crédito a depender do nível de alçada decisória, para análise e parecer conclusivo, sobre a concessão do crédito ou não
Liberação do crédito	é liberado na conta corrente do empreendedor, para aplicação no destino fim, e as prestações são debitadas seguindo as condições contratuais
Acompanhamento	o pós-crédito é efetuado mediante visita do agente de crédito ao empreendimento objetivando verificar como está o desempenho da empresa e acompanhar a pontualidade nos pagamentos

Fonte: Elaborado pelo autor

Constata-se que o programa de microcrédito Banese tem uma estrutura operacional similar as instituições que deram resultado, a exemplo do Programa de Microcrédito CrediAmigo do BNB. As evidências são registradas na sistemática de prospecção dos negócios, com a utilização do agente de negócios como peça principal no decorrer do processo, desde a concessão do crédito a liquidação.

Outrossim, serve de instrumento de política pública que atua em parceria com o Governo do Estado, mas objetiva também a busca constante pela sustentabilidade financeira e operacional.

Cabe destacar que os programas de apoio e incentivo ao microcrédito aqui relatados, sejam eles na esfera internacional ou nacional, sempre focaram a necessidade básica da população mais carente, seja focalizado no microempresário dono de uma mercearia, borracharia, oficina mecânica, açougue, dentre outros, que não tem acesso ao crédito oferecido pelo sistema financeiro tradicional, pois não possuem as garantias necessárias para tê-lo.

Percebe-se, também, em nível mundial uma preocupação constante em reduzir o nível de pobreza, aumento da inclusão social e bancária, e a busca de uma melhor distribuição de renda, que proporcione a estas famílias, essencialmente, as melhores condições de vida para si e seus familiares.

No entanto, é importante que essas iniciativas sejam sustentáveis para que possam se perpetuar e, cada vez em maior escala, promover o desenvolvimento do emprego e da renda para as camadas menos favorecidas. Nesse sentido, o próximo capítulo focaliza a avaliação da sustentabilidade do programa de microcrédito do Banese, objeto principal do presente estudo.

CAPÍTULO 3

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO BANESE

Conforme proposta do estudo, esse capítulo concretiza a avaliação do programa de microcrédito Banese e, para melhor compreensão, apresenta primeiramente a metodologia utilizada para análise e levantamento dos dados. Em seguida, expõe as características do microcrédito Banese, sua atuação nos municípios investigados e impactos decorrentes dessa ação, finalizando com a análise dos resultados obtidos correlacionando-os a indicadores de sustentabilidade e rentabilidade, qualidade, eficiência e produtividade.

3.1 Metodologia do Estudo

O programa de microcrédito do Banese atua em todos os setenta e cinco municípios sergipanos, sendo esse o universo considerado para fins dessa pesquisa. Como critério para a seleção da amostra, foi escolhido como parâmetro o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH², que foi criado com o objetivo de considerar, além da dimensão econômica, as características sociais, culturais e políticas presentes na qualidade da vida humana de cada município. Para sua identificação adota-se uma classificação em que o índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total), resultando na seguinte qualificação, do Programa das Nações Unidas (PNUD):

- a) Quando o IDH de um país está entre 0 e 0,499, é considerado baixo – país de desenvolvimento baixo (subdesenvolvido);
- b) Quando o IDH de um país está entre 0,500 e 0,799, é considerado médio – país de desenvolvimento médio (em desenvolvimento);
- c) Quando o IDH de um país está entre 0,800 e 0,899, é considerado elevado – país de desenvolvimento alto (em desenvolvimento);
- d) Quando o IDH de um país está entre 0,900 e 1, é considerado muito elevado – país de desenvolvimento muito alto (desenvolvido).

² O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbud ul Hag, e vem sendo utilizado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento no seu relatório anual.

O IDH é uma medida comparativa que contempla três indicadores: o PIB per capita, a educação e a longevidade (esperança média de vida), numa escala que varia de zero a um. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar da população.

Assim sendo, para identificar os municípios que seriam avaliados, considerou-se, como parâmetro, a classificação com IDH baixo para aqueles que apresentassem este indicador abaixo de 0,500. No entanto, observou-se que nenhum dos municípios sergipanos encontra-se nessa faixa, o que tornou necessário decompor esse indicador, que é composto por Renda, Longevidade e Educação, entendendo que para o presente estudo a variável Renda seja o fator preponderante.

Nesse contexto, numa primeira classificação para efeitos de delimitação da amostra, o IDH foi decomposto em seus indicadores e considerado, para o estudo sobre os efeitos do microcrédito, apenas o IDH-Renda no contexto municipal, ou seja, o IDHM-Renda, buscando a identificação de 2 grupos de municípios: Grupo I – Municípios com IDHM-Renda Baixo, quando este estivesse classificado de 0 a 0,499; e Grupo II – Municípios com IDHM-Renda médio de 0,500 a 0,799, resultando nas seguintes composições expostas nas Tabelas 11 e 12:

Tabela 11 – Municípios sergipanos com IDHM-renda baixo (de 0 a 0,499)

<i>Município</i>	<i>IDHM, 2000</i>	<i>IDHM- Renda, 2000</i>	<i>IDHM- Longevidade, 2000</i>	<i>IDHM- Educação, 2000</i>
1 Poço Redondo	0,536	0,4150	0,566	0,626
2 Pacatuba	0,584	0,4380	0,646	0,667
3 Santa Luzia do Itanhy	0,545	0,4480	0,561	0,626
4 Tomar do Geru	0,563	0,4530	0,575	0,660
5 Porto da Folha	0,556	0,4550	0,530	0,682
6 Brejo Grande	0,550	0,4560	0,526	0,667
7 Riachão do Dantas	0,556	0,4680	0,562	0,637
8 Canhoba	0,597	0,4750	0,620	0,695
9 Gararu	0,572	0,4760	0,588	0,653
10 Indiaroba	0,605	0,4760	0,644	0,696
11 Ilha das Flores	0,584	0,4790	0,551	0,723
12 Feira Nova	0,620	0,4800	0,681	0,698
13 Santana do São Francisco	0,579	0,4820	0,551	0,703
14 São Miguel do Aleixo	0,608	0,4830	0,659	0,683
15 Japoatã	0,604	0,4900	0,646	0,677
16 Monte Alegre de Sergipe	0,568	0,4900	0,550	0,663
17 Nossa Senhora Aparecida	0,567	0,4900	0,591	0,619
18 Santa Rosa de Lima	0,628	0,4930	0,662	0,730
19 Nossa Senhora de Lourdes	0,583	0,4950	0,551	0,702
20 Cumbe	0,638	0,4960	0,662	0,755

Fonte: PNUD (2000)

Tabela 12 – Municípios sergipanos com IDHM-renda médio (de 0,500 a 0,799)

<i>Município</i>	<i>IDHM, 2000</i>	<i>IDHM-Renda, 2000</i>	<i>IDHM-Longevidade, 2000</i>	<i>IDHM-Educação, 2000</i>
1 Aracaju	0,794	0,752	0,729	0,901
2 Propriá	0,653	0,594	0,606	0,758
3 Itabaiana	0,678	0,591	0,715	0,728
4 São Cristóvão	0,700	0,583	0,695	0,823
5 Barra dos Coqueiros	0,676	0,578	0,631	0,818
6 Estância	0,672	0,577	0,644	0,795
7 Frei Paulo	0,646	0,572	0,681	0,686
8 Ribeirópolis	0,656	0,564	0,669	0,734
9 Nossa Senhora do Socorro	0,696	0,563	0,695	0,831
10 Carmópolis	0,676	0,561	0,666	0,800
11 Rosário do Catete	0,672	0,559	0,627	0,829
12 Lagarto	0,614	0,557	0,584	0,702
13 Nossa Senhora da Glória	0,631	0,557	0,620	0,715
14 Campo do Brito	0,661	0,556	0,746	0,682
15 Pirambu	0,652	0,554	0,646	0,755
16 Cedro de São João	0,684	0,551	0,722	0,779
17 Tobias Barreto	0,596	0,543	0,573	0,673
18 Arauá	0,621	0,538	0,591	0,734
19 Japarutuba	0,651	0,537	0,646	0,771
20 Pedra Mole	0,620	0,537	0,629	0,695

Fonte: PNUD (2000)

Para o delineamento final dos municípios que compuseram os Grupos I e II, foi estabelecido como segundo parâmetro a presença de uma agência Banese na sua sede. Dessa forma, foram selecionados 12 municípios com a presença de agência do Banese, sendo 6 (seis) entre os vinte municípios com IDHM-Renda baixo e compondo o Grupo I, e 6 (seis) entre os municípios com IDHM-Renda médio, compondo o Grupo II, conforme se segue:

- a) **Grupo I – Municípios com IDHM-Renda Baixo:** Nossa Senhora Aparecida, Canhoba, Indiaroba, Japoatã, Poço Redondo e Porto da Folha.
- b) **Grupo II – Municípios com IDHM-Renda Médio:** Aracaju, Propriá, Itabaiana, Barra dos Coqueiros, Estância e Frei Paulo.

3.1.1 Avaliação dos municípios selecionados na amostra

Para uma melhor análise dos efeitos do microcrédito nos municípios investigados, faz-se necessário uma análise prévia e contextual de algumas variáveis socioeconômicas de cada um deles com a inserção de alguns indicadores além do IDHM-Renda, tais como PIB, Renda per Capita e População. A seguir, um breve panorama dos municípios que compuseram a amostra do estudo.

3.1.1.1 Grupo I – municípios com IDHM-renda baixo:

Os municípios do **Grupo I** possuem uma população de aproximadamente 99,0 mil habitantes e uma riqueza gerada de R\$ 423,0 milhões, o que representa apenas 2,5% de contribuição para formação do PIB do Estado de Sergipe – R\$ 16,9 bilhões, congregando 4,9% da população do estado – 2,0 milhões, como pode ser visto na Tabela 13. Essas informações permitem constatar uma discrepância de 2,4 p.p. entre a riqueza gerada e o contingente populacional, o que contribui sensivelmente para aumento do índice de pobreza e baixo índice de desenvolvimento humano – IDH.

Tabela 13 – Indicadores socioeconômicos dos municípios com o IDHM-renda baixo que compõem o grupo I da amostra

<i>Município</i>	<i>IDHM</i>	<i>IDHM-Renda</i>	<i>IDHM-IDHM-Longe-Educação</i>		<i>PIB (R\$)</i>	<i>% em relação ao PIB Sergipe</i>	<i>Renda per Capita (R\$)</i>	<i>População</i>	<i>% em relação a População Sergipe</i>
Poço Redondo	0,536	0,415	0,566	0,626	110.890.000,00	0,66	3.135,00	30.358	1,52
Porto da Folha	0,556	0,455	0,530	0,682	113.263.000,00	0,67	3.697,00	27.281	1,36
Canhoba	0,597	0,475	0,620	0,695	16.013.000,00	0,09	3.996,00	4.040	0,20
Indiaroba	0,605	0,476	0,644	0,696	63.543.000,00	0,38	3.754,00	14.294	0,71
Japoatã	0,604	0,490	0,646	0,677	81.041.000,00	0,48	6.049,00	14.846	0,74
Nossa Senhora Aparecida	0,567	0,490	0,591	0,619	37.933.000,00	0,22	3.445,00	8.054	0,40
Grupo	0,577	0,467	0,599	0,666	422.683.000,00	2,50	4275,00	98.873	4,94
Sergipe	0,622	0,520	0,627	0,717	16.895.690.000,00	-	8.444,73	2.000.738	-

Fonte: PNUD (2000); IBGE (2006)

Ainda com referência ao parágrafo anterior e tomando por base a Tabela 13, os municípios de Poço Redondo e Porto da Folha apresentam as maiores discrepâncias de 0,86 p.p. e 0,69 p.p., respectivamente, entre a riqueza gerada e o contingente populacional. Entretanto, se apresentam como as maiores contribuições para geração de riqueza no grupo com 0,66% e 0,67%, que somadas alcançam 53,0% dos 2,5% de contribuição do grupo, apesar de registrarem os menores IDHM-Renda. Logo, os municípios detêm os menores IDHM-Renda e as maiores contribuições para formação do PIB do grupo e as maiores populações.

3.1.1.2 Grupo II – municípios com IDHM-renda médio

Com referência aos integrantes do **Grupo II**, juntos, produzem uma riqueza de R\$ 8,3 bilhões, que corresponde a uma contribuição de 49,4% para a geração da riqueza do estado de Sergipe, na cifra de R\$ 16,9 bilhões. Sua população, de aproximadamente 717,6 mil

habitantes, representa 35,9% da população do estado de Sergipe de R\$ 2,0 bilhões, conforme pode ser visto na Tabela 14. Esses dados permitem constatar uma variação positiva de 13,5 p.p. entre a riqueza gerada e o contingente populacional, o que contribui sensivelmente para redução do índice de pobreza e aumento do índice de desenvolvimento humano – IDH.

Tabela 14 – Indicadores socioeconômicos dos municípios com o IDHM-renda baixo que compõem o grupo II da amostra

<i>Município</i>	<i>IDHM</i>	<i>IDHM-Renda</i>	<i>IDHM-Longevidade</i>	<i>IDHM-Educação</i>	<i>PIB (R\$)</i>	<i>% em relação ao PIB Sergipe</i>	<i>Renda per Capita (R\$)</i>	<i>População</i>	<i>% em relação a População Sergipe</i>
Aracaju	0,794	0,752	0,729	0,901	6.353.205.000,00	37,60	12.211,00	505.286	25,25
Propriá	0,653	0,594	0,606	0,758	209.341.000,00	1,24	7.577,00	29.081	1,45
Itabaiana	0,678	0,591	0,715	0,728	565.198.000,00	3,35	6.796,00	85.664	4,28
Barra dos Coqueiros	0,676	0,578	0,631	0,818	198.630.000,00	1,18	10.336,00	21.562	1,08
Estância	0,672	0,577	0,644	0,795	864.670.000,00	5,12	14.090,00	62.796	3,14
Frei Paulo	0,646	0,572	0,681	0,686	157.050.000,00	0,93	12.475,00	13.226	0,66
Grupo	0,686	0,611	0,668	0,781	8.348.094.000,00	49,41	11633,11	717.615	35,87
Sergipe	0,622	0,520	0,627	0,717	16.895.690.000,00	-	8.444,73	2.000.738	-

Fonte: PNUD (2000); IBGE (2006)

O município de Aracaju contribui com 37,6% para geração de riqueza do estado de Sergipe e representa 25,3% da população. Proporciona uma contribuição positiva de 12,3 p.p. e detém o maior IDHM-Renda do grupo, de 0,752. Contudo, representa a terceira renda per capita do grupo em função de possuir o maior contingente população. Isto denota a necessidade de aumento da geração de riqueza.

O município de Itabaiana registra a menor renda per capita R\$ 6,8 mil em função de possuir a segunda maior população do grupo 85,7 mil habitantes. Sua contribuição para geração de riqueza para o estado de Sergipe é de 3,4% contra 4,3% da população, gerando a maior discrepância do grupo de 0,90 p.p. na relação PIB versus população.

Já o município de Estância possui o segundo maior PIB do grupo R\$ 864,7 milhões e contribui com 5,1% para formação do PIB de Sergipe contra 3,1% para o contingente populacional, gerando uma variação positiva de 2,0 p.p. Este resultado contribui para que o município registre a melhor renda per capita do grupo R\$ 14,1 mil. Contudo, o município possui o segundo menor IDHM-Renda, de 0,577.

Por sua vez, o município de Frei Paulo possui o menor IDHM-Renda 0,572, contribui com 0,93% para formação do PIB de Sergipe – R\$ 16,9 bilhões, e 0,66% do contingente populacional, proporcionando uma relação positiva entre o PIB e a população de 0,27 p.p., o que contribuiu para deter a segunda menor renda per capita do grupo.

Na relação comparativa entre os grupos I e II, percebe-se claramente a predominância do grupo II, em termos de contribuição para geração de riqueza do estado de Sergipe. O grupo I corresponde a 2,5% do PIB e 4,9% da população, enquanto o grupo II detem uma participação de 49,4% do PIB e 35,9% da população. Além disso, são populações totalmente disparens no âmbito do Índice de pobreza e de desenvolvimento humano. Observa-se que no grupo I, há uma necessidade de direcionar recursos para crédito visando atender as necessidades dos microempreendedores, com o intuito de geração de emprego e renda, consoante referencial teórico apresentado no capítulo I. Como consequência, uma atuação mais forte das instituições de microfinanças e microcrédito na região.

3.1.2 Avaliação de sustentabilidade

Na realização dos estudos para avaliações financeiras em Instituições de Microcrédito ou Instituições de Microfinanças (IMFs) de maneira geral, o cálculo da sustentabilidade financeira e operacional geralmente vem acompanhado de outros índices que auxiliam na identificação de possíveis fraquezas das instituições.

Neste sentido, a *The Consultative Group for Assistance the Poorest* (CGAP, 2001) consolidou os estudos elaborados pelas principais agências de *rating* responsáveis pelas avaliações de IMFs no mundo, e as diferenças entre elas, através de sua publicação no MIX³. No Brasil, várias organizações fazem suas avaliações com base nessas agências.

O MIX se utiliza de nove indicadores, observados na Tabela 15, tendo como parâmetro dois grupos: o I¹, composto por uma média de Instituições de Microcrédito e Instituições de Microfinanças que possuem quatro a sete anos de existência em nível mundial; e o AL4, que corresponde a cinco organizações da América Latina (5 de Mayo e FINCA do México e Banco do Povo de Juiz de Fora, Portosol e Vivacred no Brasil) que operam em pequena escala em países considerados de PIB elevado.

³ A CGAP remete suas metodologias e informações para um boletim informativo internacional de microfinanças denominado “*The Microcredit International eXchange - MIX*” que compõe as médias das diversas IMFs do mundo inteiro com a finalidade de gerar um *benchmark* mundial.

Tabela 15 - Indicadores "MIX" e "Planet Rating"

<i>Indicadores de desempenho</i>	<i>Fórmula usada</i>	<i>I'</i>	<i>AL⁴</i>
1. Auto-Sustentabilidade Operacional (%)	$[(\text{Receitas operacionais}) / (\text{Despesas Operacionais} + \text{Despesas Financeiras} + \text{Despesas com Provisões})] \times 100$	102,43	99,20
2. Auto-Sustentabilidade Financeira (%)	$[(\text{Receitas operacionais}) / (\text{Despesas Operacionais} + \text{Despesas Financeiras} + \text{Provisão para Devedores Duvidosos} + \text{Ajustes c/subsídios})] \times 100$	82,41	85,20
3. Rentabilidade da Carteira (%)	$(\text{Receitas operacionais} - \text{Receitas de aplicações financeiras}) / \text{Carteira Ativa média} \times 100$	36,7	61,2
4. Carteira em risco (CER) > que 30 dias (%)	$\text{Carteira ativa em atraso mais de 30 dias} / \text{Carteira Ativa Média}$	6,23%	2,3%
5. Eficiência Administrativa (%)	$\text{Despesas operacionais} / \text{Carteira Ativa média}$	15 a 25%	15 a 25%
6. Indicador da Despesas Financeiras (%)	$\text{Despesa Financeira} / \text{Carteira Ativa média} * 100$	12,20%	12,20%
7. Valor da Carteira Ativa por Agente de Crédito (R\$)	$\text{Carteira Ativa média} / \text{N}^\circ \text{ de Agentes de Crédito}$	187.057,54	99.507,21
8. Produtividade dos Agentes de Crédito (unidades)	$\text{Total de Clientes Ativos} / \text{N}^\circ \text{ de Agentes de Crédito}$	286,17	159,26
9. Valor Médio do Empréstimo por Tomador (R\$)	$\text{Carteira Ativa média} / \text{N}^\circ \text{ de Clientes Ativos}$	653,66	624,80

Fonte: Adaptação *The MIX* (2003).

I' : Média de IMFs que possuem de quatro a sete anos de existência

AL4 : Cinco organizações da América Latina (5 de Mayo e FINCA, no México; Banco do Povo de Juiz de Fora, Portosol e Vivacred no Brasil) que operam em pequena escala em países considerados de PIB elevado.

Para fins desse estudo, utilizou-se como base os estudos da CGAP, a partir de informações retiradas dos relatórios do Programa de Microcrédito Banese. Para uma mensuração mais clara dos indicadores, estes foram selecionados em dois blocos: "Sustentabilidade e Rentabilidade" e "Qualidade, Eficiência e Produtividade". Essa metodologia e números de referência foram utilizados para avaliar a sustentabilidade do Microcrédito Banese.

3.2 Caracterização do microcrédito Banese

Desde a sua implantação, a partir de 1993, o programa de microcrédito Banese concedeu R\$ 72,8 milhões de crédito, beneficiando cerca de 70,7 mil clientes microempreendedores, conforme pode ser observado na Tabela 16.

Tabela 16 – Saldo evolutivo do microcrédito Banese, 2003 - 2009

<i>Ano</i>	<i>Valores Concedidos¹ (R\$)</i>	<i>Índice de Incremento² (%)</i>	<i>Carteira Ativa³ (R\$)</i>	<i>Índice de incremento⁴ (%)</i>	<i>Quantidade (unid.)</i>	<i>Índice de incremento⁵ (%)</i>	<i>Crédito médio por quantidade⁶ (R\$)</i>
2003	138.740,00	100,00	73.103,00	100,00	339	100,00	409,26
2004	2.940.056,00	2.019,11	1.260.806,01	1.624,70	5.812	1.614	505,86
2005	7.565.808,00	157,34	3.035.007,83	140,72	12.358	113	612,22
2006	13.867.323,00	83,29	5.752.684,62	89,54	17.988	46	770,92
2007	11.192.363,00	-19,29	4.964.737,41	-13,70	9.787	-46	1.143,59
2008	17.825.930,00	59,27	7.646.010,55	54,01	12.757	30	1.397,34
2009	19.282.747,00	8,17	9.357.491,00	22,38	11.675	-8	1.651,63
Total	72.812.967,00	-	-	-	70.716	-	1.029,65

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

¹ Valores nominais referentes ao volume de crédito concedido sem dedução das liquidações contratuais.

² Índice do volume de crédito concedido para o microcrédito produtivo orientado. Ano Base 2003 = 100,00.

³ Valores nominais referentes ao volume de crédito concedido deduzida as liquidações contratuais.

⁴ Índice do volume de crédito da carteira ativa para o microcrédito produtivo orientado. Ano Base 2003 = 100,00.

⁵ Índice da quantidade de operações de microcrédito produtivo orientado. Ano Base 2003 = 100,00.

⁶ Valores nominais referentes ao volume de crédito concedido sem dedução das liquidações contratuais dividido pela quantidade de contratos efetivados.

Durante o ano de 2009, foi disponibilizado para a população mais de R\$19,3 milhões em crédito, contemplou 11,7 mil contratos e um valor médio de R\$ 1.651,63 com o objetivo de fomentar os diversos segmentos da economia, essencialmente a atividade comercial.

3.2.1 Microcrédito Banese em Sergipe

Tendo como referência o microcrédito no estado de Sergipe, esboçou-se uma análise do perfil dos clientes do microcrédito Banese em todos os municípios sergipanos, com a utilização dos parâmetros gênero e faixa etária.

Para consubstanciar o diagnóstico do perfil do empreendimento financiado, adotou-se como parâmetro a distribuição na faixa do perfil do crédito, a finalidade dos recursos e a garantia oferecida, sem deixar de observar o segmento de atuação e a forma de constituição da empresa. Finalizando com a abordagem do nível de renda e do tempo de atuação da empresa.

3.2.1.1 Perfil do cliente

O cliente do Programa de Microcrédito Banese foi caracterizado através de estudo das informações disponíveis no banco de dados da organização, no período de dezembro de 2007 a dezembro de 2009. O perfil dos clientes ativos do microcrédito contempla iniciativas produtivas, desenvolvidas por empreendedores dos setores do comércio, da indústria ou

produção, e serviços localizados na área urbana dos municípios atendidos. Desta forma, para análise do perfil do cliente do microcrédito utilizou-se como parâmetro, a faixa etária e o gênero.

Como se pode observar na Tabela 17, a distribuição dos clientes está concentrada em três faixas etárias. A primeira, de 21 a 30 anos, a segunda, de 31 a 40 anos, e a terceira, de 41 a 50 anos que, somadas totalizam 86% dos clientes que ingressaram na instituição. Com uma ligeira concentração na segunda faixa etária que representa 32% do universo analisado.

Tabela 17 – Distribuição dos clientes do microcrédito Banese em Sergipe por faixa etária, 2007 - 2009

<i>Faixa Etária</i>	<i>(%) Quantidade</i>	<i>(%) Valor</i>
18 a 20 anos	8,71	5,12
21 a 30 anos	35,25	28,12
31 a 40 anos	29,31	31,85
41 a 50 anos	18,02	25,87
51 a 60 anos	6,53	7,64
61 a 70 anos	1,98	1,30
Acima de 70 anos	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

No tocante a distribuição dos clientes por gênero, conforme pode ser observado na Tabela 18, os resultados expressam uma ampla participação das mulheres com 68%, em detrimento de 32% de participação masculina, respaldada nos apêndices citados pela literatura pertinente ao assunto e experiências relatadas nos capítulos anteriores, nos quais a mulher se destaca como maior empreendedora e operadora do microcrédito em nível mundial, fundamentada no seu lado de ser mais responsável pela família.

Tabela 18 – Distribuição dos clientes do microcrédito Banese por gênero, 2007 - 2009

<i>Itens</i>	<i>Quantidade (Unid.)</i>	<i>Perc.(%)</i>	<i>Valor (RS)</i>	<i>Perc. (%)</i>
Masculino	21.162	29,93	23.484.513,18	32,25
Feminino	49.554	70,07	49.328.453,82	67,75
Total	70.716	100,00	72.812.967,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

3.2.1.2 Perfil do empreendimento financiado

A caracterização do empreendimento financiado foi realizada a partir da distribuição na faixa do perfil do crédito, tendo como base a finalidade dos recursos, e a garantia oferecida, sem deixar de observar o segmento de atuação, e a forma de constituição da empresa, finalizando com a abordagem do nível de renda e o tempo de atuação da empresa.

O perfil do crédito, com base na quantidade de clientes, informado na Tabela 19, demonstra um nível de concentração de contratos com valores de até R\$ 1.000,00, o que representa 70% do total de operações de crédito. Já quando se leva em consideração o volume de crédito, prevalece a faixa de R\$ 1.001,00 até R\$ 3.000,00, que equivale a 39% do total de recursos emprestados. Com isso, percebe-se que a concessão de crédito nesse segmento, conforme características encontradas na literatura de referência, é bastante pulverizada, prevalecendo valores pequenos de até R\$ 3.000,00, cujo intuito é beneficiar o maior número de empreendedores possível dentro a camada da população que não dispõe dos pré-requisitos para obter o crédito tradicional.

Tabela 19 – Perfil de crédito do cliente microcrédito Banese, 2007 - 2009

<i>Intervalos</i>	<i>Quantidade (unid.)</i>	<i>Perc.(%)</i>	<i>Valor (R\$)</i>	<i>Perc. %</i>
Até R\$ 1 mil	49.433	69,90	22.775.799,86	31,28
De R\$1.001 a R\$ 3 mil	17.043	24,10	28.417.128,92	39,03
De R\$ 3.001 a R\$ 5 mil	2.541	3,59	9.919.398,48	13,62
Acima de R\$ 5 mil	1.699	2,40	11.700.639,74	16,07
Total	70.716	100,00	72.812.967,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

Outra informação relevante relaciona-se com a finalidade da aplicação dos recursos concedidos, destacando-se o emprego em capital de giro, com 97% das quantidades e 96% dos valores de empréstimos efetuados, conforme se observa na Tabela 20, demonstrando a necessidade dos micro empresários de recursos para compra de estoque e disponibilidade de caixa para operacionalizar a empresa no dia-a-dia. Os valores renovados dos empréstimos são crescentes em função do nível de adimplência, na sequência de 30% para a primeira renovação, 50% para a segunda, e, a partir da terceira o montante a ser emprestado, varia de acordo com o crescimento da atividade e a capacidade de pagamento.

Tabela 20 - Finalidade dos recursos do microcrédito Banese, 2007 - 2009

<i>Itens</i>	<i>Quantidade (Unid.)</i>	<i>Perc.(%)</i>	<i>Valor (RS)</i>	<i>Perc. (%)</i>
Capital de Giro	68.675	97,11	69.852.540,74	95,93
Investimento Fixo	1.928	2,73	2.889.362,84	3,97
Investimento Misto	113	0,16	71.063,42	0,10
Total	70.716	100,00	72.812.967,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

Com referência a qualidade da garantia oferecida, há predominância do instrumento aval com 91% em relação ao valor emprestado, uma prática comum relatada no referencial teórico apresentado no capítulo I e nas experiências do microcrédito no capítulo II desse estudo, vide Tabela 21. Cabe aqui registrar que o Banese, também, utiliza a figura do

aval solidário, para grupo de no máximo quatro empreendedores através da elaboração de contratos individuais, que se houver atraso de um componente do grupo os demais continuam efetuando o pagamento porém na liquidação os contratos não são renovados.

Tabela 21 – Garantias oferecidas para o microcrédito Banese, 2007 - 2009

<i>Itens</i>	<i>Quantidade (Unid.)</i>	<i>Perc.(%)</i>	<i>Valor (RS)</i>	<i>Perc. (%)</i>
Aval	43.714	61,82	66.268.854,44	91,01
Mista / Outros	27.002	38,18	6.544.112,56	8,99
Total	70.716	100,00	72.812.967,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

No tocante à distribuição dos clientes tomadores de microcrédito por setor de atividade econômica junto ao Banese, destaca-se a forte participação do comércio, absorvendo quase 94% do universo analisado. Pode-se inferir que essa preferência se dá por essa modalidade exigir menor volume de recursos para investimentos, em espaço ou instrumentos de trabalho, e por ser uma atividade de maior abrangência, facilidade de aprendizado e gerenciamento do negócio.

Tabela 22 - Ramo de atuação dos empreendimentos do microcrédito Banese, 2007 - 2009

<i>Itens</i>	<i>Quantidade (Unid.)</i>	<i>Perc.(%)</i>	<i>Valor (RS)</i>	<i>Perc. (%)</i>
Indústria (Produção)	3.155	4,46	3.813.980,47	5,24
Comércio	66.840	94,52	68.325.619,45	93,84
Serviços	721	1,02	673.367,08	0,92
Total	70.716	100,00	72.812.967,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

A representação inexpressiva dos setores da indústria e serviços pode ser justificada pelo seu grau de complexidade e exigência de conhecimentos específicos, além de maior qualificação, para o desenvolvimento de suas atividades na economia informal urbana na qual predomina pessoas de baixa renda com consequente limitação de recursos para investimento nesse tipo de negócio.

Quanto à constituição, os empreendimentos que se utilizam do microcrédito Banese são, em sua grande maioria, 96%, negócios informais, conforme pode ser observado na Tabela 23.

Tabela 23 - Forma de constituição das microempresas do microcrédito Banese, 2007 - 2009

<i>Itens</i>	<i>Quantidade (Unid.)</i>	<i>Perc.(%)</i>	<i>Valor (RS)</i>	<i>Perc. (%)</i>
Formal	1.637	2,31	2.830.564,96	3,89
Informal	69.079	97,69	69.982.402,04	96,11
Total	70.716	100,00	72.812.967,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

Segundo definição do Sebrae, informal é a empresa que não tem contabilidade própria. Mesmo que possua CNPJ, se as contas do negócio não estão separadas das contas da família a empresa não é formal. Trata-se de um universo composto por vendedores, costureiras, pintores, encanadores e todos os tipos de profissionais sem definição específica que geram 25% das contratações urbanas e uma produção nacional cujo valor, em 2006, de acordo com a FGV, atingiu R\$ 600 bilhões. Este montante gerou riquezas equivalentes a um PIB de U\$ 248 bilhões. Pelo dólar médio de 2006, isto equivale a um PIB de U\$ 102 bilhões, maior do que toda a economia do Egito e da Colômbia.

A capacidade de criação de empregos dos negócios gerados pelo microcrédito é de até 3 empregos, como pode ser observado na Tabela 24. Esse dado é plenamente justificável pelas demais características desse tipo de negócio: pequeno porte e constituição informal.

Tabela 24 – Geração de emprego do microcrédito Banese, 2007 - 2009

<i>Empregos</i>	<i>(%) Qtde</i>	<i>(%) Valor</i>
00 a 03	98,42	95,49
04 a 05	1,38	4,30
06a 10	0,20	0,21
Acima de 10	0,00	0,00
Total	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

No que se refere ao nível de renda dos tomadores de microcrédito, conforme pode ser observado na tabela 25, há uma concentração no grupo que compõe o intervalo de 1 a 3 salários mínimos, correspondendo a 48% do total de contratantes. Esse grupo é responsável por 33,9 mil operações de microcrédito, representando um volume de R\$ 22,8 milhões, que equivale a 31% do total de crédito concedido em 2009.

Tabela 25 – Nível de renda dos clientes microcrédito Banese, 2007 - 2009

<i>Intervalos</i>	<i>Quantidade (Unid.)</i>	<i>Perc.(%)</i>	<i>Valor (RS)</i>	<i>Perc. (%)</i>
até 1 salário mínimo	2.404	3,4	1.266.945,63	1,74
De 1 a 3 salários mínimos	33.901	47,94	22.812.302,56	31,33
De 3 a 5 salários mínimos	20.437	28,9	23.096.273,13	31,72
Acima de 5 salários mínimos	13.973	19,76	25.637.445,68	35,21
Total	70.715	100,00	72.812.967,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

Concluindo a análise do perfil dos clientes do programa de microcrédito Banese, destaca-se o tempo de atuação das empresas. Conforme Tabela 26, a grande maioria, 86%, tem menos que 6 meses de vida e são responsáveis por 75% dos valores financiados.

Tabela 26 - Tempo de atuação das microempresas do microcrédito Banese, 2007 - 2009

<i>Intervalos</i>	<i>(%) Qtde</i>	<i>(%) Valor</i>
menor 6 meses	86,53	75,14
6 meses a 1 ano	0,00	0,00
01 a 02 anos	1,39	3,06
Acima de 02 anos	12,08	21,80
Total	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

Na caracterização geral do microcrédito Banese, é importante destacar que desde a sua existência foram concedidos R\$ 72,8 milhões em crédito destinados a 70,7 mil clientes. Seguindo a tendência das instituições de microfinanças em nível mundial, há predominância do gênero feminino como titular dos empréstimos, 68%, sendo predominante a faixa etária entre 31 e 40 anos. Outra característica relevante, a luz da literatura, diz respeito à faixa de crédito, situada em valores de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00; ao direcionamento dos recursos para capital de giro em 97%; e garantia por aval em 91% dos contratos. Já no tocante ao ramo de atuação, o comércio sobressai com 94% e 96% das empresas financiadas atuam na informalidade.

3.2.2 Microcrédito Banese nos municípios selecionados

Após uma visão geral do Microcrédito Banese em Sergipe, a análise volta-se especificamente para os municípios que compõem as amostras do estudo.

Com a finalidade de elaborar o perfil sócio econômico dos clientes que compõem o bloco de agências integrantes dos Grupos I e II, objeto desse estudo, foram contempladas iniciativas inerentes à finalidade dos recursos aplicados, ramo de atividade, forma de constituição do empreendimento, número de empregos gerados, tipo de garantia oferecida, gênero das pessoas interessadas em crédito, faixa de crédito, nível de renda utilizada, e por fim o tempo de atuação da micro empresa.

Nessa seção, as variáveis que compõem a caracterização do microcrédito são contrastadas com as informações municipais com o objetivo de dá respaldo a avaliação de sustentabilidade.

3.2.2.1 Microcrédito Banese nos municípios do grupo I IDHM-renda baixo

Conforme se observa na Tabela 27, os municípios do Grupo I constituem-se em espaço geográfico com forte atuação de empresas informais, considerando que 100% da constituição dos negócios dos tomadores de microcrédito nessa região são informais. A

grande maioria, 89,2%, atuam no comércio e 99,4% dos recursos obtidos são destinados para capital de giro.

No tocante a faixa de crédito, 60,8% utilizam valores de até R\$ 1.000,00 e as garantias oferecidas, 71,9%, são, preferencialmente, através de avais. As micro empresas têm um período de maturação menor que seis meses, 63,8%, e geram em média até 03 empregos, 96,9%.

Quanto ao perfil do cliente, prevalece o público feminino absorvendo 68,1% dos empréstimos liberados, para um nível de renda predominante na faixa de 01 a 3 salários mínimos, o que representa 58,6% da população pesquisada.

Tabela 27 – Perfil sócio econômico do microempreendedor do grupo I IDHM-renda baixo, microcrédito Banese, 2007 - 2009

<i>Indicadores/Municípios</i>	<i>Canhoba</i>	<i>Indiaroba</i>	<i>Japoatã</i>	<i>N. Sra. Aparecida</i>	<i>Poço Redondo</i>	<i>Porto da Folha</i>	<i>Média</i>
Finalidade dos Recursos							
Giro	100,0	100,0	100,0	99,2	100,0	97,1	99,4
Ramo de Atividade							
Produção	36,8	3,1	9,6	14,4	0,0	0,3	10,7
Comércio	63,2	99,0	89,9	83,9	100,0	99,4	89,2
Constituição							
Informal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregos Gerados							
00 a 03	97,3	90,3	100,0	99,5	98,2	96,2	96,9
Garantias							
Aval	61,2	71,0	59,7	71,3	78,7	89,5	71,9
Sem Garantias	38,85	29,0	40,3	28,7	21,3	10,5	28,1
Gênero							
Masculino	35,3	17,7	37,5	36,1	29,3	35,2	31,9
Feminino	64,7	82,3	62,5	63,9	70,7	64,8	68,1
Faixa de Crédito							
Até R\$ 1.000	83,0	65,8	81,2	61,7	45,3	27,9	60,8
De 1.0001 a 3.000	17,0	28,5	16,1	29,2	40,8	57,1	31,5
Nível de Renda							
Até 1 salário mínimo	13,6	4,5	0,1	22,2	1,3	0,5	7,0
De 1 a 3 salários mínimo	64,6	45,5	71,3	48,9	74,4	46,9	58,6
De 3 a 5 salários mínimo	14,3	27,6	19,6	18,1	15,3	29,1	20,7
Acima de 5 salários mínimo	7,5	22,5	7,0	10,8	9,1	23,5	13,4
Tempo de Atuação							
menor que 06 meses	88,9	85,9	55,9	62,6	19,2	70,3	63,8

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

As informações relatadas na Tabela 27 demonstram que o Grupo I, composto pelos municípios de Canhoba, Indiaroba, Japoatã, Nossa Senhora Aparecida, Poço Redondo e Porto da Folha, apresenta indicadores semelhantes aos apresentados nos dados gerais do microcrédito Banese em Sergipe, como parâmetro para análise foi utilizada a média dos indicadores no período de 2007 a 2009.

3.2.2.2 Microcrédito Banese nos municípios do grupo II IDHM-renda médio

Para apreciação do Grupo II, composto pelos municípios de Aracaju, Propriá, Itabaiana, Barra dos Coqueiros, Estância e Frei Paulo, também foi utilizado como parâmetro para análise a média dos indicadores no período de 2007 a 2009, vide Tabela 28. Da mesma forma que o Grupo I, apresenta indicadores semelhantes aos apresentados nos dados gerais do microcrédito Banese em Sergipe.

Tabela 28 – Perfil sócio econômico do microempreendedor do grupo II IDHM-renda médio, microcrédito Banese, 2007 - 2009

<i>Indicadores/Municípios</i>	<i>Aracaju</i>	<i>Propriá</i>	<i>Itabaiana</i>	<i>Barra dos Coqueiros</i>	<i>Estância</i>	<i>Frei Paulo</i>	<i>Média</i>
Finalidade dos Recursos							
Giro	100,0	99,4	100,0	93,9	100,0	99,6	98,8
Ramo de Atividade							
Produção	7,0	14,2	0,0	0,0	0,0	0,0	3,5
Comércio	91,2	88,0	100,0	93,9	100,0	100,0	95,5
Constituição							
Informal	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregos Gerados							
00 a 03	88,4	97,2	100,0	97,0	98,1	100,0	96,8
Garantias							
Aval	71,7	90,9	57,4	63,6	85,3	66,4	72,6
Sem Garantias	28,3	9,1	42,6	36,4	14,7	33,6	27,4
Gênero							
Masculino	33,7	27,3	24,3	18,2	21,9	25,1	25,1
Feminino	65,2	72,7	75,7	81,8	78,1	74,9	74,7
Faixa de Crédito							
Até R\$ 1.000	32,5	36,3	74,3	48,5	45,5	36,7	45,6
De 1.0001 a 3.000	48,3	42,1	21,0	42,4	38,1	50,6	40,4
Nível de Renda							
Até 1 salário mínimo	3,35	0,2	1,4	3,0	1,1	14,7	3,9
De 1 a 3 salários mínimo	44	20,5	62,8	42,4	44,9	66,8	46,8
De 3 a 5 salários mínimo	28	32,9	17,6	45,5	31,7	9,7	27,6
Acima de 5 salários mínimo	25	46,4	18,2	9,1	22,3	8,9	21,6
Tempo de Atuação							
menor que 06 meses	65,5	46,5	62,2	27,3	65,3	74,9	56,9
Acima de 2 anos	32,82	49,8	32,4	60,6	33,2	21,2	38,3

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

Com base na Tabela 28, observa-se que os empreendedores dos municípios do Grupo II contemplam idênticas características do Grupo I, tendo como principal ramo de atuação o comércio, absorvendo 95,5%, os recursos recebidos utilizados para capital de giro, 98,8%, e as garantias oferecidas são 72,6% em forma de aval. As empresas são constituídas de maneira informal em 100% e geram em média até 03 (três) empregos, com vida útil de aproximadamente 06 meses na frequência de 56,9%.

Ao contrastar-se as características dos Grupos I e II, através do resumo exposto na Tabela 29, percebe-se que ambos apresentam semelhanças em todas as suas variáveis e, ainda, reproduzem na quase totalidade os perfis descritos nos exemplos mencionados no referencial utilizado para esse estudo.

Tabela 29 – Perfil sócio econômico do microempreendedor - média dos grupos I e II dos municípios investigados, 2007 - 2009

<i>Indicadores/Média</i>	<i>Amostra I</i>	<i>Amostra II</i>	<i>Média</i>	<i>Banco</i>
Finalidade dos Recursos				
Giro	99,4	98,8	99,1	95,9
Ramo de Atividade				
Produção	10,7	3,5	7,1	5,2
Comércio	89,2	95,5	92,4	93,8
Constituição				
Informal	100,0	100,0	100,0	96,1
Empregos Gerados				
00 a 03	96,9	96,8	96,8	95,5
Garantias				
Aval	71,9	72,6	72,2	61,8
Sem Garantias	27,4	27,4	27,4	38,2
Gênero				
Masculino	31,9	25,1	28,5	32,2
Feminino	68,1	74,7	71,5	67,8
Perfil do Crédito				
Até R\$ 1.000	60,8	45,6	53,2	69,9
De 1.001 a 3.000	31,5	40,4	35,9	24,1
Nível de Renda				
Até 1 salário mínimo	7,0	3,9	5,5	3,4
De 1 a 3 salários mínimo	58,6	46,8	52,7	47,9
De 3 a 5 salários mínimo	20,7	27,6	24,1	28,9
Acima de 5 salários mínimo	13,7	21,7	17,7	19,8
Tempo de Atuação				
menor que 06 meses	63,8	56,9	60,4	75,1
Acima de 2 anos	36,2	43,1	39,6	24,9

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

São representativos do microcrédito para os dois grupos recursos para capital de Giro, atividade comercial predominante, constituição de empresa informal, geração de até 3 empregos, garantias por aval solidário, predominância do gênero feminino, renda de 1 a 3 salários mínimos, até 6 meses de atuação, com destaque apenas para o perfil do crédito, na qual os municípios do Grupo II demonstram maior distribuição nas faixas de valores até R\$ 1.000,00 e de R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00, enquanto os municípios do Grupo I concentram-se mais na faixa de até R\$ 1.000,00 acompanhando o comportamento do Banco.

3.3 Análise de Resultados

Para se estabelecer a análise dos resultados alcançados nesse estudo, parte-se da evolução do crédito no estado de Sergipe, comparativamente aos dados do Banese, e dos impactos do microcrédito nos municípios selecionados para a amostra, encerrando com a análise da sustentabilidade do microcrédito Banese.

3.3.1. Evolução do microcrédito

Quando se analisa a evolução do crédito em Sergipe através da série histórica dos últimos cinco anos (2009/2005), percebe-se que houve um crescimento na concessão de crédito total no estado de Sergipe de 164,2% atingindo R\$ 3.631,0 milhões em dezembro de 2009. No mesmo período o crédito Banese cresceu 189,0%, alcançando R\$ 777,1 milhões, sendo que o programa de microcrédito Banese apresentou um crescimento ainda maior, chegando a 208,3%, representando R\$ 9,4 milhões em recursos emprestados, conforme pode ser observado na Tabela 30.

Tabela 30 –Volume de crédito Sergipe, Banese e microcrédito, 2005 - 2009

<i>Ano</i>	<i>Crédito Sergipe¹</i> <i>(R\$)</i>	<i>Incremento</i> <i>anual (%)</i>	<i>Crédito</i> <i>Banese¹</i> <i>(R\$)</i>	<i>Incremento</i> <i>anual (%)</i>	<i>Microcrédito</i> <i>Banese¹</i> <i>(R\$)</i>	<i>Incremento</i> <i>anual (%)</i>
2005 ²	1.374.384.000,00	-	268.874.308,00	-	3.035.007,83	-
2006	1.675.235.000,00	21,89	335.436.678,00	24,76	5.752.684,62	89,54
2007	2.147.990.000,00	28,22	414.743.838,00	23,64	4.964.737,41	-13,70
2008	2.843.083.000,00	32,36	620.164.555,00	49,52	7.646.010,55	54,01
2009	3.631.050.000,00	27,72	777.113.000,00	25,31	9.357.491,00	22,38

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010)

¹ Valores nominais referentes ao volume de crédito concedido deduzida as liquidações contratuais.

²2005 = Ano Base.

No entanto, mesmo com o crescimento expressivo apresentado pelo microcrédito Banese, a relação volume de microcrédito com o crédito total do Banese permaneceu estável

nos anos de 2008 e 2009, representando uma participação média de 1,2%, como pode ser observado na Tabela 31.

Tabela 31 – Comparativo crédito total e carteira ativa de microcrédito, Banese, 2007 - 2009

<i>Ano</i>	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>% incremento¹</i>	<i>2009</i>	<i>% incremento²</i>
Microcrédito	4.964.737,41	7.646.010,55	54,01	9.667.359,62	26,44
Crédito Total	414.743.555,00	620.164.555,00	49,53	777.113.000,00	25,31
% Part.³	1,20	1,23	-	1,24	-

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2010).

¹ incremento anual de 2008 em relação ao ano de 2007.

² incremento anual de 2009 em relação ao ano de 2008.

³ índice de participação do microcrédito em relação ao crédito total.

Os dados apresentados permitem inferir que, mesmo apresentando um crescimento constante no volume de empréstimos na modalidade microcrédito, o Banese não evoluiu quanto à proporcionalidade dessa modalidade frente aos demais produtos de crédito por ele ofertados.

3.3.2 Impacto do microcrédito nos municípios selecionados

Diante do contexto aqui apresentado, fez necessário realizar pesquisa com o objetivo de avaliar que influência para a sociedade trouxe a concessão do microcrédito Banese com base nas amostras dos Grupos I e II, compostas pelos municípios de Canhoba, Indiaroba, Japoatã, Nossa Senhora Aparecida, Poço Redondo, Porto da Folha, e Aracaju, Propriá, Itabaiana, Barra dos Coqueiros, Estância, Frei Paulo.

Para essa análise, os dados utilizados foram obtidos através do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Banco Central do Brasil – Bacen, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e do Banco do Estado de Sergipe S/A – Banese.

As informações relativas ao volume de microcrédito por município sergipano e a quantidade de clientes ativos foram fornecidas pelo Banese; o volume de microcrédito do estado de Sergipe foi adquirido através do site do Ipea; o volume de crédito total por município foi oriundo do sistema Sisbacen do Bacen; e os indicadores IDHM-Renda, População e PIB foram obtidos através do IBGE.

As variáveis utilizadas podem ser assim especificadas:

- a) Volume de microcrédito – saldo de operações de crédito da carteira ativa de 2008 em Sergipe, no Banese e por município.
- b) Crédito total – volume de operações de crédito em dezembro de 2008 no estado de Sergipe, no Banese e por município.
- c) Crédito Banese – volume de operações de crédito ativo em dezembro de 2008 do Banese e por município.
- d) PIB – Produto Interno Bruto, corresponde ao valor do *output* final total de todos os bens (produtos e serviços) produzidos internamente numa economia ao longo de um determinado período de tempo (geralmente um ano).
- e) IDHM-Renda – É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar da população com foco na renda.
- f) População – grupo de indivíduos da mesma espécie que vivem juntos no mesmo lugar, e que possuem um conjunto médio de propriedades, tais como taxas de natalidade e de mortalidade dos municípios analisados.

Para efeitos do cálculo da carteira de crédito ativa, foi adotado critério da relação de participação do volume de crédito concedido de Sergipe de R\$ 72.299.768,61 em relação ao volume de crédito concedido no Brasil no valor de 1.807.071.717,91 (Tabela 32). Como consequência o resultado percentual encontrado de 4,91% foi aplicado sobre o volume de crédito da carteira ativa a nível Brasil, de R\$ 708.168.212,65 e, assim, obteve-se o valor de crédito da carteira ativa de Sergipe de R\$ 28.326.728,50 em dezembro de 2008.

Tabela 32 – Volume de microcrédito concedido e contratos realizados no Brasil, 2008.

<i>Unidade</i>	<i>Crédito Concedido (R\$)</i>	<i>% PART.</i>	<i>Contratos Realizados (Unid.)</i>	<i>% PART.</i>	<i>Carteira Ativa (R\$)</i>	<i>% Part.</i>
Brasil	1.807.071.717,91	100,00	1.274.296	100,00	708.168.212,65	100,00
Nordeste	1.471.615.227,06	81,44	1.126.473	88,40	576.448.925,10	81,40
Sergipe	72.299.768,61	4,91*	56.010	4,97*	28.326.728,51	4,91*
Banese	17.825.930,00	24,66**	12.757	22,78**	7.646.010,55	26,99

Fonte: BANESE, 2010 e IPEA (2010)

* Índice de participação de Sergipe em relação ao Nordeste.

**Índice de participação do Banese em relação a Sergipe.

Em termos específicos, como pode ser observado nas Tabelas 33 e 34, buscou-se calcular a relação percentual entre o volume de microcrédito em Sergipe e no Banese,

comparado ao Crédito Total em Sergipe, ao Crédito Banese e ao PIB do estado de Sergipe, que serviu de base para analisar o comportamento de cada município. Em seguida, procedeu ao cálculo da relação volume de microcrédito por município em relação ao crédito total, crédito Banese e PIB sempre como referência o município.

Tabela 33 – Indicadores de desempenho – grupo I municípios com IDHM-renda baixo

<i>Indicadores</i>	<i>Sergipe</i>	<i>Banese</i>	<i>Total Grupo I</i>	<i>Grupo de municípios da Amostra I</i>					
				<i>Aparecida</i>	<i>Japoatã</i>	<i>Indiaroba</i>	<i>Canhoba</i>	<i>Porto da folha</i>	<i>Poço redondo</i>
Volume de microcrédito (R\$) /	28.326.728,50	7.646.010,00	812.866,99	328.766,88	56.656,94	25.873,43	8.955,82	282.142,50	110.471,42
Crédito total (R\$)	2.843.083.000,00	2.843.083.000,00	20.851.000,00	1.130.000,00	2.516.000,00	962.000,00	1.178.000,00	11.949.000,00	3.116.000,00
% Part.	1,00	0,27	3,90	29,09	2,25	2,69	0,76	2,36	3,55
Volume de microcrédito (R\$) /	28.326.728,50	7.646.010,00	812.866,99	328.766,88	56.656,94	25.873,43	8.955,82	282.142,50	110.471,42
Crédito Banese (R\$)	620.164.555,00	620.164.555,00	14.867.000,00	1.130.000,00	2.516.000,00	962.000,00	1.178.000,00	5.965.000,00	3.116.000,00
% Part.	4,57	1,23	5,47	29,09	2,25	2,69	0,76	4,73	3,55
Volume de microcrédito (R\$) /	28.326.728,50	7.646.010,00	812.866,99	328.766,88	56.656,94	25.873,43	8.955,82	282.142,50	110.471,42
PIB (R\$)	16.895.690.000,00	16.895.690.000,00	422.683.000,00	37.933.000,00	81.041.000,00	63.543.000,00	16.013.000,00	113.263.000,00	110.890.000,00
% Part.	0,17	0,05	0,19	0,87	0,07	0,04	0,06	0,25	0,10

Fonte: Elaboração Própria

Nota: Informações oriundas do banco de dados do Banese, IBGE, MTE, Bacen.

Tabela 34 – Indicadores de desempenho – grupo II municípios com IDHM-renda médio

<i>Indicadores</i>	<i>Sergipe</i>	<i>Banese</i>	<i>Total Grupo II</i>	<i>Grupo municípios da amostra II</i>					
				<i>Aracaju</i>	<i>Propriá</i>	<i>Itabaiana</i>	<i>Barra</i>	<i>Estância</i>	<i>Frei Paulo</i>
Volume de microcrédito (R\$) / Crédito total (R\$)	28.326.728,50	7.646.010,00	2.136.537,92	817.045,18	58.897,17	779.373,29	11.812,44	317.455,72	151.954,12
% Part.	1,00	0,27	0,09	0,04	0,10	1,00	1,03	0,50	2,15
Volume de microcrédito (R\$) / Crédito Banese (R\$)	28.326.728,50	7.646.010,00	2.136.537,92	817.045,18	58.897,17	779.373,29	11.812,44	317.455,72	151.954,12
% Part.	4,57	1,23	0,45	0,18	0,84	6,29	1,03	3,71	6,40
Volume de microcrédito (R\$) / PIB (R\$)	28.326.728,50	7.646.010,00	2.136.537,92	817.045,18	58.897,17	779.373,29	11.812,44	317.455,72	151.954,12
% Part.	0,17	0,05	0,03	0,01	0,03	0,14	0,01	0,04	0,10

Fonte: Elaboração Própria

Nota: Informações oriundas do banco de dados do Banese, IBGE, MTE, Bacen.

Conforme apresentado nas Tabelas 33 e 34, Sergipe possui um volume de Crédito Total de R\$ 2,8 bilhões. O Microcrédito no estado representa R\$ 28,3 milhões, enquanto no Banese R\$ 7,6 milhões, mediante um PIB de R\$ 16,9 bilhões em 2008. Diante do contexto apresentado até o momento, os resultados encontrados, a partir das informações dos municípios dos grupos I e II, passam a ser confrontados comparativamente aos percentuais de relação encontrados para Sergipe e para o Banese.

Na análise da relação volume de microcrédito em Sergipe e no Banese pelo Crédito Total em Sergipe, verifica-se que o microcrédito em Sergipe representa 1,00% do volume de crédito, enquanto o programa de microcrédito Banese corresponde a 0,27%, proporcionando uma discrepância de 0,73 pontos percentuais.

- **Com referência ao grupo I:** todos os municípios se encontram acima do percentual obtido pelo Banese e Sergipe, com destaque para o município de Nossa Senhora Aparecida com 29,09%. No escopo da pesquisa o município de Canhoba registrou o menor percentual 0,76 com um valor aplicado em microcrédito no município de apenas R\$ 8,9 mil, ficando abaixo de 1% obtido pelo estado de Sergipe. Já o volume de microcrédito em relação ao crédito total do grupo de municípios representa 3,9%. Índice acima da relação Brasil e Sergipe.
- **Com referência ao grupo II:** os municípios de Itabaiana, Barra dos Coqueiros e Frei Paulo obtiveram percentual acima do registrado em Sergipe e Banese. O município de Frei Paulo alcançou 2,15%. Itabaiana obteve 0,50% de participação situando-se entre o Banese e Sergipe. Contudo, os municípios de Aracaju e Propriá registraram os menores percentuais. O desempenho de Aracaju justifica-se por representar 73,2% do volume total de crédito do estado o que se reflete no baixo índice do volume de microcrédito comparado ao volume de crédito total do grupo.

Observando, a relação volume de microcrédito em Sergipe e no Banese pelo Crédito Banese, verifica-se que o microcrédito no estado de Sergipe representa 4,57% e no Banese 1,23%, gerando um default de 3,34 pontos percentuais.

- **Com referência ao grupo I:** todos os municípios se encontram acima da linha de tendência do banco de 1,23%, com destaque para os municípios de Nossa Senhora Aparecida e Porto da Folha com 29,1% e 4,73%, respectivamente, que

ultrapassaram o índice de 4,57% do estado de Sergipe. Com menor participação permanece o município de Canhoba. O desempenho do grupo atingiu 5,47% acima dos 4,57% do estado de Sergipe.

- **Com referência ao grupo II:** os municípios de Itabaiana e Frei Paulo, obtiveram percentuais acima do registrado em Sergipe e Banese, de 6,29% e 6,40%, respectivamente. O município de Estância registrou 3,71% situando-se entre o índice do Banese e Sergipe. Por sua vez, o município de Aracaju obteve o menor desempenho, seguido de Propriá e Barra dos Coqueiros. O município de Itabaiana possui um volume de microcrédito de R\$ 779,4 mil, próximo aos R\$ 817,0 mil de Aracaju, exemplo de foco de atuação com resultado efetivo.

Na avaliação da relação volume de microcrédito no estado de Sergipe e no Banese pelo Produto Interno Bruto – PIB, verifica-se que o microcrédito no estado de Sergipe representa 0,17% enquanto no Banese 0,05%, permanecendo a diferença de 0,12 pontos percentuais.

- **Com referência ao grupo I:** na comparação com o índice obtido por Sergipe destacam-se os municípios de Nossa Senhora Aparecida com 0,87% e Porto da Folha 0,25%. O menor resultado foi apresentado pelo município de Indiaroba com 0,04%. O grupo representa 0,19% acima de Sergipe (0,17%) e do Banese (0,05%).
- **Com referência ao grupo II:** nenhum município conseguiu obter índice de relação acima daquele registrado por Sergipe. Os municípios de Itabaiana e Frei Paulo alcançaram 0,14% e 0,10%, respectivamente, ficando acima do índice estabelecido pelo banco. As cidades de Aracaju e Barra dos Coqueiros registraram os menores percentuais, enquanto que o grupo registrou apenas 0,03% ficando abaixo do desempenho do Banese.

Com base nas análises apresentadas dos municípios dos grupos I e II, pode-se inferir as seguintes considerações a partir dos resultados obtidos:

- **Analisando o índice de participação dos três indicadores,** volume de microcrédito em relação ao crédito total (1,0%), crédito Banese (4,57%) e PIB (0,17), percebe-se que o Banese contribui com uma participação média que oscila entre 27% e 29%.

- **Quando se analisa o grupo I**, composto pelos municípios de Nossa senhora Aparecida, Indiaroba, Canhoba, Porto da Folha e Poço Redondo, que são caracterizados como os seis menores IDHM-Renda, cuja soma do crédito total corresponde a R\$ 20,8 milhões, representa apenas, 0,73% do crédito total do estado de Sergipe, 2,4% do crédito do Banese e 2,5% do PIB estadual, identificando uma carência de recursos para alavancar o crédito nestes municípios.
- Ainda analisando o grupo I, principalmente quando o referencial de análise é o PIB, alguns municípios a exemplo de Japoatã, Indiaroba, Canhoba e Poço Redondo apresentam necessidade de uma forte política no direcionamento de novos recursos via microcrédito.
- O município de Canhoba foi identificado como o local mais carente de crédito, com deficiência em todos os indicadores, refletido no IDM-Renda de 0,475 e uma população de 4,0 mil habitantes. O destaque ficou por conta de Nossa Senhora Aparecida, em que o microcrédito participa com 29,1% do volume total de crédito do município em função de uma característica específica do município em que a maioria dos funcionários públicos tem no empreendedorismo a sua segunda atividade laboral.
- Os municípios do grupo II, Aracaju, Propriá, Itabaiana, Barra dos Coqueiros, Estância e Frei Paulo, são qualificados por deterem os melhores IDHM-Renda, e representam 80,5% do volume de crédito total de Sergipe, 77,1% do crédito Banese e 49,4% do Produto Interno Bruto do estado.
- Mesmo com elevada participação no bolo da riqueza gerada pelo estado, o grupo II possui municípios com carência de crédito direcionado para o microcrédito, a exemplo da cidade de Aracaju que apresenta um volume de microcrédito de R\$ 817,0 mil, situando-se no mesmo patamar do município de Itabaiana com R\$ 779,4 mil, cidade tradicionalmente voltada para os pequenos comércios e agricultores e que se apresenta com a melhor prática deste grupo. O município de Estância se apresenta em igual patamar. Por sua vez, Propriá e Barra dos Coqueiros se destacam como os menores desempenhos.

Tendo como referencial os doze municípios aqui analisados, é latente a importância do microcrédito na economia, principalmente no grupo I que apresentam IDHM-Renda baixo. Na média do grupo I, a relação de microcrédito para com o crédito geral se

mostra relevante e maior que a do grupo II, destacando-se o município de Aparecida, cuja relação chega a quase 1/3 dos valores ali aplicados. A importância dessa relação se intensifica na medida em que o microcrédito oportuniza aos micro empreendedores, especialmente aqueles que atuam na informalidade, dinamizarem seus negócios, principalmente para os municípios mais pobres contribuindo para ampliação da renda e emprego.

No entanto, os resultados demonstram também que, o Banese, mesmo alocando recursos consideráveis nos últimos cinco anos no programa de microcrédito, apresenta ainda demanda reprimida desse produto nos municípios tanto do grupo I como do grupo II, a exemplo de Japoatã, Indiaroba, Canhoba, Poço Redondo, Aracaju, Propriá, Barra dos Coqueiros e Estância.

3.3.3 Análise da sustentabilidade do microcrédito do Banese

Com base na metodologia detalhada na subseção 3.1.2 que trata da avaliação da sustentabilidade, e ainda a literatura citada no tópico 1.2.4 que tipifica as contribuições para a melhoria da sustentabilidade financeira, conclui-se que o maior objetivo de uma instituição de microcrédito deve ser o alcance e o impacto sobre a população de baixa renda, auxiliando na redução da pobreza. Entretanto, a sustentabilidade financeira é necessária para que os programas possam ofertar crédito a longo prazo, nesse sentido, faz-se importante a avaliação de sustentabilidade do microcrédito Banese, utilizando como base os indicadores MIX.

Partindo do pressuposto citado no item anterior, fez-se uma análise comparativa do resultado dos indicadores gerados pelo programa de microcrédito Banese com os índices obtidos dos indicadores “MIX” e “Planet Rating”, conforme metodologia adotada. Inicialmente, abordando os indicadores de sustentabilidade que avaliam a eficiência financeira da organização e sua capacidade de gerar resultados sustentáveis. Em seguida, analisando os indicadores de qualidade, eficiência e produtividade, que verificam a eficiência operacional e os níveis de produtividade da organização.

3.3.3.1 Indicadores de sustentabilidade e rentabilidade

Os indicadores de sustentabilidade e rentabilidade são representados pela auto-sustentabilidade operacional, a auto-sustentabilidade financeira e a rentabilidade da carteira. A partir dos valores de referência utilizados no MIX, percebe-se que nos anos de 2008 e 2009 o programa de microcrédito Banese em termos de Sustentabilidade Operacional apresentou resultados nos níveis dos grupos de referências (I¹ e AL⁴), sendo que em 2008, situou-se

dentro da região limítrofe, alcançando o *break even*, quando as despesas operacionais ficaram iguais as receitas operacionais e em 2009 chegou a resultado superior.

Tabela 35 – Comparação dos indicadores do programa de microcrédito Banese com os indicadores "MIX" e "Planet Rating"

<i>Indicadores de Desempenho</i>	<i>2.008</i>	<i>2.009</i>	<i>Fórmula Usada</i>	<i>I¹</i>	<i>AL⁴</i>
1. Auto-Sustentabilidade Operacional (%)	101,64	121,79	[(Receitas operacionais) / (Despesas Operacionais+Despesas Financeiras+Despesa com Provisões)] x 100	102,43	99,20
2. Auto-Sustentabilidade Financeira (%)	101,64	121,79	[(Receitas operacionais) / (Despesas Operacionais+Despesas Financeiras+Provisão para Devedores Duvidosos+Ajustes c/subsídios)] x 100	82,41	85,20
3. Rentabilidade da Carteira (%)	20,28	23,85	(Receitas operacionais – Receitas de aplicações financeiras) / Carteira Ativa média x 100	36,7	61,2
4. Carteira em risco (CER) > que 30 dias (%)	3,82	3,56	Carteira ativa em atraso mais de 30 dias / Carteira Ativa Média	6,23%	2,3%
5. Eficiência Administrativa (%)	19,96	19,58	Despesas operacionais / Carteira Ativa média	15 a 25%	15 a 25%
6. Indicador da Despesas Financeiras (%)	2,80	1,41	Despesa Financeira / Carteira Ativa média *100	12,20%	12,20%
7. Valor da Carteira Ativa por Agente de Crédito (R\$)	196.643,88	249.770,66	Carteira Ativa média / N° de Agentes de Crédito	187.057,54	99.507,21
8. Produtividade dos Agentes de Crédito (unidades)	375,21	343,38	Total de Clientes Ativos / N° de Agentes de Crédito	286,17	159,26
9. Valor Médio do Empréstimo por Tomador (R\$)	524,10	727,38	Carteira Ativa média / N° de Clientes Ativos	653,66	624,80

Fonte: Elaboração própria a partir de dados *The MIX* (2003) e Base de dados Banese.

I¹ : Média de IMFs que possuem de quatro a sete anos de existência

AL⁴ : Cinco organizações da América Latina (5 de Mayo e FINCA, no México; Banco do Povo de Juiz de Fora, Portosol e Vivacred no Brasil) que operam em pequena escala em países considerados de PIB elevado.

A análise evidencia uma situação de melhoria no desempenho da instituição em 2009, quando a Sustentabilidade Operacional atingiu 121,79%, com aumento de 20p.p. em relação a 101,64% registrada em 2008. Na tabela 35, quando comparada ao grupo (I¹) em nível mundial cresceu 19p.p. e 23p.p. que o bloco da América Latina (AL⁴), em função do crescimento de R\$ 1,7 milhão na Carteira Ativa de empréstimos.

Nesse sentido, o indicador de Sustentabilidade Financeira, apresentou uma limitação no escopo do estudo, devido sua base de cálculo ter sido prejudicada pelo fato de não dispor das informações atinentes ao ajuste com subsídios, correspondentes aos subsídios

implícitos oriundos da utilização da rede de agências e sistemas operacionais do Banese. Desta forma, os indicadores de Sustentabilidade Operacional e Sustentabilidade Financeira ficaram com o mesmo resultado. Todavia, na medida em que se compara o indicador de Sustentabilidade Financeira em 2008 de 101,64%, com o resultado registrado pelo grupo de instituições que possuem quatro anos de existência em nível mundial ocorreu um aumento de 19% e de 16% em relação a média das unidades da América Latina. Por sua vez, as instituições que compõem os dois grupos de estudo dos indicadores “MIX” não possuem sustentabilidade financeira no curto prazo pois estão situadas abaixo do ponto de equilíbrio.

A Rentabilidade da Carteira, no indicador (3) da Tabela 35, registrou desempenho de 20,28% e 23,85%, nos anos de 2008 e 2009, respectivamente. Estes retornos sobre o volume de crédito investido ficaram abaixo da média do The MIX, que situou-se na faixa de 36,7% e 61,2%. Isto decorre das variações nas taxas de juros cobradas por cada instituição de microcrédito.

3.3.3.2 Indicadores de Qualidade, Eficiência e Produtividade.

Os indicadores que avaliam a qualidade, eficiência e produtividade são representados pelos indicadores da carteira em risco (inadimplência), despesas financeiras, valor da carteira ativa por agente de crédito, produtividade dos agentes de crédito e valor médio do empréstimo por tomador.

Os resultados encontrados demonstram que a Taxa de Inadimplência calculada apresentou redução de 6,8% de 2008 para 2009, e permaneceu abaixo da média das IMFs do grupo (I¹), referente a média mundial, revelando um bom desempenho em relação a outros países e acima da média do grupo da América Latina (AL⁴), cujas instituições estão mais alinhadas como o foco de atuação do microcrédito Banese.

Outro índice importante levantando foi a Eficiência Administrativa que revela o quanto custa a instituição ter uma unidade de crédito em poder de seus clientes. Os resultados do Banese apontam para uma estabilidade neste índice na faixa de 19%, isto é, um custo médio de 0,19 unidades por unidade monetária pendente de pagamento na Carteira Ativa média, permanecendo dentro do intervalo estabelecido na pesquisa, que varia de 15 a 25%, mesmo com o crescimento da carteira ativa em 2009.

O indicador de Despesas Financeiras demonstra o custo de captação de recursos utilizados na Carteira Ativa da instituição. Consta-se que esse indicador se comporta numa escala descendente de 2,80% em 2008 para 1,41% em 2009, o que permite uma melhora no indicador de sustentabilidade operacional. Essa despesa é proveniente do *funding* aportado pelo BNDES dentro do programa PNMPO.

Considerando que o custo seja a peça principal para a Sustentabilidade Financeira, uma IMF deve avaliar constantemente se suas operações são eficientes, utilizando seus recursos ao menor custo possível. Assim sendo, em 2009, o indicador de produtividade referente ao Valor da Carteira por Agente de Crédito de R\$ 249.770,66 chega a ser duas vezes e meia o valor médio da América Latina (AL⁴) R\$ 99.507,21 e maior 34% que a média mundial (I¹) R\$ 187.057,54.

A Produtividade dos Agentes de Crédito, indicador (8) da Tabela 35, de R\$ 375,21, traduz em 2008 um aumento de 89 e 216 clientes ativos por agente de crédito. Em 2009, de R\$ 343,38, registrou uma elevação de 57 e 184 clientes ativos. Ambos quando comparados a média mundial (I¹) de 286,17 e da América Latina (AL⁴) de 159,26.

No entanto, o Valor Médio de Empréstimo por Tomador/Cliente Ativo no ano de 2008 na cifra de R\$ 524,10 foi menor em R\$ 129,56 e R\$ 100,70 que o valor médio mundial de R\$ 653,66 e R\$ 624,80 da América Latina, respectivamente. Já em 2009, este indicador chega acima dos valores informados na pesquisa R\$ 727,38, tanto em nível mundial quanto na América Latina de R\$ 73,72 e R\$ 102,58 fruto do crescimento da carteira ativa média de crédito.

Para que o programa de microcrédito seja viável no longo prazo, e perpetue sua perenidade no âmbito da organização Banese, é necessário que seja sustentável. Neste sentido, a análise apresentada, nesta seção, dos indicadores de sustentabilidade indicam que o programa de microcrédito Banese, nos anos de 2008 e 2009, iniciou o processo de consolidação de sua auto-sustentabilidade. Corroborado pelos resultados ascendentes registrados pelos indicadores de sustentabilidade e produtividade, essencialmente no ano de 2009, em função do aumento da carteira ativa de crédito, e a conseqüente melhoria dos indicadores de qualidade e eficiência. Contudo, o índice de rentabilidade da carteira necessita de melhor desempenho quanto comparado a média do segmento.

Neste sentido, objetivando sua consolidação, evidencia a necessidade de implantar plano de ação com vista aumento da base de clientes e volume de microcrédito no estado de Sergipe, como forma de melhorar os índices de sustentabilidade, essencialmente a operacional, pela fragilidade apresentada em termos de mensuração dos ajustes dos subsídios concedidos, e, conseqüentemente, aumento da produtividade dos agentes de crédito visando diluir de forma mais efetiva as despesas operacionais. Como também, utilizar estratégias de apoio, tais como, a busca pelo baixo custo de transação, seletividade com empréstimos para pequenos tomadores, seleção adversa, incentivos dinâmicos e pagamento regulares agendados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade avaliar a sustentabilidade dos programas de microcrédito, através análise da experiência do Banco do Estado de Sergipe, na abordagem do *trade-off* “focalização versus sustentabilidade” com ênfase na sustentabilidade. Para tanto, buscou evidências na literatura, observando as melhores práticas e o referencial de estudos realizados sobre a temática, sendo que, na apuração da auto-sustentabilidade das organizações de microfinanças, objeto desse estudo, quando da dimensão metodológica, tomou por base experiências realizadas por consultoria especializada.

No decorrer do estudo, percebe-se que as microfinanças e, mais especificamente, o microcrédito, consolida-se como instrumento de inclusão social, desempenhando papel fundamental no desenvolvimento econômico, na geração de emprego e renda e, principalmente, no apoio aos negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda.

No âmbito das políticas públicas e intervenção governamental, instituiu-se, na esfera do Ministério do Trabalho e Emprego, uma nova visão de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. Além disso, a vigência de novos normativos sobre a legislação do microcrédito e a implantação de programas específicos pelo Governo Federal, tais como, o Conselho Comunidade Solidária e o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, disciplinam o mercado de atuação.

Essas iniciativas contribuem, ainda, para implantar no país uma nova filosofia de trabalho, uma nova versão de políticas públicas visando não só a inclusão social, mas também a financeira, através da formação de uma ampla rede institucional, capaz de oferecer crédito aos pequenos empreendedores e viabilizar alternativas para geração de emprego e renda.

Os estudos realizados, e alguns apresentados no capítulo dois, comprovam que a atuação do microcrédito como política pública contribui para o desenvolvimento local, com papel importante no combate a pobreza na medida em que o acesso ao crédito favorece a melhoria da qualidade de vida. Por extensão, proporciona impactos na geração de emprego e renda, através da manutenção do volume de micronegócios, sendo que as instituições executoras procuram operar de forma sustentável no longo prazo.

Constata-se, dessa forma, que há um forte entrelaçamento dos programas de microcrédito como indutor do desenvolvimento econômico e social, contribuindo para o combate a pobreza e geração de renda.

No entanto, a redução dos recursos destinados para as IMFs, oriundos dos doadores ou dos fundos públicos municipais e estaduais, fez com que a permanência das instituições no setor só seja possível se suas operações forem rentáveis. Dessa forma, para que as empresas de microfinanças tenham vida plena, é necessário a busca constante pela auto-suficiência operacional e financeira, essencialmente na procura de fontes de recursos a custo menor, visando ampliar o volume de operações de crédito e diluir os custos operacionais. Uma das estratégias é a realização de captação de poupança dos pequenos investidores.

Todavia, há uma discussão com relação ao trade-off “focalização x sustentabilidade”. Na medida em que seja essencial valorizar a sustentabilidade, constata-se a existência de um risco premente de que o programa se afaste dos mais pobres e passe a funcionar justamente como um banco comercial, fugindo do princípio básico do microcrédito, que é levar crédito as camadas mais pobres da população.

Sobre essa questão, é importante refletir que os custos de transação influenciam a Sustentabilidade Financeira das instituições de microfinanças, principalmente quando se tornam inibidor para o aumento da oferta de crédito, em função do alto custo das operações decorrente da falta de garantias reais.

No modelo predominante, a maior parte do custo de transação diz respeito aos recursos humanos, devido ao perfil de atuação do agente de crédito, que apresenta baixa produtividade na expansão do crédito gerando um menor retorno na carteira de crédito. Como resposta, é preciso ampliar o nível de produção via obtenção de ganhos de escala e diluição dos custos fixos.

As experiências mais promissoras em programas de microcrédito, aqui relatadas, adotam o princípio de gestão empresarial, com visão de sustentabilidade e rentabilidade, e trilham o caminho da sustentabilidade financeira utilizando os instrumentos de gestão instituídos pelo programa de microcrédito produtivo orientado.

As principais visões da experiência de microcrédito em nível mundial e Brasil, desde o Grameen Bank em Bangladesh, ao CrediAmigo no Brasil, se assemelham nas

melhores práticas operacionais: adoção de seleção rigorosa de clientes, com 62% de predominância das mulheres; concessão de crédito de pequenos valores; e liberação de novo empréstimo condicionada à pontualidade nos pagamentos do anterior. Os recursos são destinados para capital de giro e voltados para a atividade comercial, sendo que a garantia predominante é o aval solidário como forma de minimizar o risco da inadimplência.

Nos modelos apresentados, o agente de crédito, além de sua função básica de vendedor, torna-se parceiro dos empreendedores e contribui sobremaneira para o sucesso dos programas de microcrédito. Este acompanhamento, se materializa em uma maior preparação dos empreendedores que integram o mercado para a gestão de seus negócios de forma mais competitiva e sustentável, garantindo o retorno dos créditos concedidos (adimplência) e o desenvolvimento local.

O programa de microcrédito Banese, por sua vez, tem estrutura operacional similar às instituições com melhores práticas de mercado (auto-sustentável), a exemplo do programa CrediAmigo do BNB. Essas evidências podem ser percebidas tanto na sistemática de prospecção dos negócios, tendo como exemplo: utilização do agente de crédito como peça principal no decorrer do processo, desde a concessão do crédito à liquidação, e uso do instrumento aval solidário, como também, na utilização do programa como instrumento de política pública, atuando em parceria com o Governo do Estado. Além disso, o programa focaliza a sustentabilidade financeira e operacional.

No que se refere aos clientes do microcrédito Banese, também como se encontra na literatura estudada, as mulheres representam a maioria da carteira, prevalecendo as de faixa etária entre 31 e 40 anos. O perfil do empreendimento financiado opera na faixa de crédito de R\$1,00 mil a R\$3,00 mil e 97% dos recursos são direcionados para capital de giro, e de garantia de avais 91%. O segmento comércio sobressai com 94% e 96% das empresas financiadas atuam na informalidade.

Enquanto nos últimos cinco anos, no estado de Sergipe e no próprio Banese, o crédito total cresceu cerca de 180%, o programa de microcrédito Banese aumentou 208,3%. O microcrédito tem uma importância fundamental para o desenvolvimento dos municípios sergipanos com menor IDHM-Renda, conforme estudo realizado com o grupo I, com destaque para Nossa Sra. Aparecida, Porto da Folha e Poço Redondo, demonstrando pelo

percentual de participação do volume de microcrédito sobre crédito total, sobre o crédito Banese e sobre o Produto Interno Bruto – PIB.

Quanto à sustentabilidade do microcrédito Banese, conforme metodologia adotada, o programa registrou índice de Sustentabilidade Financeira e Operacional, de 101,64% e 121,79%, nos anos de 2008 e 2009, acima do “*break even*” e dos índices médios em nível mundial e América Latina estabelecidos pelos Indicadores “MIX” (2003). No entanto, em 2008, os índices estiveram dentro da região limítrofe do ponto de equilíbrio. O desempenho da Sustentabilidade Operacional ficou abaixo da média apresentada pelas IMFs, em nível mundial, que possuem de quatro a sete anos de existência, tendo como base os indicadores “MIX”.

Por sua vez, o índice de Eficiência Administrativa, que revela o quanto custa à instituição ter uma unidade de crédito em poder de seus clientes, registrou em média 19%, permanecendo dentro do intervalo estabelecido na pesquisa. Já os indicadores de Produtividade, valor da carteira ativa por agente de crédito, produtividade dos agentes de crédito e valor médio do empréstimo por tomador, registraram desempenho acima da média dos indicadores “MIX”.

Diante do exposto, com relação a atuação do programa de microcrédito Banese, sugere-se uma política mais agressiva para aumento da base de clientes e volume de crédito, visando melhorar os índices de sustentabilidade. É importante, também, adotar um novo modelo de gestão da carteira de crédito, voltado para indicadores de “Sustentabilidade e Rentabilidade” e “Qualidade, Eficiência e Produtividade” seguindo padrões referenciados pelo mercado.

Notadamente, é preciso considerar a constituição de parceria com o SEBRAE com o objetivo de orientar e capacitar os microempreendedores para a busca da auto-suficiência dos clientes do microcrédito e um estreitamento do relacionamento. Percebe-se, pela descrição do processo, que o tema capacitação dos clientes não tem sido devidamente abordado. Como contribuição desse estudo, fica a constatação de que o microcrédito ganhou mercado no segmento bancário, tornando-se um instrumento de política pública de inclusão financeira e social em escala mundial. Por conseguinte, as instituições de microfinanças e microcrédito que não buscarem a auto-sustentabilidade, através de uma gestão eficiente, visando sua perenidade no longo prazo, estão trilhando o caminho do insucesso.

REFERÊNCIAS

ACCION. Accion International. **Homepage Institucional**. Disponível em: <http://www.accion.org/Page.aspx?pid=191>. Acesso em: 16 nov 2009.

ALVES, S. D.; SOARES, M. M. **Microfinanças – democratização do crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. 3 ed. Brasília: BCB, 2006.

ARRUDA, M.; BOFF, L. **Globalização**: desafios sócio econômicos, éticos e educativos. Petrópolis: Vozes, 2001.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. São Paulo: Atlas, 2006.

AUSTIN. **Agência Classificadora de Risco**: relatório de conjuntura econômica. Disponível em: < <http://www.austin.com.br>. Acesso em 15 dez 2009.

BACEN. Banco Central do Brasil. **Homepage Institucional**. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em 15 nov 2009.

_____. **Crédito no Brasil**. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 16 jan 2010.

BANCO da Mulher. Associação para o desenvolvimento da mulher. **Homepage Institucional**. Disponível em: <http://www.bpm.org.br/>. Acesso em 12 out 2009.

BANCO do Nordeste do Brasil S/A. **Homepage Institucional**. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/>. Acesso em: 08 set 2009.

BANCO Sol Bolívia. **Homepage Institucional**. Disponível em: <http://www.bancosol.com.bo/es/default.asp>. Acesso em: 16 out 2009.

BANCO Solidário do Equador. **Homepage Institucional**. Disponível em: <http://www.banco-solidario.com/>. Acesso em: 16 out 2009.

BARONE, F. M., DANTAS, V., LIMA, P. F., REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BITTENCOURT, G. **Microcrédito e microfinanças no governo Lula**. Ministério da Fazenda, GTI de microcrédito e microfinanças. Disponível em: <http://www.gilson.bittencourt@fazenda.gov.br>. Acesso em: 12 out 2009.

BNDES. Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 12 de nov de 2002.

_____. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa de microcrédito**: normas e procedimentos aplicáveis aos agentes repassadores de microcrédito. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/>. Acesso em: 16 out 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Preâmbulo e artigo 3º, 1988

CARNEIRO, M.. **Técnicas e procedimentos para a auto-suficiência econômica de organizações não-governamentais**: um estudo de caso com organizações de microcrédito brasileiras. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, 2007.

CARDOSO, R. ; FRANCO, A. ; OLIVEIRA, M. D. **Um novo referencial para a ação social do Estado e da Sociedade**: sete lições da experiência da Comunidade Solidária. In: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Seminário “Estratégias Inovadoras de Parceria no Combate à Exclusão Social”, 24 e 25 jan 2000.

CEAPE. Centros de apoio aos pequenos empreendimentos. **Crédito produtivo orientado**. Disponível em: <http://www.ceape-pe.org.br/>. Acesso em: 12 dez 2009.

COMUNIDADE Solidária. **Homepage institucional**. Disponível em: <http://www.comunidadesolidaria.org.br>. Acesso em: 12 set 2009.

CONCEIÇÃO, J. H. M. da. **Microcrédito como ferramenta de geração de renda e emprego**: uma análise de experiências públicas municipais. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas-FGV. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2005.

CONSELHO da Comunidade Solidária. **Homepage Institucional**. Disponível em: <http://www.transparencia.al.gov.br/ruthcardoso/projetos-e-realizacoes/comunidade-solidaria-1>. Acesso em: 15 jun 2009.

CORSINI, J. N. M. **Microcrédito e inserção social em cidades Baianas**: estudo da experiência do centro de apoio aos pequenos empreendimentos da Bahia – CEAP/BAHIA. Dissertação de Mestrado. Universidade de Salvador, UNIFACS, 2007.

COSTA, B. L. S. **Microcrédito ou crédito pequeno?** a experiência dos financiados do programa providência no Recanto das Emas e Riacho Fundo II, no Distrito Federal. Dissertação de Mestrado. Universidade Brasília, DF, 2006.

COSTA, F. N. **Bancarização, crédito popular e microcrédito**. Texto para Discussão. Publicado pelo site da Secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo em 2002. Disponível <http://www.emprego.sp.gov.br/>. Acesso em: 30 set 2009.

COSTA, L. M. **O Microcrédito e a geração de emprego e renda no norte de Minas**: Ênfase ao CrediAmigo do Banco do Nordeste. Monografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2001.

CRESCER. **Crédito Solidário**. A contribuição do microcrédito na agregação de valor aos microempreendimentos e micro empreendedores. Disponível em: <http://www.usp.br/agen/bols/2000/rede593.htm>. Acesso em: 20 dez 2008.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico**. São Paulo: Saraiva, 1998.

FACCHINE, C. **Sustentabilidade financeira e custos de transação em uma organização de microcrédito no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Superior Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005.

FERRAREZI, E.; REZENDE, V.. **Oscip- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: a Lei 9.790/99 como alternativa para o terceiro setor**. Brasília: Comunidade Solidária, 2000.

FERRAREZI, E. **Saiba o que são organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento – AED, 2002.

FONTES, Â. M. M. COELHO, Franklin Dias. **A expansão dos microfinanças no Brasil**. Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 2003.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 16. ed. São Paulo: Quality Mark, 2005.

GIBBSONS, D. S.; MEEHAN, J. W. **El mercado de valores**. México: Nacional Financiera, dez 2001, p 35-63. La cumbre del microcredito.

IBAM. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Perspectivas de expansão das microfinanças no Brasil: marco legal, capitalização e tecnologia**. Disponível em: <http://www.ibam.org.br>. Acesso em: 04 set 2009.

IPEA. Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. **Homepage oficial**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em 15 out 2009.

JUNQUEIRA, Rodrigo Gravina Prates; ABRAMOVAY, Ricardo. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. **Revista de Administração da USP**, v 40, n 1, jan-fev-mar, p 19-33, 2003. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/54_1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2008.

LANDIM, C. C. M. **O microcrédito no estado da Bahia: a experiência da instituição de crédito Itabuna Solidária**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Salvador, UNIFACS, 2006.

LEDGERWOOD, J. **Microfinance handbook: an institutional an financial perspective**. Whasington DC: World Bank, 1999.

LEVINE, R. Financial development and economic growth: views and agenda. **Journal of Economic Literature**, v. XXXV, p. 689-726, june, 1997.

LOPES, L. S. **O microcrédito como política pública de emprego e renda e o trabalho para mulheres no mercado informal em Fortaleza**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2007.

MEYER, R. L. **Track record of financial institutions in assisting the poor in Asia**. Manila: Publications Unit, Dec, 2002. 34p. (ADB Institute Research Paper, 49).

MORDUCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, v.37, n.4, p.1569-1614, Dec. 1999.

MORENO, Luis Alberto. **Criando uma nova agenda para América Latina**: Oferecendo serviços financeiros à população de baixa renda da América Latina. The Mckinsey Quaterly, ed esp., 2007, p 95-103.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. A contribuição do microcrédito na agregação de valor aos microempreendimentos e microempreendedores. **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)**. São Paulo, Crescer – Crédito Solidário, 2002.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 18 nov 2008.

NASCIMENTO, F. M. G. B. **Políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate a pobreza e inclusão social**: o microcrédito no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2008.

NERI, M. C. **Mapa de ativos**: combate sustentável a pobreza. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, IBRE, 2001.

NERI, M. **Microcrédito, o mistério nordestino e Grameen brasileiro**: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NICHTER, S.; GOLDMARK, L.; FIORI, A. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. Texto para discussão. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, 2002.

OLIVEIRA, L. C. G. **Desempenho do Credigente no microcrédito a micro e pequenos empreendimentos de Campo Grande-MS e suas implicações no desenvolvimento local**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007.

PARENTE, Silvana. **Microfinanças**: saiba o que é um banco do povo. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002, 192 p. (Coleção prazer em conhecer).

_____. Políticas públicas e sustentabilidade. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/SeMicro2/Trabalhos/06_2T_Silvana.doc. Acesso em: 25 set 2009.

PNMPO. **Programa nacional do microcrédito produtivo orientado**. Disponível: <<http://www.mte.gov.br/pnmpo/default.asp>>. Acesso em: 16 dez 2009.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/home/>. Acesso em: 12 set 2009.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**, São Paulo: Cortez, 2002.

PORTAL do Microcrédito. **Homepage institucional**. Disponível em: <http://www.portaldomicrocredito.com.br/>. Acesso em 10 dez 2009.

PORTOSOL. **Instituição comunitária de crédito**. Disponível em: <http://www.portosol.com/>. Acesso em: 10 dez 2010.

PRAHALAD, C. K. **A riqueza na base da pirâmide**: como erradicar a pobreza com lucro. Porto Alegre: Bokman, 2005.

RAPIS, C. **O microcrédito e o combate a pobreza**. Monografia. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SARDENBERG, Rubens. **Clientes SA**: portal crédito e cobrança. Boas perspectivas para 2010. Disponível em: <http://www.portalcreditoecobranca.com.br/estatisticas/38019/boas-perspectivas-para-2010/ler.aspx>. Acesso em 14 dez 2009.

SANTOS, C.A. Microcrédito: notas sobre as características da demanda. **Políticas Sociais**. IPEA, n. 4, p. 119 – 126, 2002.

SÃO PAULO CONFIA. **Crédito popular solidário**. Disponível em: http://www.saopauloconfia.org.br/site/index.asp?novoserver1&start=1&endereco_site=www.saopauloconfia.org.br&par=&email. Acesso em: 20 dez 2009.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de apoio a micro e pequena empresa. **Homepage Institucional**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 14 dez 2009.

SILVA, J P. **Gestão de análise de risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 2006.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo; Contexto, 1998.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, M. M.; SOBRINHO, A. D. M. **Microfinanças**: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de Crédito, Brasília. BCB, 2007.

SOARES, R. P. Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação. **Texto para Discussão no. 808**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, julho 2001.

TOMELIN, M. **O microcrédito no Brasil**. Disponível em: http://ceragro.iica.int/Documents/O_Microcredito_no_Brasil.pdf. Acesso em: 13 nov 2009.

TOSCANO, I. **Microcrédito**: uma filosofia de mudanças. Disponível em: www.unpd.org.br/pund.nsf. Acesso em: 12 nov 2009.

VALENTE, R. Microcrédito como instrumento e desenvolvimento econômico e social. In: **Mercado de Trabalho**, Conjuntura e Análise, nº 19. IPEA/TEM, p. 15-20.

VIVACRED. **Homepage institucional**. Disponível: <http://www.vivacred.com.br>. Acesso em: 04 set 2009.

WORLDPRESS. **Homepage Institucional**. Disponível em: <http://microcredito.worldpress.com/caracteristicas-do-microcredito>. Acesso em: 20 dez 2009.

YUNUS, M. **Microcrédito**: a experiência do Grameen Bank. Rio de Janeiro: BNDES, 2001. BNDES Social, n. 2.

_____. **O banqueiro dos pobres**. 6 ed. São Paulo: Ática, 2006.

ANEXO – Proposta da Operação Microcrédito

PROPOSTA DA OPERAÇÃO - MICROCRÉDITO			
NOME DO CLIENTE	SEXO M () / F ()	CPF/ MF	AGÊNCIA
ENDEREÇO:	TELEFONE	ESTADO CIVIL	
COMPLEMENTO	ESCOLARIDADE	DEPENDENTE	
CONJUGE			CPF
1. CRÉDITO SOLICITADO			
FINALIDADE DO CRÉDITO		GRAU DE FORMALIDADE FORMAL () / INFORMAL ()	
VALOR SOLICITADO		PRAZO TOTAL (MESES)	
VALOR MÁXIMO POSSÍVEL DA PRESTAÇÃO	MELHOR DIA DE VENCIMENTO	CARÊNCIA (MESES)	
Garantias oferecidas REAL () AVAL () GRUPO SOLIDARIO () MISTA / OUTROS ()			
2. DADOS DO EMPREENDEDOR E SUA FAMÍLIA			
2.2 - RENDA FAMILIAR MENSAL			
Nome/CPF/Grau de Parentesco - Pessoa da família que tem renda (^)		Fonte de Renda	Valor Mensal (R\$)
Valor Total da Renda Familiar		(A)	-
Total de Pessoas que vivem desta renda		(B)	
Renda Per Capita		(A / B)	-
2.3 - CUSTO DAS MATÉRIAS-PRIMAS / MERCADORIAS / EMBALAGENS / SERVIÇOS			
DESCRIÇÃO DOS CUSTOS		QDE	VLR UNIT CUSTO TOTAL (R\$)
TOTAL (C)			-
2.4 - GASTOS FAMILIARES MENSAIS			
ITENS		FAMILIAR	EMPREENDIMENTO
Alimentação / Higiene / Limpeza			
Saúde (Remédios / Médicos / Planos de Saúde)			
Educação			
Vestuário			
Aluguel / Condomínio / Prestação da casa própria / Ponto Comercial			
Água/luz / telefone / gás			
Transporte			
Pagamento de Dívidas (compromisso mensal) (**)			
Lazer			
Outros gastos			
Sub-total			-
Imprevistos (20 %) (Calculado pelo Sistema)			-
TOTAL DOS GASTOS		(D)	-
2.5 - SALDO FAMILIAR LÍQUIDO MENSAL E = (A - C - D)			-
2.6 - MARGEM CONSIGNÁVEL (F)			-
<p style="text-align: center;">Declaro serem verdadeiras as informações prestadas, responsabilizando-me na forma da Lei, conforme Artigo 299 do Código Penal.</p> <p>Aracaju(SE), de de</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Assinatura do Proponente</p>			

(*) Renda do proponente, do cônjuge e/ou companheiro(a).

(**) Dívidas existentes no Banese e em outras Instituições Financeiras, comércio, etc.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DA OPERAÇÃO - MICROCRÉDITO			
1. CONDIÇÕES DA OPERAÇÃO			
Valor Aprovado:			
Finalidade	Descrição do Investimento		
Fixo			
Giro			
Misto			
Atividade	Descrição da Atividade		
Indústria			
Comércio			
Serviços			
LOCAL Próprio () Alugado ()		TEMPO DE LOCAÇÃO	VENCIMENTO DO CONTRATO
PONTO Fixo () Serviço a domicílio () Ambulante () Outros ()			
Prazo da Operação:	Total:	meses	
	Carência:	meses	
Empréstimos/Taxas:			
Até R\$ 500,00 - 1,5% a.m. De R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 - 1,8% a.m. Acima de R\$ 1.000,00 - 1,9% a.m.			
Tarifa de Cadastro de Início de Relacionamento			R\$ 12,00
Numero de Empregos Gerados			
Numero de Empregos Mantidos			
Avalista / Grupo			
NOME	CPF	RECURSO COMPROVADO	COMPR. MÁX (= ou < 40 %)
1-			0,00%
NOME	CPF	RECURSO COMPROVADO	COMPR. MÁX (= ou < 40 %)
2-			0,00%
NOME	CPF	RECURSO COMPROVADO	COMPR. MÁX (= ou < 40 %)
3-			0,00%
NOME	CPF	RECURSO COMPROVADO	COMPR. MÁX (= ou < 40 %)
4-			0,00%
2. PARECER DA ANÁLISE			
REFERENCIA 01:	REFERENCIA 02:	REFERENCIA 03:	
Nome:	Nome:	Nome:	
Telefone:	Telefone:	Telefone:	
Aracaju (SE), de de			SEGURO
			SIM ()
			NÃO ()
_____ Assinatura do Agente de Negócios			

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)